DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, quinta-feira, 28 de dezembro de 1978 — SUPLEMENTO — ANO III — Nº 246

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO N.o 4.515 DE 28 DE dezembro DE 19 78

Estabelece Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do Artigo 20, da Lei Nº.... 3.751, de 13 de abril de 1.960,

D E C R E T A:

Art. 1º - A execução orçamentária e financeira do Distrito Federal será realizada em conformidade com a legislação pertinente à matéria e o disposto no presente Decreto.

CAPÍTULO I

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 2º - À Secretaria de Finanças, com base na estimativa da arrecadação da receita e no comportamento de exercícios anteriores, cabe elaborar a Programação Financeira do Distrito Federal.

Parágrafo Único - A Programação Financeira será periodicamente revista, de modo a manter-se atualizada e fundamentar-se-á no orçamento anual, nas operações de crédito e nas alterações de conjuntura que afetem a receita.

Art. 3º - A Programação Financeira será fixada em Cotas Trimestrais Globais, por Decreto do Governador e visará manter, durante o exercício, o equilíbrio financeiro.

CAPÍTULO II

DAS COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

Art. 4º - As Cotas Trimestrais de Despesa, elaboradas consoante instruções da Secretaria do Governo e com base nos limites fixados na Lei de Orçamento e no detalhamento do programa de trabalho de cada Unidade Orçamentária, serão aprovadas por Decreto do Governador e publicadas até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao de sua vigência.

§ 1º - As Cotas Trimestrais de Despesa objetivarão assegurar às Unidades Orçamentárias a soma de recursos necessários e suficientes à execução de seu programa de trabalho e fixarão o montante global que cada unidade fica autorizada a utilizar em cada trimestre.

§ 2º - As Cotas Trimestrais de Despesa basear-se-ão

I - na programação financeira;
II - no detalhamento do programa de trabalho;
III - nos créditos adicionais.

Art. 5º - As Cotas Trimestrais de Despesa poderão ser revistas, a critério da Secretaria do Governo, na primeira quinzena do trimestre subsequente, para reprogramação da aplicação do saldo da cota trimestral anterior, uma vez justificado por escrito o não cumprimento do programa de trabalho, até o dia 05 (cinco) do mês seguinte.

Parágrafo Único - Os saldos das despesas de Pessoal e Encargos Sociais serão incorporados à Cota do trimestre seguinte, sem as exigências deste artigo.

Art. 6º - Os Decretos de abertura de Créditos Especiais e Suplementares indicarão as Cotas Trimestrais de Despesa correspondentes.

Art. 7º - Aprovadas as Cotas Trimestrais de Despesa, os dirigentes das Unidades Orçamentárias destacarão, por ato próprio aos órgãos centralizadores de movimentação de dotações, as parcelas necessárias ao atendimento dos compromissos da Unidade, no período, por projeto ou atividade, e elemento de despesa, ficando automaticamente distribuídas as despesas de pessoal e encargos sociais fixadas nas respectivas cotas.

§ 1º - Os valores inicialmente destacados, nos termos deste artigo, poderão ser modificados em função do cumprimento do programa de trabalho a cargo da Unidade.

§ 2º - Respeitado o limite orçamentário, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais poderão exceder, em até 10% (dez por cento), os valores estabelecidos para o trimestre, sem necessidade de alteração da cota trimestral.

Art. 8º - Deverá ser remetida, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, aos órgãos centralizadores de movimentação de dotações, às Coordenações dos Sistemas de Planejamento de Orçamento e ao Departamento da Despesa, uma via do ato de que trata o artigo anterior.

Art. 9º - Independentemente de apreciação pela Secretaria do Governo, de pedido de reprogramação de saldo da Cota Trimestral de Despesa anterior, na forma do artigo 5º, os dirigentes das Unidades Orçamentárias poderão destacar as parcelas trimestrais, para atendimento dos compromissos das Unidades no período seguinte sem utilização do saldo no período encerrado.

CAPÍTULO III

DOS CONVÊNIOS E CONTRATOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 10 - Os Secretários de Estado poderão assinar Convênios ou Contratos para execução de obras ou prestação de serviços, obedecida a legislação em vigor e observadas as condições estipuladas no presente Capítulo.

§ 1º - As receitas de Convênios serão escrituradas como receita do Distrito Federal e indicadas como recursos para financiamento de abertura de crédito adicional, objetivando a execução do Convênio.

§ 2º - O Departamento da Despesa comunicará às Coordenações dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento o ingresso dos recursos referidos no parágrafo anterior.

§ 3º - As despesas bancárias com transferências de recursos de convênios correrão à conta dos mesmos, salvo disposição em contrário.

§ 4º - Os contratos de prestação de serviços e assistência técnica e/ou aquisição de equipamento e origem estrangeira dependem de anuência prévia da Secretaria do Governo.

Art. 11 - Somente poderão ser firmados Convênios e Contratos que acarretem despesas, quando compatíveis com as Cotas Trimestrais de Despesa fixadas, e, em se tratando de execução de obras, tenham os projetos de engenharia e arquitetura aprovados.

§ 1º - Nos Convênios firmados com Entidades da Administração Indireta do Distrito Federal, para execução de obras, poderá incumbir-se a Entidade convenente da elaboração do projeto final de engenharia e arquitetura, tomando-se por base para o Convênio o anteprojeto previamente elaborado.

§ 2º - Fica vedada a assinatura de Convênios ou Contratos que:

a) - transfiram de uma só vez, e no início, os recursos totais para execução de obras e prestação de serviços;

b) - façam referência apenas a prazo de entrega de recursos, sem a contrapartida física;

c) - não especifiquem as obras a serem executadas ou serviços a serem prestados.

§ 3º - O pagamento de cada parcela deverá obedecer ao cronograma físico-financeiro estabelecido e ao que dispõe o artigo 14.

Art. 12 - Em todos os ajustes designar-se-á de forma expressa:

I - um executor, que terá acesso ao trabalho, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, apresentando relatório quando do término de cada etapa ou quando solicitado pela contratante;

II - que a supervisão técnica, quando se tratar de Convênio ou Contrato de obra, é da Secretaria de Viação e Obras, exceto nas Administrações Regionais ou equivalentes, cuja supervisão ficará a cargo da respectiva Divisão Regional de Fiscalização e Licenciamento de Obras, ou Órgão equivalente.

§ 1º - O executor mencionado no inciso I do presente artigo, poderá ser pessoa física ou órgão público.

§ 2º - É facultada a indicação de um mesmo executor para mais de um Convênio ou Contrato.

§ 3º - É da competência e reponsabilidade do executor:

I - atestar a conclusão das etapas ajustadas, ouvido o órgão encarregado da supervisão técnica;

II - dar ciência imediata ao Órgão ou Entidade contratante de ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado ou rescisão do contrato;

III - remeter, até o dia 05 (cinco) do trimestre subsequente, relatório de acompanhamento à Secretaria de Estado ou Órgão equivalente a que se vincule, que encaminhará cópia à Coordenação do Sistema de Planejamento até o dia 10 (dez).

§ 4º - A supervisão técnica, de que trata o inciso II deste artigo, consiste no acompanhamento:

I - físico-financeiro, visando a:

a) - verificar os custos e o andamento dos serviços relacionando-os às previsões quando da elaboração do projeto;

b) - alertar, a quem de direito, quanto às alterações necessárias nos projetos e suas influências nos custos previstos;

c) - opinar sobre a liberação de recursos face ao andamento das obras.

II - técnico, visando a:

a) - verificar a fiel execução do projeto;

b) - alertar quanto à necessidade de alteração do projeto;

c) - verificar o perfeito entrosamento das etapas, de forma que os serviços não sejam prejudicados;

d) - assinar o relatório de acompanhamento encaminhando-os ao executor;

e) - receber as obras e serviços.

Art. 13 - Cópia do Convênio ou Contrato celebrado será entregue pelo Órgão ou Entidade convenente ou contratante, juntamente com via do respectivo cronograma físico-financeiro da obra ou serviço:

I - ao executor, para o exercício de suas atribuições;

II - ao agente financeiro do órgão, para fins de acompanhamento da obra e requisição de pagamento;

III - ao agente de planejamento para acompanhamento da programação;

IV - ao Departamento da Despesa, para programação de pagamento;

V - à Coordenação do Sistema de planejamento, para acompanhamento físico-financeiro;

VI - ao Órgão encarregado da supervisão técnica, para controle.

Parágrafo Único - Para fins de acompanhamento físico, por parte da Coordenação do Sistema de Planejamento, a obrigatoriedade determinada neste artigo incide, inclusive, sobre as obras custeadas com recursos próprios das entidades da Administração Indireta e Fundações.

Art. 14 - O pagamento ou transferências estabelecidas nos ajustes, só serão feitos após o atestado:

I - do executor, quanto à conclusão da etapa; e

II - da Coordenação do Sistema de Planejamento, quanto ao recebimento do relatório de acompanhamento.

Parágrafo Único - O atestado de conclusão de etapas de obras será encaminhado, em 02 (duas) vias, diretamente à Coordenação do Sistema de Planejamento que:

a) - certificará o recebimento da 2ª via do atestado de conclusão de etapas de obras;

b) - remeterá diretamente ao Departamento da Despesa a 1ª via do atestado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento.

Art. 15 - O inadimplemento de etapas ajustadas, será comunicado, pelo executor, diretamente à Coordenação do Sistema de Planejamento.

Art. 16 - As prestações de conta de recursos de Convênios deverão ser remetidas aos respectivos órgãos controladores por intermédio da Secretaria do Governo, ouvida a Secretaria de Finanças.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO FÍSICO - FINANCEIRO

Art. 17 - Compete à Coordenação do Sistema de Planejamento o acompanhamento físico-financeiro do Orçamento-Programa do Distrito Federal e a elaboração de relatórios trimestrais da execução pelas Unidades Orçamentárias.

Parágrafo Único - O objetivo do acompanhamento é descrever, analisar e avaliar o comportamento da execução dos Projetos e Atividades do Orçamento do Distrito Federal, dentro das instruções aprovadas pelo Secretário do Governo, bem como obter um fluxo de informações que possibilitem os reajustamentos da execução dos planos setoriais e globais do Governo.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS VINCULADOS

Art. 18 - Os planos de aplicação de recursos vinculados, detalhados por projeto, atividade e natureza de despesa, serão elaborados pelos seguintes órgãos:

I - SECRETARIA DO GOVERNO:

a) - Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Fundo de Participação dos Municípios;

b) - Cota-Parte do Imposto Único sobre Minerais do País;

c) - Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano.

II - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

a) - Cota-Parte do Salário Educação.

III - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL:

a) - Cota-Parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis.

§ 1º - Os planos de aplicação deverão ser remetidos à aprovação do Governador por intermédio da Secretaria do Governo.

§ 2º - Cópias dos planos de aplicação serão encaminhadas à Coordenação do Sistema de Contabilidade, ao Departamento da Despesa e à Unidade Orçamentária responsável pela execução.

§ 3º - Qualquer alteração introduzida nos planos de aplicação será encaminhada aos Órgãos mencionados no parágrafo anterior, observado o disposto no parágrafo primeiro.

Art. 19 - Os avisos bancários de créditos relativos aos recursos vinculados serão encaminhados ao Departamento da Despesa, à Coordenação do Sistema de Contabilidade e à Coordenação do Sistema de Planejamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, pelos seguintes órgãos:

I - Divisão de Programação e Controle da Secretaria de Educação e Cultura:

- Cota-Parte do Salário Educação.

II - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal:

- Cota-Parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis.

III - Companhia de Eletricidade de Brasília:

- Cota-Parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica.

§ 1º - As despesas bancárias, com a transferência de recursos vinculados, correrão à conta dos respectivos Projetos e/ou Atividades, devendo o Departamento da Despesa informá-las aos Órgãos interessados, a fim de que providenciem o empenho.

§ 2º - Quando os recursos financiarem mais de um Projeto e/ou Atividade, as despesas bancárias deverão ser rateadas proporcionalmente.

Art. 20 - As prestações de conta de recursos deverão ser remetidas aos respectivos órgãos controladores, por intermédio da Secretaria do Governo, ouvida a Secretaria de Finanças.

CAPÍTULO VI

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 21 - Compete aos Secretários de Estado ou autoridades equivalentes proporem ao Governador abertura de créditos adicionais em favor das Unidades Orçamentárias de que são titulares e dos Órgãos Relativamente Autônomos integrantes da estrutura básica das respectivas Secretarias ou do Gabinete do Governador.

Parágrafo Único - No interesse do programa de trabalho, a abertura de créditos adicionais poderá também ser proposta ao Governador pelo Secretário do Governo.

Art. 22 - A solicitação de abertura de crédito adicional, encaminhada à Secretaria do Governo, observadas as instruções referidas no artigo anterior, conterá os seguintes elementos:

I - justificativa circunstanciada de sua necessidade;

II - justificativa pormenorizada sobre a fonte de recursos indicada para financiar o crédito solicitado;

III - indicação do reajuste das Cotas Trimestrais em função do crédito solicitado.

§ 1º - Necessária a abertura de crédito adicional e, não havendo possibilidade de indicação de fonte de recursos para financiá-la, o titular da Unidade interessada diligenciará junto à Secretaria do Governo para obtenção dos recursos.

§ 2º - As dotações consignadas para atendimento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais não poderão ser indicadas como compensação para atender despesas de outra natureza.

§ 3º - Não poderão ser solicitados créditos adicionais para dotações que já tenham sido indicados como fonte de re

cursos em pedidos anteriores, salvo para despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 23 - As solicitações para abertura de créditos adicionais formalizadas nos termos dos artigos precedentes, serão submetidas ao Governador após exame e pronunciamento da Secretaria do Governo.

Parágrafo Único - Compete à Secretaria do Governo:

a) análise do pedido, quanto a sua compatibilização com as diretrizes do Governo;

b) exame de repercussão do pedido sobre o equilíbrio entre a receita e a despesa prevista para o exercício;

c) registros e preparação dos atos a serem submetidos ao Governador.

Art. 24 - A abertura de créditos adicionais financiados com recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias alocadas a órgãos diferentes daquele a que for destinado o crédito, depende de prévia aquiescência dos titulares das Unidades cedentes.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica quando, na forma do parágrafo único, do artigo 66, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, se tratar de redistribuição das parcelas das dotações de pessoal:

a) - de uma para outra Unidade Orçamentária, em consequência da movimentação de pessoal;

b) - do Elemento de Despesa "3.1.1.0 - - Pessoal" para 3.2.5.0 - Transferências a Pessoas, em decorrência da inatividade de servidores;

c) - reciprocamente, do Elemento de Despesa "3.1.1.0 - Pessoal" - para ..... 3.2.1.2 - Subvenções Econômicas", em virtude de movimentação de pessoal entre órgãos e entidades do Conjunto Administrativo do Distrito Federal.

Art. 25 - O ato de abertura de crédito adicional fará referência expressa a:

I - Unidade Orçamentária;

II - Função, Programa, Subprograma, Projeto e/ /ou Atividade e natureza da despesa alterados;

III - Cota Trimestral de Despesa.

CAPÍTULO VII

DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES

Art. 26 - As entidades da Administração Indireta e Fundações deverão encaminhar suas propostas de orçamento e de programa de trabalho à aprovação do Governador, por intermédio da Secretaria do Governo e através da Secretaria de Estado a que se vinculem, observadas as instruções baixadas pela primeira.

Art. 27 - Os orçamentos das entidades da Administração Indireta e Fundações que recebem contribuições e/ou auxílios à conta do Orçamento do Distrito Federal, poderão ser alterados:

I - Por Decreto do Governador;

a) - quando se tratar de utilização de excesso de arrecadação da receita gerada pelo Órgão;

b) - quando, sem acréscimo da receita por anulação total ou parcial de dotações, ocorrer alteração do programa de trabalho;

c) - quando se tratar de utilização de "Superavit Financeiro", apurado em Balanço Patrimonial.

II - Por ato próprio do Órgão, nos demais casos.

§ 1º - Nos casos previstos nos alíneas "a e b" do inciso I, ressalvada a audiência da Secretaria a que se vinculem as entidades, será ouvida a Secretaria do Governo.

§ 2º - Nos casos previstos na alínea "c", além do que preceitua o § 1º, deverá ser ouvida a Secretaria de Finanças, devendo a alteração estar acompanhada da demonstração do "Superavit Financeiro" apurado em Balanço Patrimonial, bem como suas vinculações, se houver.

§ 3º - As alterações previstas no inciso II deverão ser publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal e comunicadas, imediatamente, às Coordenações dos Sistemas de Orçamento, Planejamento e Contabilidade.

Art. 28 - Os relatórios de acompanhamento da execução da programação de trabalho aprovada, em observância às instruções baixadas pelo Secretário do Governo, deverão ser encaminhados, até o dia 08 (oito) do primeiro mês do trimestre subsequente, à Coordenação do Sistema de Planejamento, por intermédio da Secretaria de Estado a que se vincule.

§ 1º - A liberação de Auxílios às entidades mencionadas neste capítulo ficará condicionada à apresentação do atestado de execução do Programa de Trabalho.

§ 2º - A Coordenação do Sistema de Planejamento comunicará ao Departamento da Despesa o não cumprimento do disposto neste artigo.

CAPÍTULO VIII

DA ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITOS

Art. 29 - São competentes para administrar créditos na qualidade de ordenadores de despesa:

I - os dirigentes das Unidades Orçamentárias;

II - o coordenador do Sistema de Pessoal, quanto às despesas de Pessoal, de Transferências a Pessoas e de Obrigações Patronais;

III - o Diretor do Departamento da Despesa, quanto às Despesas de Exercícios Anteriores e Formação do Patrimônio do Servidor Público;

IV - o Coordenador do Sistema de Material, quanto às Despesas de Material de Consumo, Equipamentos e Material Permanente;

V - o chefe do Gabinete Civil do Governador, quanto às Despesas com Publicações e Divulgações;

VI - o Coordenador do Sistema de Administração de Próprios, quanto às Despesas com Água e Esgoto e de Energia Elétrica.

§ 1º - Ficam excetuadas do disposto nos incisos II, III, IV e VI, deste artigo, as dotações consignadas aos Órgãos Relativamente Autônomos e à Secretaria de Segurança Pública.

§ 2º - O disposto no § 1º deste artigo, com relação aos Órgãos Relativamente Autônomos e à Secretaria de Segurança Pública, não exime a supervisão dos Órgãos Centrais dos Sistemas

de Pessoal e Material e de Administração de Próprios.

§ 3º - Da competência para administrar créditos, observadas as disposições legais, decorrem as atribuições de:

I - autorizar a realização de despesa e determinar a emissão de Nota de Empenho;

II - determinar a realização de licitação ou dispensá-la quando for o caso;

III - autorizar a concessão de adiantamento;

IV - determinar a liquidação da despesa e requisitar seu pagamento.

§ 4º - A dispensa de licitação de que trata o inciso II do parágrafo anterior será efetuada sempre com indicação do nome do favorecido no caso de adiantamentos para compras consideradas de pequeno vulto, fazendo-se, entretanto, referência expressa a cada espécie de despesa.

§ 5º - A autoridade administradora de créditos não poderá autorizar despesas nem adiantamento em seu favor, salvo nos casos de vencimentos e vantagens e de despesas de viagem.

Art. 30 - Será centralizada a movimentação das dotações orçamentárias abaixo especificadas, nos seguintes órgãos:

I - DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - SEA

3.1.1.0 - Pessoal
3.1.1.3 - Obrigações Patronais;
3.2.5.0 - Transferências a Pessoas;
3.2.5.9 - Outras Transferências a Pessoas;
01 - Abono Familiar;
02 - Auxílio Funeral;

II - DIVISÃO DE INATIVOS E DISPONÍVEIS - SEA

3.2.5.0 - Transferências a Pessoas (Pessoal Inativos e Pensionistas)
3.2.5.9 - Outras Transferências a Pessoas
01 - Abono Familiar
02 - Auxílio Funeral

III - DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - SEA

3.1.2.0 - Material de Consumo
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente

IV - DIVISÃO DE LIQUIDAÇÃO - SEF

3.1.9.2 - 3.2.9.2 - 4.1.9.2 - 4.2.9.2 - 4.3.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores
3.2.8.0 - Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

V - DIVISÃO DE CONTROLE DE IMÓVEIS - SEA

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos
42 - Água e Esgoto
44 - Energia Elétrica

Parágrafo Único - A centralização, de que trata este artigo, não se aplica, nos casos dos incisos I a V, aos Órgãos Relativamente Autônomos e à Secretaria de Segurança Pública.

CAPÍTULO IX
DO EMPENHO

Art. 31 - Nenhuma despesa poderá ser realizada, sem prévia autorização do ordenador de que trata o Artigo 29.

§ 1º - A autorização de que trata este artigo deverá ser precedida das seguintes informações da Seção de Orçamento e Finanças ou Órgão equivalente quanto a:

I - propriedades de imputação da despesa;

II - existência de crédito orçamentário suficiente para atendê-la;

III - limite da despesa na programação trimestral da Unidade.

§ 2º - Serão responsáveis por despesas efetivadas, com inobservância do disposto neste Artigo, as autoridades que lhe derem causa.

§ 3º - O Departamento da Despesa não aceitará nenhuma Nota de Empenho emitida em desacordo com o disposto no presente Artigo.

Art. 32 - O empenho poderá ser: Ordinário, por Estimativa ou Global.

a) - ordinário, quando se conheça o montante, porém sem parcelamento, seja do material, serviços ou pagamento;

b) - por Estimativa, quando o valor total da despesa não pode ser determinado, podendo, no entanto, haver parcelamento tanto da entrega do material ou serviço, como do pagamento;

c) - Global para as despesas contratuais e outras, em que se conheça o montante, porém sujeitas a parcelamento.

Parágrafo Único - A dedução da cota trimestral das despesas empenhadas por estimativa ou empenho global far-se-á por ocasião da requisição do pagamento, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 43.

Art. 33 - Para cada empenho será extraído um documento denominado "NOTA DE EMPENHO" (NE) que conterá os seguintes dados:

I - número da NE, seguido dos dois últimos algarismos do ano da emissão;

II - denominação da Unidade Orçamentária;

III - código e denominação da Função, Programa, Subprograma, Projeto ou Atividade;

IV - nome e endereço do credor;

V - número e data do ato de aprovação da Cota Trimestral de Despesa e alterações posteriores;

VI - fonte de recursos;

VII - exercício a que pertence a despesa;

VIII - modalidade e número da licitação ou dispositivo legal em que se baseou a dispensa;

IX - classificação da despesa;

X - espécie de empenho;

XI - saldo anterior, valor da Nota de Empenho e o novo saldo da dotação;

XII - saldo anterior, valor da Nota de Empenho e o novo saldo da Cota Trimestral, salvo os casos previstos no artigo 32;

XIII - Especificação suscinta e precisa da despesa;

XIV - importância por extenso;

XV - declaração datada e assinada pelo servidor responsável, de que a despesa foi deduzida da dotação própria;

XVI - data e assinatura da autoridade emitente;

XVII - quando se tratar de Convênio e Contrato, declaração expressa;

XVIII - quando se tratar de Convênios e recursos vinculados, discriminação da origem dos recursos.

§ 1º - É vedada a emissão de Nota de Empenho à Conta de mais de um Projeto e/ou Atividade.

§ 2º - A emissão da Nota de Empenho será precedida de licitação salvo se houver sido autorizado a sua dispensa, mediante ato expresso, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º - Fica dispensada de licitação e do respectivo ato formal de dispensa a realização das seguintes despesas:

I - bancárias;

II - com serviços públicos (água, luz, telefone, telegrama e outros);

III - de registro em cartório, custas e sentenças judiciais e honorários;

IV - miúdas, de pronto pagamento;

V - da natureza acessória da despesa considerada principal, desde que exigidas por disposição legal;

VI - de Convênio com entidades públicas;

VII - com seguro de qualquer natureza;

VIII - com aquisição de passagens;

IX - com aquisição de material e objetos em leilões públicos;

X - de caráter secreto ou reservado.

Art. 34 - As Notas de Empenho serão emitidas, no mínimo, em 06 (seis) vias, que terão a seguinte destinação:

I - a primeira será entregue ao credor diretamente, mediante recibo no verso da sexta via, ou a ele remetida por ofício do órgão emissor, salvo quando a Nota de Empenho for Global ou por Estimativa, caso em que será observado o disposto no artigo 35;

II - a segunda será entregue diretamente ao protocolo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da emissão;

III - a terceira será entregue à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV - a quarta será entreque à Divisão de Liquidação, do Departamento de Despesa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

V - a quinta será entregue à Coordenação do Sistema de Orçamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

VI - a sexta ficará arquivada no órgão emissor;

Parágrafo Único - Nos casos de dotações cuja movimentação seja centralizada, será extraída uma sétima via da Nota de Empenho para remessa à Seção de Orçamento e Finanças ou órgão equivalente da Unidade Orçamentária correspondente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 35 - A primeira via da Nota de Empenho Global ou por Estimativa ficará arquivada na repartição emissora para anotações e deduções, no verso, de cada parcela de pagamento, até seu limite ou dedução de todas as despesas e será anexada à última solicitação de pagamento.

Parágrafo Único - A emissão da Nota de Empenho Global ou por Estimativa será comunicada ao credor por ofício.

Art. 36 - As requisições de material, prestação de serviços ou execução de obras, à conta de Nota de Empenho Global ou por Estimativa, só poderão ser feitas, observada a suficiência de saldo para atendê-las.

Art. 37 - Toda anulação de despesa reverterá ao crédito correspondente, se ocorrida no exercício, ficando os órgãos movimentadores de dotações obrigados a emitir a Nota de Anulação de Empenho, em 06 (seis) vias, que terão o mesmo destino das Notas de Empenho, observados os prazos seguintes;

I - no prazo de 05 (cinco) dias, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal;

II - no prazo de 24 (vinte e quatro) horas:

a) - à Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças;

b) - à Divisão de Liquidação da Secretaria de Finanças;

c) - à Coordenação do Sistema de Orçamento da Secretaria do Governo;

d) - à Seção de Orçamento e Finanças ou órgão equivalente da Unidade Orçamentária respectiva, quando for o caso.

§ 1º - No caso de anulação de Nota de Empenho, a autoridade competente deverá justificá-la.

§ 2º - O procedimento previsto neste artigo aplica-se também, aos casos de retificação, mesmo que não implique em reversão de despesa.

§ 3º - O valor da anulação, de que trata este artigo, reverterá, ainda à cota trimestral vigente.

Art. 38 - Os compromissos com vigência plurianual serão atendidos por crédito próprio consignado no Orçamento, devendo a despesa ser empenhada no início do exercício financeiro.

Art. 39 - É vedada a emissão de Nota de Empenho posterior a 10 (dez) de dezembro, exceto para as despesas com Pessoal, Encargos Sociais, as decorrentes de crédito suplementar, aberto após esta data, e as expressamente autorizadas pelo Governador.

Art. 40 - Poderão ser pagas por dotação para "Despesas de Exercícios Anteriores", constantes dos quadros discriminativos de despesas das Unidades Orçamentárias, as dívidas de exercícios encerrados, devidamente reconhecidas pelas autoridades competentes.

§ 1º - As dívidas de que trata o presente artigo compreendem as seguintes categorias:

I - despesas de "Restos a Pagar", com prescrição interrompida, desde que o crédito respectivo tenha sido convertido em renda;

II - compromissos que decorram de obrigação legal ou independam de ato da administração para sua realização, ainda que não tenha sido prevista a dotação orçamentária própria ou não tenha esta deixado saldo no exercício respectivo.

§ 2º - São competentes para reconhecer dívidas de exercícios anteriores:

I - o Secretário de Finanças nos casos do inciso I, do parágrafo anterior;

II - os Titulares das Unidades Orçamentárias nos casos do inciso II, do parágrafo anterior para as despesas das respectivas Unidades.

CAPÍTULO X
DA LIQUIDAÇÃO

Art. 41 - A orientação normativa, a supervisão técnica e o controle da liquidação da despesa serão exercidos pela Secretaria de Finanças, através do seu órgão próprio.

§ 1º - Os processos e quaisquer outros documentos originários de despesas serão encaminhados à Divisão de Liquidação imediatamente após a sua formalização.

§ 2º - Ficam excetuados do disposto no parágrafo anterior os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública.

Art. 42 - A unidade administradora de crédito processará a liquidação da despesa que tenha sido ordenada por seu titular, tomando por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, verificando o direito adquirido pelo credor, a fim de se apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.

Art. 43 - Após o fornecimento do material, prestação do serviço ou execução da obra, os credores apresentarão ao órgão emissor da Nota de Empenho, independente de requerimento, para processamento da liquidação da despesa, as contas respectivas acompanhadas da primeira via da Nota de Empenho, exceto nos casos de Empenho Global ou por Estimativa.

§ 1º - Na hipótese de Nota de Empenho Global ou Por Estimativa, as requisições de pagamento indicarão o número desta, a Função, o Programa, o Subprograma, o Projeto ou Atividade e o saldo anterior, o valor do pagamento e o novo saldo da Nota de Empenho e da Cota Trimestral.

§ 2º - Uma via da requisição de pagamento, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser remetida à Divisão de Acompanhamento e Controle da Execuçao Orçamentária, da Coordenação do Sistema de Orçamento.

§ 3º - Os abatimentos de preços, voluntários ou concedidos em virtude de Lei ou de Contrato, devem ser demonstrados nas contas.

§ 4º - Sempre que o credor apresentar fatura, esta deverá ser acompanhada da documentação fiscal correspondente.

§ 5º - As declarações de recebimento de material, prestação de serviço ou execução de obras deverão constar do campo próprio da primeira via da Nota de Empenho e na primeira via da documentação fiscal correspondente.

§ 6º - No caso de Nota de Empenho Global ou Por Estimativa, a declaração na primeira via será feita quando da solicitação de pagamento da última parcela devida.

§ 7º - Quando se tratar de pagamento de obras, observar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 14.

Art. 44 - A liquidação da despesa por fornecimento feito ou serviços prestados terá por base as condições estabelecidas na licitação ou ato de sua dispensa, cláusulas contratuais, ajuste ou acordo respectivo e nos comprovantes da efetiva entrega e recebimento do material, da prestação do serviço ou da execução da obra.

Parágrafo Único - Para a liquidação da despesa é indispensável constar do processo:

I - a primeira via da Nota de Empenho, ou referência expressa ao seu número, nos casos de empenho global ou por estimativa;

II - atestado, no campo próprio da primeira via da Nota de Empenho, e no documento fiscal, pelo agente credenciado, do recebimento do material, da prestação do serviço ou execução da obra, salvo nos casos previstos no parágrafo 6º do artigo 43 e no parágrafo 1º do artigo 51;

III - no caso da Nota de Empenho Global ou Por Estimativa, declaração de que foi deduzido do saldo da Nota de Empenho e dos valores para aplicação no trimestre ;

IV - nome, por extenso (em carimbo ou letra de forma), número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que o instruírem;

V - nos casos de despesa com fornecimento de passagem a servidor, cópia ou publicação do ato autorizativo da viagem, salvo nos casos previstos na legislação em vigor e quando se tratar de convidado, indicação expressa do fato;

VI - informação do órgão próprio de que o fornecedor ou contratante de serviço ou obra não é devedor da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Art. 45 - Após cumprido o disposto no artigo anterior será requisitado o pagamento, encaminhando-se o processo à Divisão de Liquidação.

Parágrafo Único - Quando se tratar de despesa com aquisição de bem móvel e imóvel, o processo tramitará pela Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças, para fins de incorporação ao acervo patrimonial do Distrito Federal.

Art. 46 - A remessa de processos liquidados à Divisão de Liquidação do Departamento da Despesa, para efeito de supervisão e preparo de pagamento, dar-se-á somente até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada exercício.

Art. 47 - Compete à Divisão de Liquidação fiscalizar e apurar o cumprimento do disposto neste Capítulo, sem prejuízo de outros preceitos legais vigentes.

Art. 48 - O órgão emitente de Ordem de Pagamento deverá mencionar na mesma, em destaque, o Projeto ou Atividade constante da Nota de Empenho ou documento equivalente.

CAPÍTULO XI
DO PAGAMENTO

Art. 49 - O pagamento da despesa somente será ordenado após sua regular liquidação.

Art. 50 - Efetuado o pagamento, o órgão pagador enviará, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o respectivo processo ao órgão de Contabilidade e cópia da Ordem de Pagamento à Coordenação do Sistema de Orçamento.

Art. 51 - Não é permitido efetuar pagamento antecipado da despesa.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica às despesas:

a) - com assinatura de jornais, periódicos e outras publicações;

b) - quando a peculiaridade da transação exigir pagamento antecipado, adotadas as devidas cautelas, sob a responsabilidade do ordenador da despesa.

§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo 1º, a despesa será debitada em conta nominativa do credor e a baixa somente se fará após a comprovação da regular efetivação da entrega do material, prestação do serviço ou execução da obra.

Art. 52 - Os pagamentos devidos pelo Distrito Federal em virtude de sentenças judiciais, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta do crédito respectivo, atendido o disposto na Constituição da República.

Art. 53 - Exceto nos casos previstos em Lei, os órgãos da Administração Direta, as Entidades da Administração Indireta e as Fundações utilizarão, exclusivamente, os serviços do Banco Regional de Brasília S.A.

Parágrafo Único - Mediante proposição fundamentada do órgão interessado poderá ser autorizado, pelo Secretário de Finanças, em caráter excepcional, o aproveitamento de serviços e a manutenção ou abertura de contas em outras instituições financeiras.

Art. 54 - Os Órgãos Relativamente Autônomos, a Secretaria de Segurança Pública, as Entidades da Administração Indireta e as Fundações, encaminharão ao Departamento da Despesa, demonstrativo de sua disponibilidade diária.

CAPÍTULO XII
DOS ADIANTAMENTOS

Art. 55 - A concessão, a aplicação e a comprovação de adiantamento a servidores observarão o disposto neste Capítulo e em normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parágrafo Único - Somente serão requisitados adiantamentos em nome de servidores dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal e das Tabelas de Emprego dos Órgãos Relativamente Autônomos e Entidades da Administração Indireta e Fundações.

Art. 56 - Os adiantamentos serão autorizados pelos Ordenadores de Despesa, em cada caso, até o limite de 20 (vinte) vêzes o valor de referência, vigente, e somente para atender a despesas:

I - miúdas, de pronto pagamento, entendidas como tais as que devam ser efetuadas para atender a necessidades inadiáveis do serviço, inclusive aquisição de material de consumo, ainda que exista dotação específica e desde que não exceda em cada espécie de despesa, a 1/5 (hum quinto) do valor de referência vigente;

II - com viagem de servidores;

III - com aquisição de materiais e objetos em leilões públicos;

IV - de custas e sentenças judiciais;

V - de caráter secreto ou reservado, com diligências policiais e judiciais ou com sindicância, administrativa ou fiscal;

VI - de mordomia;

VII - com alimentação de servidores;

§ 1º - Fora dos casos indicados nos incisos deste artigo e além do limite nele estabelecido, somente será utilizado o regime de adiantamento, em caráter excepcional, quando as circunstâncias não permitirem o processamento normal de aquisição ou o pagamento da despesa não puder ser atendido pela via bancária ou estação pagadora.

§ 2º - Dependerá de autorização prévia do Governador a concessão de adiantamentos nos casos previstos no parágrafo anterior.

§ 3º - O adiantamento concedido para determinado fim não poderá ter aplicação diferente da indicada na respectiva requisição.

§ 4º - As despesas acessórias e indispensáveis à aplicação do adiantamento correrão também, por conta deste.

§ 5º - Um único adiantamento, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 33, poderá se destinar ao pagamento de despesas à conta de diversos Projetos e/ou Atividade e/ou Elemento de Despesa.

Art. 57 - O adiantamento será requisitado pelo dirigente do órgão de lotação do servidor responsável por sua aplicação e diretamente subordinado ao titular da Unidade Orçamentária e, da requisição, deverá constar:

a) exercício a que pertence a despesa;

b) nome, matrícula, cargo ou função do responsável e repartição onde trabalha;

c) prazo de aplicação;

d) dispositivo legal em que se baseia;

e) classificação da despesa;

f) indicação do fim a que se destina o adiantamento;

g) importância a adiantar, em algarismo e por extenso;

h) justificativa do pedido.

Art. 58 - A concessão de adiantamento está sujeita às normas de empenho, liquidação e pagamento e, sua aplicação, às normas de licitação.

Art. 59 - Os adiantamentos serão depositados em conta especial, em agência do Banco Regional de Brasília S.A., com indicação do nome, matrícula, cargo ou função do responsável, salvo nos casos previstos nos incisos I, II e IV, do artigo 56, em que o quantitativo poderá ser entregue ao servidor.

Parágrafo Único - Os pagamentos das despesas serão feitos por meio de cheques nominativos ou ordens bancárias, com exceção da hipótese ressalvada no "caput" deste Artigo.

Art. 60 - O adiantamento só poderá atender a pagamentos de serviços ou fornecimentos realizados a partir da data de seu recebimento dentro do prazo indicado para sua aplicação.

§ 1º - Poderá ser concedido reforço de adiantamento, observado o disposto no artigo 57, por solicitação do responsável, devidamente justificado, à autoridade requisitante.

§ 2º - O reforço de adiantamento, feito mediante novo empenho, será autorizado pela mesma autoridade que o concedeu e obedecerá o disposto nos artigos 58 e 59.

Art. 61 - Os responsáveis por adiantamentos comprovarão sua aplicação de acordo com o disposto neste capítulo e em normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§ 1º - As chefias das Seções de Orçamento e Finanças ou órgãos equivalente ficam obrigadas a:

I - orientar os responsáveis por adiantamentos na organização dos respectivos processos de comprovação;

II - verificar se os recibos, comprovantes e demais documentos estão em perfeita ordem, declarando em despacho, no próprio processo;

III - encaminhar à Divisão de Tomada de Contas a comprovação do adiantamento, devidamente informada, dentro de 05 (cinco) dias de sua apresentação.

§ 2º - Os abatimentos de preço concedidos observarão o estabelecido no parágrafo 3º, do artigo 43, devendo a despesa ser incluída na comprovação, pelo valor líquido.

§ 3º - O responsável pela aplicação de adiantamento não poderá pagar a si mesmo, salvo nos casos de despesa de viagem.

§ 4º - Os recibos e/ou documentos fiscais deverão ser emitidos pelo credor, em nome do responsável pela aplicação do adiantamento e do Distrito Federal.

§ 5º - Quando o recibo for passado a rogo, deverá constar dele a identidade do rogador, do signatário e de duas testemunhas.

§ 6º - Quando se tratar de comprovação de adiantamento para despesas de viagem deverá constar, dos documentos comprobatórios da despesa, o visto da autoridade requisitante e, no demonstrativo, a atestação pelo chefe imediato, da realização da viagem com indicação da data de início e término da mesma.

§ 7º - Os documentos de despesa de adiantamentos serão anexados à comprovação, em original.

§ 8º - Não poderá ser juntada nenhuma fatura de fornecimento à comprovação, sem ser acompanhada de documento fiscal correspondente.

Art. 62 - A comprovação de adiantamento de despesa de caráter secreto ou reservado será prestada diretamente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 63 - Os processos relativos a concessão de adiantamentos, serão encaminhados, no prazo de 05 (cinco) dias após a entrega, à Divisão de Tomada de Contas da Coordenação do Sistema de Contabilidade.

Art. 64 - A comprovação dos adiantamentos será encaminhada à Divisão de Tomada de Contas da Coordenação do Sistema de Contabilidade para exame de sua regularidade:

I - no prazo de 15 (quinze) dias, pelos Órgãos de Relativa Autonomia e Secretaria de Segurança Pública;

II - no prazo de 05 (cinco) dias, nos demais casos.

CAPÍTULO XIII
DOS RESTOS A PAGAR

Art. 65 - Deverão ser encaminhados à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade, improrrogável mente, até o dia 05 (cinco) de janeiro de cada exercício, pelos Órgãos Relativamente Autônomos e pela Secretaria de Segurança Pública, relação das despesas a serem inscritas em "Restos a Pagar" distinguindo-se as processadas das não processadas.

§ 1º - Das relações deverão constar:

I - denominação da Unidade Orçamentária;

II - denominação do órgão emissor da Nota de Empenho;

III - número de ordem das Notas de Empenho que deverão ser relacionadas em ordem crescente de numeração por natureza de despesa e o valor das mesmas;

IV - nome do credor.

§ 2º - Quando se tratar de Nota de Empenho Global ou Por Estimativa, além do valor da Nota de Empenho, deverá ser indicado o montante aplicado, o saldo a ser inscrito em "Restos a Pagar" e o valor a ser revertido, observando-se, neste caso, o disposto no artigo 37.

§ 3º - Os demais órgãos movimentadores de dotação deverão encaminhar, no mesmo prazo, relação das Notas de Empenho Globais ou por Estimativa, com os elementos indicados nos Parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Art. 66 - Os órgãos movimentadores de dotação elaborarão cronograma de pagamento das despesas inscritas em "Restos a Pagar", observando para as relativas a fornecimento de material e prestação de serviços, os prazos dos compromissos assumidos e, para as relativas a execução de obras, os prazos dos cronogramas físico-financeiros.

§ 1º - Os cronogramas previstos no "caput" deste artigo serão enviados, até o dia 15 (quinze) de janeiro de cada exercício:

I - ao Departamento da Despesa - para elaboração do cronograma geral;

II - à Coordenação do Sistema de Planejamento - - para acompanhamento.

§ 2º - As Entidades da Administração Indireta e Fundações que tenham recursos diferidos enviarão, até o dia 10 (dez) de janeiro de cada exercício, à Unidade Orçamentária a que se vinculem, para inclusão no cronograma desta:

I - relação das despesas levadas à conta de "Restos a Pagar" distinguindo as processadas das não processadas;

II - cronograma de pagamento, observados os mesmos critérios da "caput" deste artigo, distinguindo as despesas a serem pagas com recursos próprios.

§ 3º - Cópias da relação e do cronograma indicados nos parágrafos anteriores, deverão ser enviadas, pelos órgãos movimentadores de dotação, ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Planejamento, juntamente com o respectivo cronograma.

Art. 67 - A liquidação e o pagamento das despesas inscritas em "Restos a Pagar" serão processados independentemente de requerimento do credor.

CAPÍTULO XIV
DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS

Art. 68 - As Seções e órgãos equivalentes dos Sistemas de Orçamento e Contabilidade do Distrito Federal deverão:

I - manter atualizado, por Projeto, Atividade e natureza de despesa, o controle dos saldos dos créditos orçamentários consignados à Unidade Orçamentária a que estiverem subordinados;

II - remeter, até o dia 05 (cinco) de cada mês:

a) - às Coordenações dos Sistemas de Orçamento, Contabilidade e ao Departamento da Despesa, quadro discriminativo da execução orçamentária, por natureza da despesa;

b) - à Coordenação do Sistema de Orçamento, quadro resumo da folha de pagamento;

c) - ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Orçamento, quadro Demonstrativo das Despesas com Pessoal (QDP) ocorridas no mês anterior;

III - manter registro por subelementos, item, e subitem, dos créditos consignados a cada Projeto ou Atividade.

Art. 69 - Os órgãos responsáveis pela execução dos Projetos e/ou Atividades deverão:

I - manter acompanhamento físico-financeiro atualizado de cada Projeto e/ou Atividade sob sua responsabilidade;

II - solicitar, através de formulários próprios, sempre que necessário, a aquisição de material ou contratação de obras ou serviços para esse fim.

Art. 70 - A Coordenação do Sistema de Orçamento e o Departamento da Despesa manterão controle, através das Notas de Empenho ou documentos equivalentes e de balancetes, do registro das despesas empenhadas em cada Unidade Orçamentária, por Função, Programa, Projeto e/ou Atividade e natureza de despesa.

Art. 71 - Compete à Divisão de Arrecadação do Departamento da Receita:

I - manter atualizada a escrituração da receita arrecadada;

II - elaborar e remeter ao Departamento da Despesa e às Coordenações dos Sistemas de Orçamento e Planejamento, até o dia 10 (dez) de cada mês, demonstrativo da receita arrecadada no mês anterior, com discriminação por fonte de receita;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à Coordenação do Sistema de Contabilidade, os mapas discriminativos da arrecadação diária e os comprovantes de depósitos.

Art. 72 - Compete à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade.

I - manter atualizada a contabilização em todos os seus estágios, do Orçamento do Distrito Federal, de acordo com as tabelas explicativas e com os créditos adicionais compreendidos na execução orçamentária;

II - elaborar, até o dia 15 (quinze) de cada mês, por Unidade Orçamentária, por Função, Programa, Subprograma, Projeto e/ou Atividade e natureza de despesa, demonstrativo da despesa empenhada e paga no mês anterior, remetendo cópias às Coordenações dos Sistemas de Orçamento e Planejamento e às Unidades Orçamentárias.

Art. 73 - As Divisões de Cadastro Financeiro e de Inativos e Disponíveis da Secretaria de Administração, os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública remeterão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante protocolo em livro, cópia do Quadro Resumo de Despesa das folhas de pagamento por Unidade Orçamentária, do qual deverá constar por atividade, natureza de despesa, o saldo anterior, o valor da despesa e o novo saldo, aos seguintes órgãos:

I - às Seções de Orçamento e Finanças ou órgãos equivalentes;

II - às Divisões de Liquidação e de Contabilidade da Secretaria de Finanças;

III - às Coordenações de Orçamento e de Planejamento da Secretaria do Governo;

IV - à Inspetoria Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 74 - As Entidades da Administração Indireta e as Fundações remeterão:

a) - ao Departamento da Despesa, quadro resumo da folha de pagamento de pessoal, sendo vedada a liberação de recursos sem a entrega deste documento;

b) - até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, ao Departamento da Despesa, demonstrativo dos gastos efetivos ocorridos no mês anterior com as despesas de pessoal (QDP);

c) - até o dia 10 (dez) do mês subsequente, à Coordenação do Sistema de Contabilidade, aos Departamentos de Auditoria e da Despesa, e às Coordenações dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, relatórios e balancetes mensais que permitam acompanhar a execução dos respectivos orçamentos-programa;

d) - até o dia 10 (dez) do mês subsequente, à Coordenação do Sistema de Orçamento, o Boletim de Disponibilidade Orçamentária e o Demonstrativo das despesas empenhadas e pagas durante o mês.

Art. 75 - Os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública ficam obrigados a:

I - apresentar até o dia 05 (cinco) de cada mês, à Divisão de Contabilidade, ao Departamento de Auditoria, às Coordenações dos Sistemas de Orçamento e Planejamento e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, balancete e demonstrativo da despesa do mês anterior, segundo modelos instituídos pelo órgão central do Sistema de Contabilidade;

II - encaminhar à Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças:

a) - uma via das Notas de Recebimento de material de consumo, equipamentos e material permanente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

b) - demonstrativos das saídas do Almoxarifado, relativas a material de consumo, equipamentos e material permanente, até o dia 05 (cinco) de cada mês;

c) - comunicação de baixa de bens móveis, até o dia 05 (cinco) de cada mês;

d) - demonstrativo, ao final do exercício, da movimentação de material de consumo em que conste o saldo do exercício anterior, as entradas e saídas do ano, resíduo de preço médio e o saldo para o exercício seguinte, até o dia 10 (dez) de janeiro do exercício subsequente;

e) - demonstrativo, ao final do exercício, das aquisições e baixas dos bens móveis, em que conste o inventário do ano anterior, as aquisições e baixas do exercício e o saldo para o exercí-

cio seguinte, até o dia 10 (dez) de janeiro do exercício subsequente;

III - encaminhar à Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Finanças, até o dia 05 (cinco) de cada mês a conciliação mensal das contas bancárias, acompanhadas de declaração de saldos, fornecidos pelo estabelecimento bancário.

Art. 76 - Para efeito de Tomada de Contas as Seções de Pessoal das Unidades Orçamentárias, encaminharão à Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Finanças, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada exercício, relação dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos, contendo os seguintes dados: nome, matrícula, cargo, data de nomeação e posse.

Parágrafo Único - A relação a que se refere o presente Artigo será atualizado no final de cada trimestre.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77 - As dotações consignadas a Investimentos em Regime de Execução Especial serão detalhadas a nível de natureza de despesa, de acordo com a Lei de Orçamento, por Decreto do Governador.

Art. 78 - Os casos omissos serão resolvidos pelos órgãos específicos das Secretarias do Governo e de Finanças ou mediante Portaria conjunta dos seus titulares.

Art. 79 - No que lhe for aplicável, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, a seu juízo, poderá adotar disposições destas normas.

Art. 80 - Este Decreto, entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.979, revogado o Decreto Nº 4.015, de 29 de dezembro de 1.977, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de Dezembro de 1.979.

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

90º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 4.516 DE 28 DE dezembro DE 1978

Aprova as Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias relativas ao exercício de 1979.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 50 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o Artigo nº 49 do Decreto nº 4515 de 28 de dezembro de 1978.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam aprovadas, na forma dos quadros anexos, as Cotas Trimestrais de Despesa que cada Unidade Orçamentária está autorizada a utilizar no exercício de 1979.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de Dezembro de 1978

90º da República e 19º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
0.100	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	15.200.000	19.640.000	19.040.000	18.516.000	72.396.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	13.000.000	16.640.000	16.640.000	15.366.000	61.646.000
	- Outras Despesas	2.200.000	3.000.000	2.400.000	3.150.000	10.750.000
1.101	GABINETE DO GOVERNADOR	13.450.000	11.360.000	11.210.000	6.180.000	42.200.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	8.000.000	9.810.000	9.810.000	4.830.000	32.450.000
	- Outras Despesas	5.450.000	1.550.000	1.400.000	1.350.000	9.750.000
1.102	DEPARTAMENTO DE TURISMO	11.504.000	7.054.000	5.353.000	3.700.000	27.611.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.400.000	4.000.000	4.000.000	1.846.000	13.246.000
	- Outras Despesas	8.104.000	3.054.000	1.353.000	1.854.000	14.365.000
1.103	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E RECREAÇÃO	3.550.000	5.940.000	6.040.000	2.978.000	18.508.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.750.000	3.850.000	3.850.000	1.258.000	11.708.000
	- Outras Despesas	800.000	2.090.000	2.190.000	1.720.000	6.800.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.104	ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DE BRASÍLIA	2.500.000	3.350.000	3.259.000	1.500.000	10.609.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.400.000	1.800.000	1.659.000	-	4.859.000
	- Outras Despesas	1.100.000	1.550.000	1.600.000	1.500.000	5.750.000
1.105	CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	1.330.000	1.577.000	1.603.000	1.159.000	5.669.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	900.000	1.100.000	1.000.000	554.000	3.554.000
	- Outras Despesas	430.000	477.000	603.000	605.000	2.115.000
1.200	PROCURADORIA GERAL	10.870.000	12.990.000	14.050.000	3.740.000	41.650.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	9.990.000	11.730.000	12.240.000	2.340.000	36.300.000
	- Outras Despesas	880.000	1.260.000	1.810.000	1.400.000	5.350.000
1.301	SECRETARIA DO GOVERNO	49.700.000	63.920.000	73.171.000	108.850.000	295.641.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.550.000	16.270.000	15.360.000	8.350.000	52.520.000
	- Outras Despesas	8.650.000	12.150.000	12.620.000	8.850.000	42.270.000
	- Reserva de Contingência	15.000.000	18.000.000	30.000.000	87.000.000	150.000.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
	COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	8.000.000	13.000.000	10.201.000	-	31.201.000
	- Outras Despesas	5.500.000	4.500.000	5.000.000	4.650.000	19.650.000
1.303	ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE	6.266.000	7.381.000	4.490.000	2.623.000	20.760.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.763.000	3.381.000	3.384.000	1.172.000	10.700.000
	- Outras Despesas	3.503.000	4.000.000	1.106.000	1.451.000	10.060.000
1.304	REGIÃO ADMINISTRATIVA II-GAMA	8.195.000	13.670.000	15.670.000	17.945.000	55.480.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	4.805.000	5.670.000	5.670.000	3.655.000	19.800.000
	- Outras Despesas	3.390.000	8.000.000	10.000.000	14.290.000	35.680.000
1.305	REGIÃO ADMINISTRATIVA III-TAGUATINGA	21.437.000	25.850.000	18.812.000	15.843.000	81.942.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	7.850.000	7.850.000	7.850.000	7.850.000	31.400.000
	- Outras Despesas	13.587.000	18.000.000	10.962.000	7.993.000	50.542.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.306	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV-BRAZLÂNDIA	6.327.000	5.622.000	5.257.000	1.294.000	18.500.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.400.000	2.860.000	2.860.000	880.000	9.000.000
	- Outras Despesas	3.927.000	2.762.000	2.397.000	414.000	9.500.000
1.307	REGIÃO ADMINISTRATIVA V-SOBRADINHO	16.947.000	5.381.000	6.325.000	4.747.000	33.400.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.900.000	4.100.000	4.100.000	4.100.000	16.200.000
	- Outras Despesas	13.047.000	1.281.000	2.225.000	647.000	17.200.000
1.308	REGIÃO ADMINISTRATIVA VI-PLANALTIVA	4.055.000	5.120.000	5.850.000	1.775.000	16.800.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.100.000	2.670.000	2.670.000	1.260.000	8.700.000
	- Outras Despesas	1.955.000	2.450.000	3.180.000	515.000	8.100.000
1.309	ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL,INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	4.860.000	5.600.000	5.545.000	4.275.000	20.280.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.200.000	3.500.000	3.500.000	2.600.000	12.800.000
	- Outras Despesas	1.660.000	2.100.000	2.045.000	1.675.000	7.480.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.401	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	87.290.000	90.000.000	90.000.000	57.690.000	324.980.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	53.000.000	70.000.000	70.000.000	19.200.000	212.200.000
	- Outras Despesas	34.290.000	20.000.000	20.000.000	38.490.000	112.780.000
1.402	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	6.653.000	7.998.000	7.917.000	3.808.000	26.376.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.312.000	6.421.000	6.422.000	2.671.000	20.826.000
	- Outras Despesas	1.341.000	1.577.000	1.495.000	1.137.000	5.550.000
1.500	SECRETARIA DE FINANÇAS	241.320.000	238.000.000	285.371.000	335.960.000	1.100.651.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	30.000.000	38.000.000	38.000.000	16.400.000	122.400.000
	- Outras Despesas	211.320.000	200.000.000	247.371.000	319.560.000	978.251.000
1.601	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	378.939.000	451.979.000	513.027.000	189.004.000	1.532.949.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	13.032.000	15.412.000	15.412.000	4.994.000	48.850.000
	- Outras Despesas	27.452.000	28.142.000	30.000.000	34.417.000	120.011.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	300.000.000	350.000.000	411.000.000	97.438.000	1.158.438.000
	- Outras Despesas	30.730.000	50.000.000	48.990.000	43.330.000	173.050.000
	FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	4.000.000	5.000.000	5.000.000	5.900.000	19.900.000
	- Outras Despesas	3.725.000	3.425.000	2.625.000	2.925.000	12.700.000
1.701	SECRETARIA DE SAÚDE	218.900.000	302.500.000	275.750.000	186.396.000	983.546.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.700.000	13.500.000	13.500.000	13.500.000	53.200.000
	- Outras Despesas	400.000	3.000.000	4.250.000	2.050.000	9.700.000
	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	200.000.000	280.000.000	255.000.000	168.500.000	903.500.000
	- Outras Despesas	5.800.000	6.000.000	3.000.000	2.346.000	17.146.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.703	INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	8.190.000	6.070.000	3.030.000	1.920.000	19.210.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.030.000	2.530.000	30.000	20.000	5.610.000
	- Outras Despesas	5.160.000	3.540.000	3.000.000	1.900.000	13.600.000
1.801	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS	35.360.000	35.275.000	37.840.000	9.515.000	117.990.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	4.050.000	4.800.000	5.400.000	1.350.000	15.600.000
	- Outras Despesas	4.310.000	1.475.000	2.975.000	1.065.000	9.825.000
	FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	20.000.000	23.000.000	23.465.000	-	66.465.000
	- Outras Despesas	7.000.000	6.000.000	6.000.000	7.100.000	26.100.000
1.901	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	51.250.000	88.907.000	53.000.000	52.435.000	245.592.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	15.000.000	18.000.000	18.000.000	10.700.000	61.700.000
	- Outras Despesas	6.250.000	25.000.000	25.000.000	31.300.000	87.550.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	15.000.000	20.000.000	-	-	35.000.000
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	10.000.000	15.907.000	-	-	25.907.000
	- Outras Despesas	5.000.000	10.000.000	10.000.000	10.435.000	35.435.000
2.001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	21.000.000	32.350.000	37.810.000	37.330.000	128.490.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	10.000.000	12.350.000	12.350.000	5.500.000	40.200.000
	- Outras Despesas	11.000.000	20.000.000	25.460.000	31.830.000	88.290.000
2.003	ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA	3.000.000	4.850.000	4.471.000	3.321.000	15.642.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.500.000	3.250.000	3.250.000	2.142.000	11.142.000
	- Outras Despesas	500.000	1.600.000	1.221.000	1.179.000	4.500.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
2.004	SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA	30.101.000	44.020.000	52.020.000	26.739.000	152.880.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	25.000.000	34.020.000	34.020.000	10.790.000	103.830.000
	- Outras Despesas	5.101.000	10.000.000	18.000.000	15.949.000	49.050.000
2.101	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO	33.277.000	37.982.000	37.600.000	37.573.000	146.432.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.200.000	4.000.000	4.000.000	1.560.000	12.760.000
	- Outras Despesas	1.150.000	350.000	200.000	100.000	1.800.000
	FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	20.000.000	28.000.000	28.000.000	29.804.000	105.804.000
	- Outras Despesas	7.327.000	3.732.000	3.500.000	4.789.000	19.348.000
	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.300.000	1.600.000	1.600.000	820.000	5.320.000
	- Outras Despesas	300.000	300.000	300.000	500.000	1.400.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE CR$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
2.201	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	92.650.000	88.600.000	88.940.000	26.137.000	296.327.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	60.000.000	66.000.000	66.000.000	6.380.000	198.380.000
	- Outras Despesas	14.650.000	8.500.000	7.200.000	7.150.000	37.500.000
	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	8.000.000	11.000.000	11.000.000	8.287.000	38.287.000
	- Outras Despesas	10.000.000	3.100.000	4.740.000	4.320.000	22.160.000
2.203	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	91.125.000	111.225.000	97.045.000	16.105.000	315.500.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	85.000.000	105.000.000	90.000.000	6.400.000	286.400.000
	- Outras Despesas	6.125.000	6.225.000	7.045.000	9.705.000	29.100.000
2.204	CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	50.904.000	64.790.000	62.686.000	16.420.000	194.800.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	45.000.000	54.000.000	50.000.000	5.900.000	154.900.000
	- Outras Despesas	5.904.000	10.790.000	12.686.000	10.520.000	39.900.000
	TOTAL GERAL	1.526.150.000	1.799.001.000	1.842.182.000	1.195.478.000	6.362.811.000

DECRETO N.o 4.517 DE 28 DE dezembro DE 19 78

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 796.106/78,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Serviços Públicos, o crédito suplementar no valor de Cr$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

13764471.831 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas 40.000.000,00

13764481.832 - Expansão dos Sistemas de Esgotos Sanitários e Controle da Poluição dos Recursos Hídricos.
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas 30.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, será financiado pelo Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas - FDAE, na forma da EM Nº 633 publicada no Diário Oficial da União, em 21 de dezembro de 1.978.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto, integrará o 4º trimestre, das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de Dezembro de 1.978
90º da República e 19º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 4.518 DE 28 DE dezembro DE 19 78

Altera o Orçamento da Fundação Cultural do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 107, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o Art. 27, Item I, do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, e o que consta no Processo nº 025.359/78.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado, na forma dos quadros anexos, o Orçamento da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de Dezembro de 1978
90º da República e 19º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4.518 DE 28 DE dezembro DE 1978

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO - ATIVIDADE	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	24.982.000,00	FUNÇÃO 08 - Educação e Cultura	28.760.044,52
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.982.000,00	PROGRAMA 07 - Administração	15.927.044,52
- Governo do Distrito Federal	19.982.000,00	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	15.927.044,52
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	5.000.000,00	2.805 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural do Distrito Federal	15.927.044,52
		PROGRAMA 48 - Cultura	12.833.000,00
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	2.080.000,00	SUBPROGRAMA 247 - Difusão Cultural	12.833.000,00
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.080.000,00	1.813 - Implementação do Centro de Criatividade	1.930.000,00
- Governo do Distrito Federal	2.080.000,00	1.804 - Ampliação e Adaptação de Próprios da FCDF	1.500.000,00
		2.806 - Promoções Culturais	9.403.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO/77	1.698.044,52		
T O T A L	28.760.044,52	T O T A L	28.760.044,52

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4.518 DE 28 DE dezembro DE 1978

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

CÓDIGO	E L E M E N T O S											TOTAL
	3.1.1.1	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.3.3	3.2.5.0	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	
2.805	11.166.000,00	870.000,00	-	1.199.044,52	150.000,00	500.000,00	47.000,00	1.995.000,00	-	-		15.927.044,52
1.813	-	500.000,00	850.000,00	-	-	-	-	-	-	400.000,00	180.000,00	1.930.000,00
1.804	-	-	-	-	-	-	-	-	800.000,00	450.000,00	250.000,00	1.500.000,00
2.806	-	-	-	-	9.403.000,00	-	-	-	-	-	-	9.403.000,00
T O T A L	11.166.000,00	1.370.000,00	850.000,00	1.199.044,52	9.553.000,00	500.000,00	47.000,00	1.995.000,00	[illegible],00	850.000,00	430.000,00	28.760.044,52

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4.518 DE 28 DE dezembro DE 1978

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		G.D.F.	PRÓPRIOS	
2.805	Manutenção das Atividades da Fundação Cultural do Distrito Federal	13.482.000,00	2.445.044,52	15.927.044,52
1.813	Implamentação do Centro de Criatividade	1.280.000,00	650.000,00	1.930.000,00
1.804	Ampliação dos Próprios da Fundação Cultural do Distrito Federal	1.500.000,00	-	1.500.000,00
2.806	Promoções Culturais	5.800.000,00	3.603.000,00	9.403.000,00
T O T A L		22.062.000,00	6.698.044,52	28.760.044,52

DECRETO N.o 4.519 DE 28 DE dezembro DE 19 78

Aprova para o exercício de 1979, os Orçamentos Sintéticos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Item II, Artigo 20, da Lei nº 3.751, de abril de 1960, combinado com o Parágrafo Único, do Art. 6º, da Lei nº 6.599, de 01 de dezembro de 1978.

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam aprovados, na forma dos quadros anexos, os Orçamentos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1978
90º da República e 19º de Brasília.

ÉLMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	37.629.000		
1200.00.00 - RECEITAS PATRIMONIAL	14.349.000	FUNÇÃO 04 - Agricultura	62.029.793
1300.00.00 - RECEITAS INDUSTRIAL	20.420.000	PROGRAMA 16 - Abastecimento	62.029.793
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	2.860.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	62.029.793
		2.01 - Manutenção da Centrais de Abastecimento do Distrito	
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	24.400.793	Federal S/A - CEASA	62.029.793
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	24.400.793		
T O T A L	62.029.793	T O T A L	62.029.793

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S								TOTAL
	3.1.1.1	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.9.0	3.2.6.1	4.1.2.0	4.3.5.1	
2.01	14.700.000	4.380.000	1.230.000	22.418.000	800.000	7.103.849	375.000	11.022 944	62.029.793
T O T A L	14.700.000	4.380.000	1.230.000	22.418.000	800.000	7.103.049	375.000	11.022.944	62.029.793

.../mao

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADES - PROJETOS	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	671.899.736	FUNÇÃO 13 - Saúde e Saneamento	1.994.641.360
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	483.573.736	PROGRAMA 76 - Saneamento	1.994.641.360
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.932.000	SUBPROGRAMA - 021 - Administração Geral	575.926.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	185.394.000	1.12 - Manutenção das Atividades da Companhia de Água e Esgotos de Brasília	553.770.000
		1.01 - Obras Civis da Companhia de Água e Esgotos de Brasília	22.156.000
		SUBPROGRAMA 033 - Dívida Interna	140.054.000
		1.02 - Amortização de Dívida Contratada	140.054.000
		SUBPROGRAMA 447 - Abastecimento de Água	448.792.060
		1.03 - Sistema Produtor Rio Descoberto	200.190.260
		1.04 - Sistema Produtor de Brasília e Áreas Adjacentes	13.802.500
		1.05 - Sistemas Produtores das Cidades Satélites	19.575.000
		1.06 - Sistema Distribuidor de Brasília e Áreas Adjacentes	83.787.750
		1.07 - Sistema Distribuidor das Cidades Satélites	121.436.550
		1.08 - Terrenos - Desapropriação	10.000.000
		SUBPROGRAMA 449 - Esgoto Sanitário	829.869.300
		1.09 - Sistema Coletor de Brasília e Áreas Adjacentes	403.285.500
		1.10 - Sistemas Coletores das Cidades Satélites	357.544.800
		1.11 - Sistema de Tratamento e Disposição Final de Brasília e Áreas Adjacentes	41.175.000
		1.12 - Sistemas de Tratamento e Disposição Final das Cidades Satélites	27.864.000
2000.00.00 - RECEITA DE CAPITAL	1.322.741.624		
2200.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO	761.553.006		
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	561.188.618		
T O T A L	1.994.641.360	T O T A L	1.994.641.360

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O			TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.12	Manutenção das Atividades da Companhia de Água e Esgotos de Brasília	553.770.000	-	553.770.000
1.01	Obras Civis da Companhia de Água e Esgotos de Brasília	22.156.000	-	22.156.000
1.02	Amortização de Dívida Contratada	140.054.000	-	140.054.000
1.03	Sistema Produtor Rio Descoberto	200.190.260	-	200.190.260
1.04	Sistema Produtor de Brasília e Áreas Adjacentes	13.802.500	-	13.802.500
1.05	Sistemas Produtores das Cidades Satélites	19.575.000	-	19.575.000
1.06	Sistema Distribuidor de Brasília e Áreas Adjacentes	83.787.750	-	83.787.750
1.07	Sistemas Distribuidores das Cidades Satélites	121.436.550	-	121.436.550
1.08	Terrenos - Desapropriação	10.000.000	-	10.000.000
1.09	Sistema Coletor de Brasília e Áreas Adjacentes	403.285.500	-	403.285.500
1.10	Sistemas Coletores das Cidades Satélites	357.544.800	-	357.544.800
1.11	Sistema de Tratamento e Disposição Final de Brasília e Áreas Adjacentes	41.175.000	-	41.175.000
1.12	Sistemas de Tratamento e Disposição Final das Cidades Satélites	27.864.000	-	27.864.000
T O T A L		1.994.641.360		1.994.641.360

.../mao

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ORÇAMENTO SINTÉTITO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S													TOTAL
	3.1.1.0	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.2	3.2.5.3	3.2.6.1	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.2.1.0	4.3.5.1	
2.12	225.516.268	61.253.732	55.213.000	1.080.000	121.785.000	500.000	50.000	41.436.000	5.351.000	-	41.585.000	-	-	553.770.000
1.01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.156.000	-	-	-	22.156.000
1.02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140.054.000	140.054.000
1.03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.190.260	-	-	-	200.190.260
1.04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.802.500	-	-	-	13.802.500
1.05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.575.000	-	-	-	19.575.000
1.06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83.787.750	-	-	-	83.787.750
1.07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	121.436.550	-	-	-	121.436.550
1.08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000	-	10.000.000
1.09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	403.285.500	-	-	-	403.285.500
1.10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	357.544.800	-	-	-	357.544.800
1.11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.175.000	-	-	-	41.175.000
1.12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.864.000	-	-	-	27.864.000
TOTAL	225.516.268	61.253.732	55.213.000	1.080.000	121.785.000	500.000	50.000	41.436.000	5.351.000	1.290.817.360	41.585.000	10.000.000	140.054.000	1.594.641.360

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1.979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	137.671.000	FUNÇÃO 03 - Administração e Planejamento	145.321.000
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	18.520.000	PROGRAMA 07 - Administração	10.670.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.201.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	10.670.000
- Governo do Distrito Federal	43.201.000	1.001 - Serviços de Desenho e Produtos Gráficos	10.670.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	75.950.000	PROGRAMA 09 - Planejamento Governamental	134.651.000
- Outras Receitas (Convênios)	75.950.000	SUBPROGRAMA 024 - Processamento de Dados	30.670.000
		1.806 - Implantação do Sistema de Processamento de Dados	27.670.000
		1.004 - Instalação do Centro de Processamento de Dados	3.000.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	7.650.000	SUBPROGRAMA 044 - Informações Geográficas e Estatísticas	34.000.000
2200.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.650.000	1.817 - Sistema Cartográfico do Distrito Federal e Cadastro Técnico	19.000.000
- Governo do Distrito Federal	7.650.000	1.006 - Serviços Cartográficos e Cadastrais Diversos	15.000.000
		SUBPROGRAMA 045 - Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	69.981.000
		1.002 - Início e/ou Prosseguimento de Estudos e Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social	12.280.000
		1.003 - Estudos e Pesquisas nas Áreas de Planejamento e Desenvolvimento	10.000.000
		1.005 - Contribuição da CODEPALN ao CEAG	2.000.000
		2.801 - Manutenção dos Serviços e Atividades da CODEPLAN	45.701.000
TOTAL	145.321.000	TOTAL	145.321.000

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.801	Manutenção dos Serviços e Atividades da CODEPLAN	5.850.000	39.851.000	45.701.000
1.001	Serviços de Desenho e Produtos Gráficos	10.670.000	-	10.670.000
1.002	Início e/ou Prosseguimento de Estudos e Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social	12.280.000	-	12.280.000
1.003	Estudos e Pesquisas nas Áreas de Planejamento e Desenvolvimento	10.000.000	-	10.000.000
1.004	Instalação do Centro de Processamento de Dados	3.000.000	-	3.000.000
1.005	Contribuição da CODEPLAN ao CEAG	2.000.000	-	2.000.000
1.006	Serviços Cartográficos e Cadastrais Diversos	15.000.000	-	15.000.000
1.806	Implantação do Sistema de Processamento de Dados	20.670.000	7.000.000	27.670.000
1.817	Sistema Cartográfico do Distrito Federal e Cadastro Técnico	15.000.000	4.000.000	19.000.000
TOTAL		94.470.000	50.851.000	145.321.000

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS													TOTAL
	3.1.1.0	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.2	3.2.3.1	3.2.5.3	3.2.6.1	3.2.8.0	4.1.2.0	4.1.3.0	4.3.5.1	
2.901	24.500.000	6.388.000	2.500.000	1.500.000	8.400.000	300.000	-	13.000	-	800.000	1.000.000	-	-	45.701.000
1.001	-	150.000	4.000.000	500.000	4.500.000	-	-	-	120.000	-	1.000.000	-	400.000	10.670.000
1.002	-	780.000	500.000	3.000.000	2.000.000	-	-	-	-	-	1.000.000	5.000.000	-	12.280.000
1.003	-	800.000	200.000	4.000.000	3.000.000	-	-	-	-	-	500.000	1.500.000	-	10.000.000
1.004	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000	-	3.000.000
1.005	-	-	-	-	-	-	2.000.000	-	-	-	-	-	-	2.000.000
1.006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.000.000	-	15.000.000
1.806	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.670.000	-	27.670.000
1.817	-	-	500.000	1.500.000	2.000.000	-	-	-	-	-	-	15.000.000	-	19.000.000
TOTAL....	24.500.000	8.418.000	7.700.000	10.500.000	19.900.000	300.000	2.000.000	13.000	120.000	800.000	3.500.000	67.170.000	400.000	145.321.000

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
1.07	Execução de Obras e Serviços de Infra-Estrutura em Novos Loteamentos e Ampliação	190.000.000	-	190.000.000
1.08	Execução de Obras e Serviços de Infra-Estrutura no Distrito Federal	40.000.000	-	40.000.000
1.09	Execução de Obras Viárias no Distrito Federal	40.000.000	-	40.000.000
1.10	Execução de Obras e Serviços de Urbanização no Distrito Federal	100.000.000	-	100.000.000
1.11	Execução de Obras Diversas	20.000.000	-	20.000.000
1.12	Ampliação e Conclusão do Teatro Nacional	70.000.000	-	70.000.000
1.13	Estudos e Projetos Urbanísticos	10.000.000	-	10.000.000
2.01	Manutenção das Atividades da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	200.000.000	-	200.000.000
1.01	Reequipamento dos Órgãos e Serviços	10.000.000	-	10.000.000
1.02	Ampliação, Reconstrução e Restauração de Prédios e Próprios da TERRACAP	20.000.000	-	20.000.000
1.03	Operações Imobiliárias	56.000.000	-	56.000.000
1.04	Amortização da Dívida Interna	42.500.000	-	42.500.000
1.05	Amortização da Dívida Externa	1.000.000	-	1.000.000
1.06	Cobertura da Diferença Cambial a ser transferida ao Exterior	500.000	-	500.000
TOTAL		800.000.000	-	800.000.000

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.050	Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.....	35.000.000	96.924.780	131.924.780
1.03	Reequipamento dos Órgãos e Serviços de Habitação e Planejamento Urbano.....	-	7.919.760	7.919.760
1.04	Conservação de Prédios e Próprios da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.	-	2.000.000	2.000.000
1.06	Construção do Centro Administrativo e Oficinas da Companhia Urbaniz. da Nova Cap. do Brasil - NOVACAP:.....	-	2.000.000	2.000.000
2.01	Manutenção das Atividades Operacionais em Decorrência de Convênios Firmados com os Órgãos do Governo do Distrito Federal.....	-	142.855.460	142.855.460
TOTAL.....		35.000.000	251.700.000	286.700.000

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S																TOTAL
	3.1.1.1	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.1	3.1.9.2	3.2.5.3	3.2.5.5	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.2.1.0	4.3.5.1	4.3.6.1	4.3.7.0	
1.07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190.000.000	-	-	-	-	-	190.000.000
1.08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.000.000	-	-	-	-	-	40.000.000
1.09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.000.000	-	-	-	-	-	40.000.000
1.10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000.000	-	-	-	-	-	100.000.000
1.11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000.000	-	-	-	-	-	20.000.000
1.12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.000.000	-	-	-	-	-	70.000.000
1.13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000	-	-	-	-	-	10.000.000
2.01	98.000.000	25.000.000	8.000.000	5.000.000	40.000.000	15.000.000	150.000	50.000	3.800.000	5.000.000	-	-	-	-	-	-	200.000.000
1.01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000	-	-	-	-	10.000.000
1.02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000.000	-	-	-	-	-	20.000.000
1.03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56.000.000		-	-	56.000.000
1.04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.500.000	-	-	42.500.000
1.05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	-	1.000.000
1.05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000	500.000
TOTAL	98.000.000	25.000.000	8.000.000	5.000.000	40.000.000	15.000.000	150.000	50.000	3.800.000	5.000.000	490.000.000	10.000.000	56.000.000	42.500.000	1.000.000	500.000	800.000.000

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A

CATEGORIA ECONÔMICA - FONTES	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES.....	284.200.000
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL.....	2.000.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	35.000.000
- Governo do Distrito Federal.....	35.000.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	247.200.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL.....	2.500.000
2200.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.....	2.500.000
TOTAL.....	286.700.000

D E S P E S A

FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
FUNÇÃO 10 - Habitação e Urbanismo.....	286.700.000
PROGRAMA 07 - Administração.....	286.700.000
SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral.....	286.700.000
2.050 - Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova CApital do Brasil - NOVACAP.....	131.924.780
1.03 - Reequipamento dos Órgãos e Serviços de Habitação e Planejamento Urbano.....	7.919.760
1.04 - Conservação de Prédios e Próprios da NOVACAP.....	2.000.000
1.06 - Construção do Centro Administrativo e Oficinas da NOVACAP.....	2.000.000
2.01 - Manutenção das Atividades Operacionais em decorrência do Convênios Firmados com os Órgãos do Governo do Distrito Federal.....	142.855.460
TOTAL.....	286.700.000

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITA CORRENTES	100.000.000	FUNÇÃO 10 - Habitação e Urbanismo	470.000.000
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	100.000.000	PROGRAMA 58 - Urbanismo	470.000.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	700.000.000	SUBPROGRAMA 323 - Planejamento Urbano	470.000.000
2300.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	700.000.000	1.07 - Execução de Obras e Serviços de Infra-Estrutura em Novos Loteamentos e Ampliações	190.000.000
		1.08 - Execução de Obras e Serviços de Infra-Estrutura do Distrito Federal	40.000.000
		1.09 - Execução de Obras Viárias no Distrito Federal	40.000.000
		1.10 - Execução de Obras e Serviços de Urbanização no Distrito Federal	100.000.000
		1.11 - Execução de Obras Diversas	20.000.000
		1.12 - Ampliação e Conclusão do Teatro Nacional	70.000.000
		1.13 - Estudos e Projetos Urbanísticos	10.000.000
		FUNÇÃO 11 - Indústria, Comércio e Serviços	330.000.000
		PROGRAMA 63 - Comércio	330.000.000
		SUBPROGRAMA 353 - Comercialização	330.000.000
		2.01 - Manutenção das Atividades da Companhia Imobiliária de Brasília	200.000.000
		1.01 - Reequipamento dos Órgãos e Serviços	10.000.000
		1.02 - Ampliação, Reconstrução e Restauração de Prédios e Próprios da TERRACAP	20.000.000
		1.03 - Operações Imobiliárias	56.000.000
		1.04 - Amortização da Dívida Interna	42.500.000
		1.05 - Amortização da Dívida Externa	1.000.000
		1.06 - Cobertura da Diferença Cambial a ser transferida ao Exterior	500.000
TOTAL	800.000.000	TOTAL	800.000.000

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	13.920.000	FUNÇÃO 04 - Agricultura	13.920.000
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	2.000.000	PROGRAMA 18 - Promoção e Extensão Rural	13.920.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.920.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	13.920.000
- Contribuição do Governo do Distrito Federal	6.720.000	2.094 - Desenvolvimento de Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	13.920.000
- Contribuições Diversas - EMBRATER	5.200.000		
TOTAL	13.920.000	TOTAL	13.920.000

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S											TOTAL
	3.1.1.0	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.9.2	3.2.5.1	3.2.5.3	3.2.8 0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.2.8.0	
2.030	28.200.000	1.700.000	34.302.200	50.822.580	11.000.000	5.000.000	100.000	500.080	-	-	300.000	131.924.780
1.03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.919.760	-	7.919.760
1.04	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000	-	-	2.000.000
1.06	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000	-	-	2.000.000
2.01	28.850.000	1.600.000	46.900.000	59.455.460	500.000	5.200.000	-	450.000	-	-	-	142.855.460
TOTAL	57.050.000	3.200.000	81.202.200	110.278.040	11.500.000	10.200.000	100.000	950.000	4.000.000	7.919.760	300.000	286.700.000

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL - EMATER

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.094	Desenvolvimento de Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	7.200.000	6.720.000	13.920.000
TOTAL		7.200.000	6.720.000	13.920.000

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S										TOTAL
	3.1.1.1	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.2	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.2.4.0	
2.094	7.086.000	2.914.000	622.480	59.600	1.078.880	47.680	111.360	200.000	1.300.000	500.000	13.920.000
TOTAL	7.086.000	2.914.000	622.480	59.600	1.078.880	47.680	111.360	200.000	1.300.000	500.000	13.920.000

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES.....	74.317.000	FUNÇÃO 16 - Transporte.....	179.542.000
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL.....	60.000	PROGRAMA 88 - Transporte Rodoviário.....	179.542.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	74.107.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral.....	84.867.000
- Governo do Distrito Federal.....	74.107.000	2.809 - Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.....	74.217.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	150.000	1.809 - Ampliação e Melhoramento das Instalações do DER-DF....	4.650.000
		1.810 - Reequipamento dos Órgãos do DER-DF.....	6.000.000
		SUBPROGRAMA 531 - Rodovias.....	94.675.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL.....	105.225.000	1.811 - Execução do Plano Rodoviário do Distrito Federal.....	72.450.000
2300.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.....	790.000	1.812 - Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias do Plano Rodoviário do Distrito Federal.....	22.000.000
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	104.435.000	1.825 - Estudos e Projetos Rodoviários.....	225.000
- Governo do Distrito Federal.....	104.435.000		
TOTAL	179.542.000	TOTAL	179.542.000

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.809	Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.....	100.000	74.117.000	74.217.000
1.809	Ampliação e Melhoramento das Instalações do DER-DF.....	900.000	3.750.000	4.650.000
1.810	Reequipamento dos Órgãos do DER-DF.....	-	6.000.000	6.000.000
1.811	Execução do Plano Rodoviário do Distrito Federal.....	-	72.450.000	72.450.000
1.812	Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias do Plano Rodoviário do Distrito Federal....	-	22.000.000	22.000.000
1.825	Estudos e Projetos Rodoviários.....	-	225.000	225.000
TOTAL		1.000.000	178.542.000	179.542.000

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS										TOTAL
	3.1.1.0	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.9.0	3.2.5.3	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.1.9.0	
2.809	51.000.000	10.087.000	10.100.000	2.500.000	90.000	20.000	400.000	-	10.000	10.000	74.217.000
1.809	-	-	-	-	-	-	-	4.650.000	-	-	4.650.000
1.810	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000.000	-	6.000.000
1.811	-	-	-	-	-	-	-	72.450.000	-	-	72.450.000
1.812	-	-	-	-	-	-	-	22.000.000	-	-	22.000.000
1.825	-	-	-	-	-	-	-	225.000	-	-	225.000
TOTAL	51.000.000	10.087.000	10.100.000	2.500.000	90.000	20.000	400.000	99.325.000	6.010.000	10.000	179.542.000

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.813	Manutenção das Atividades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN.....	26.488.000	44.287.000	70.775.000
2.818	Manutenção do Sistema de Sinalização de Vias Públicas.....	8.712.000	7.800.000	16.512.000
1.816	Campanhas Educativas de Trânsito.....	-	3.440.000	3.440.000
1.827	Renovação da Frota de Veículos do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN.....	800.000	1.200.000	2.000.000
1.828	Construção das Ciretrans e Depósitos de Veículos nas Cidades Satélites e Conjunto de Prédio do DETRAN no SAIN.....	-	3.720.000	3.720.000
TOTAL		36.000.000	60.447.000	96.447.000

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES.....	85.727.000	FUNÇÃO 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública.....	5.720.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	49.727.000	PROGRAMA 30 - Segurança Pública.....	5.720.000
- Governo do Distrito Federal.....	49.727.000	SUBPROGRAMA 535 - Controle e Segurança de Tráfego Rodoviário.	5.720.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	36.000.000	1.827 - Renovação da Frota de Veículos do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN.....	2.000.000
		1.828 - Construção das Ciretrans e Depósitos de Veículos nas Cidades Satélites e Conj. Prod. DETRAN - SAIN.....	3.720.000
		FUNÇÃO 16 - Transporte.....	90.727.000
		PROGRAMA 91 - Transporte Urbano.....	90.727.000
		SUBPROGRAMA 573 - Controle e Segurança de Tráfego Urbano.....	90.727.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL.....	10.720.000	2.813 - Manutenção das Atividades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN.....	70.775.000
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	10.720.000	2.818 - Manutenção do Sistema de Sinalização de Vias Públicas.....	16.512.000
- Governo do Distrito Federal.....	10.720.000	1.816 - Campanhas Educativas de Trânsito.....	3.440.000
TOTAL	96.447.000	TOTAL	96.447.000

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS														TOTAL
	3.1.1.1.01	3.1.1.1.02	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.2	3.2.5.3	3.2.8.0	3.2.9.2	4.1.1.0	4.1.2.0	4.1.9.2	4.2.5.0	
2.813	29.125.000	8.187.000	7.725.000	8.400.000	300.000	10.388.000	800.000	50.000	500.000	100.000	800.000	3.200.000	700.000	500.000	70.775.000
2.818	-	-	-	3.025.000	-	4.310.000	300.000	-	-	-	4.777.000	3.800.000	300.000	-	16.512.000
1.815	-	-	-	1.030.000	-	2.410.000	-	-	-	-	-	-	-	-	3.440.000
1.827	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000	-	-	2.000.000
1.828	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.720.000	-	-	-	3.720.000
TOTAL...	29.125.000	8.187.000	7.725.000	12.455.000	300.000	17.108.000	1.100.000	50.000	500.000	100.000	9.297.000	9.000.000	1.000.000	500.000	96.447.000

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.805	Manutenção das Atividades da Fundação Cultural do Distrito Federal.....	500.000	23.600.000	24.100.000
1.813	Implementação do Centro de Criatividade.....	1.000.000	1.500.000	2.500.000
1.820	Programação Inaugural do Teatro Nacional de Brasília.....	-	1.500.000	1.500.000
1.804	Ampliação e Adaptação de Próprios da Fundação Cultural do Distrito Federal.....	-	1.500.000	1.500.000
2.806	Promoções Culturais.....	3.500.000	4.500.000	8.000.000
TOTAL		5.000.000	32.600.000	37.600.000

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES.....	35.600.000	FUNÇÃO 08 - Educação e Cultura.....	37.600.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	30.600.000	PROGRAMA 07 - Administração.....	24.100.000
- Governo do Distrito Federal.....	30.600.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral.....	24.100.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	5.000.000	2.805 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural do Distrito Federal.....	24.100.000
		PROGRAMA 48 - Cultura.....	13.500.000
		SUBPROGRAMA 247 - Difusão Cultural.....	13.500.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL.....	2.000.000	1.813 - Implementação do Centro de Criatividade.....	2.500.000
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	2.000.000	1.820 - Programação Inaugural do Teatro Nacional de Brasília.....	1.500.000
- Governo do Distrito Federal.....	2.000.000	1.804 - Ampliação e Adaptação de Próprios da Fundação Cultural do Distrito Federal.....	1.500.000
		2.806 - Promoções Culturais.....	8.000.000
TOTAL	37.600.000	TOTAL	37.600.000

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS									TOTAL
	3.1.1.1	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.2	3.2.5.3	4.1.1.0	4.1.2.0	
2.805	17.000.000	2.830.000	1.000.000	-	2.700.000	500.000	70.000	-	-	24.100.000
1.813	-	-	600.000	1.000.000	400.000	-	-	-	500.000	2.500.000
1.820	-	-	-	-	1.500.000	-	-	-	-	1.500.000
1.804	-	-	-	-	-	-	-	500.000	1.000.000	1.500.000
2.806	-	-	-	-	8.000.000	-	-	-	-	8.000.000
TOTAL	17.000.000	2.830.000	1.600.000	1.000.000	12.600.000	500.000	70.000	500.000	1.500.000	37.600,000

.../mao

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	1.262.138.000	FUNÇÃO 08 - Educação e Cultura	1.331.488.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.262.138.000	PROGRAMA 07 - Administração	216.500.000
- Governo do Distrito Federal	1.262.138.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	216.500.000
		2.002 - Manutenção das Atividades da Fundação Educacional do DF	216.500.000
		PROGRAMA 042 - Ensino de Primeiro Grau	531.100.000
		SUBPROGRAMA 188 - Ensino Regular	531.100.000
		2.803 - Manutenção do Ensino de Primeiro Grau	531.100.000
		PROGRAMA 043 - Ensino de Segundo Grau	460.150.000
		SUBPROGRAMA 199 - Ensino Regular	460.150.000
		2.804 - Manutenção do Ensino de Segundo Grau	460.150.000
		PROGRAMA 042 - Ensino de Primeiro Grau	500.000
		SUBPROGRAMA 054 - Pesquisas Científicas	500.000
		1.801 - Desenvolvimento de Pesquisas Educacionais	500.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	69.350.000	PROGRAMA 042 - Ensino de Primeiro Grau	700.000
2400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	69.350.000	SUBPROGRAMA 247 - Difusão Cultural	700.000
- Governo do Distrito Federal	69.350.000	1.802 - Reparo e Adaptação de Próprios p/Difusão Cultural nas Cidades Satélites	700.000
		PROGRAMA 043 - Ensino de Segundo Grau	4.800.000
		SUBPROGRAMA 199 - Ensino Polivalente	4.800.000
		1.803 - Expansão da Matrícula do Ensino de Segundo Grau	4.800.000
		PROGRAMA 042 - Ensino de Primeiro Grau	38.438.000
		SUBPROGRAMA 188 - Ensino Regular	38.438.000
		1.808 - Expansão da Matrícula do Ensino de Primeiro Grau	38.438.000
		PROGRAMA 046 - Educação Física e Desportos	1.500.000
		SUBPROGRAMA 223 - Educação Física	1.500.000
		1.814 - Colônia de Férias	1.500.000
		PROGRAMA 075 - Saúde	6.000.000
		SUBPROGRAMA 428 - Assistência Médica e Sanitária	6.000.000
		1.819 - Programa Integrado de Saúde Escolar	6.000.000
		PROGRAMA 042 - Ensino de Primeiro Grau	67.000.000
		SUBPROGRAMA 025 - Edificações Públicas	67.000.000
		1.821 - Expansão da Rede de Ensino de Primeiro Grau	67.000.000
		PROGRAMA 045 - Ensino Supletivo	4.800.000
		SUBPROGRAMA 214 - Cursos de Suprimento	4.800.000
		1.822 - Melhoria Qualitativa do Ensino de Matemática e Comunicação e Expressão	4.800.000
TOTAL	1.331.488.000	TOTAL	1.331.488.000

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.802	Manutenção das Atividades da Fundação Educacional do Distrito Federal	-	216.500.000	216.500.000
2.803	Manutenção do Ensino de Primeiro Grau	-	531.100.000	531.100.000
2.804	Manutenção do Ensino de Segundo Grau	-	460.150.000	460.150.000
1.801	Desenvolvimento de Pesquisas Educacionais	-	500.000	500.000
1.802	Reparo e Adaptação de Próprios para Difusão Cultural nas Cidades Satélites	-	700.000	700.000
1.803	Expansão da Matrícula do Ensino de Segundo Grau	-	4.800.000	4.800.000
1.808	Expansão da Matrícula do Ensino de Primeiro Grau	-	38.438.000	38.438.000
1.814	Colônia de Férias	-	1.500.000	1.500.000
1.819	Programa Integrado de Saúde Escolar	-	6.000.000	6.000.000
1.821	Expansão da Rede de Ensino de Primeiro Grau	-	67.000.000	67.000.000
1.822	Melhoria Qualitativa do Ensino da Matemática e Comunicação e Expressão	-	4.800.000	4.800.000
T O T A L		-	1.331.488.000	1.331.488.000

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S												TOTAL
	3.1.1.0	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.2	3.2.5.3	3.2.5.9	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.1.9.2	
2.802	130.000.000	18.000.000	25.000.000	-	38.000.000	1.000.000	2.000.000	-	2.000.000	500.000	-	-	216.500.000
2.803	462.700.000	48.000.000	8.000.000	-	4.100.000	4.400.000	-	500.000	3.000.000	-	200.000	200.000	531.100.000
2.804	412.900.000	43.000.000	1.600.000	-	150.000	250.000	-	-	2.000.000	-	200.000	50.000	460.150.000
1.801	-	-	-	50.000	450.000	-	-	-	-	-	-	-	500.000
1.802	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700.000	-	700.000
1.803	4.000.000	400.000	-	-	400.000	-	-	-	-	-	-	-	4.800.000
1.808	33.438.000	4.000.000	-	-	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	38.438.000
1.814	-	-	-	-	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000
1.819	-	-	-	5.500.000	-	-	-	-	-	-	500.000	-	6.000.000
1.821	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.576.000	7.424.000	-	67.000.000
1.822	-	-	-	1.000.000	3.800.000	-	-	-	-	-	-	-	4.800.000
T O T A L	1.043.038.000	113.400.000	34.600.000	6.550.000	49.400.000	5.650.000	2.000.000	500.000	7.000.000	60.076.000	9.024.000	250.000	1.331.488.000

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	1.360.832.000	FUNÇÃO 13 - Saúde e Saneamento	1.401.178.000
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	75.000	PROGRAMA 75 - Saúde	1.401.178.000
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	321.200.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	11.346.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	905.300.000	1.004 - Equipamento e Reequipamento da Rede Hospitalar	11.346.000
- Governo do Distrito Federal	905.300.000	SUBPROGRAMA 025 - Edificações Públicas	39.000.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	134.257.000	1.805 - Obras Complementares do Parque de Manutenção da FHDF	4.000.000
		1.006 - Ampliação do Hospital Regional do Gama	25.000.000
		SUBPROGRAMA 235 - Bolsas de Estudo	1.600.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	40.346.000	2.812 - Programa de Bolsas de Estudo a Estagiários	1.600.000
2300.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.346.000	SUBPROGRAMA 428 - Assistência Médica e Sanitária	1.359.032.000
- Governo do Distrito Federal	15.346.000	2.807 - Manutenção das Atividades da FHDF	1.359.032.000
- FUNDEFE	25.000.000		
T O T A L	1.401.178.000	T O T A L	1.401.178.000

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
1.006	Ampliação do Hospital Regional do Gama.....	-	25.000.000	25.000.000
1.824	Equipamento e Reequipamento da Rede Hospitalar.....	-	11.346.000	11.346.000
1.805	Obras Complementares do Parque de Manutenção da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.....	-	4.000.000	4.000.000
2.812	Programa de Bolsas de Estudo a Estagiários.....	-	1.800.000	1.800.000
2.807	Manutenção das Atividades da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.....	455.532.000	903.500.000	1.359.032.000
TOTAL		455.532.000	945.646.000	1.401.178.000

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S												TOTAL
	3.1.1.1	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.2	3.1.9.1	3.1.9.2	3.2.2.1	3.2.5.4	3.2.6.1	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.6	
1.006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.000.000	-	25.000.000
1.824	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.346.000	11.346.000
1.805	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000.000	-	4.000.000
2.812	-	-	-	-	-	-	-	1.800.000	-	-	-	-	1.800.000
2.807	736.500.000	167.000.000	146.472.000	215.000.000	10.000.000	4.300.000	40.560.000	15.200.000	20.000.000	4.000.000	-	-	1.359.032.000
TOTAL	736.500.000	167.000.000	146.472.000	215.000.000	10.000.000	4.300.000	40.560.000	17.000.000	20.000.000	4.000.000	29.000.000	11.346.000	1.401.178.000

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES.....	83.845.000	FUNÇÃO 15 - Assistência e Previdência.....	96.045.000
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL.....	280.000	PROGRAMA 81 - Assistência.....	96.045.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	80.565.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral.....	96.045.000
- Governo do Distrito Federal.....	80.565.000	2.808 - Manutenção das Atividades da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.....	84.045.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	3.000.000	1.807 - Construção e Ampliação de Unidades de Atendimento ao Menor e Desenvolvimento Comunitário.....	12.000.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL.....	12.200.000		
2300.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.....	200.000		
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	12.000.000		
TOTAL	96.045.000	TOTAL	96.045.000

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIA ECONÔMICA - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	144.527.000	FUNÇÃO 04 - Agricultura	204.152.000
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	25.000.000	PROGRAMA 07 - Administração	119.527.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	115.527.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	119.527.000
- Governo do Distrito Federal	115.527.000	2.056 - Manutenção das Atividades da FZDF	115.827.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	4.000.000	1.01 - Reequipamento da FZDF	3.700.000
		PROGRAMA 13 - Organização Agrária	5.500.000
		SUBPROGRAMA 067 - Colonização	5.500.000
		1.016 - Infra-estrutura do PAD/DF	5.500.000
		PROGRAMA 18 - Promoção e Extensão Rural	75.000.000
		SUBPROGRAMA 111 - Extensão Rural	75.000.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	59.625.000	2.01 - Manutenção do DEMA	20.000.000
		1.02 - Aquisição de Mercadorias para Reposição de Estoque	50.000.000
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.625.000	1.03 - Reequipamento do DEMA	5.000.000
- Governo do Distrito Federal	9.625.000	PROGRAMA 48 Cultura	1.125.000
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000.000	SUBPROGRAMA 247 - Difusão Cultural	1.125.000
		1.126 - Obras e Melhoramentos no Jardim Zoológico	1.125.000
		PROGRAMA 86 - Transporte Rodoviário	3.000.000
		SUBPROGRAMA 534 - Estradas Vicinais	3.000.000
		1.052 - Construção e Recuperação de Estradas Rurais	3.000.000
TOTAL	204.152.000	TOTAL	204.152.000

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S												TOTAL
	3.1.1.1	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.2	3.2.3.1	3.2.5.3	3.2.5.9	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	
2.908	58.565.000	7.900.000	8.000.000	350.000	5.150.000	100.000	2.500.000	10.000	770.000	500.000	-	200.000	84.045.000
1.807	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000	2.000.000	12.000.000
TOTAL	58.565.000	7.900.000	8.000.000	350.000	5.150.000	100.000	2.500.000	10.000	770.000	500.000	10.000.000	2.200.000	96.045.000

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.808	Manutenção das Atividades da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal	3.480.000	80.565.000	84.045.000
1.807	Construção e Ampliação de Unidades de Atendimento ao Menor e Desenvolvimento Comunitário	-	12.000.000	12.000.000
TOTAL		3.480.000	92.565.000	96.045.000

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.056	Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	300.000	116.527.000	116.827.000
1.01	Reequipamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	3.700.000	-	3.700.000
1.016	Infra-estrutura do PAD/DF	-	5.500.000	5.500.000
2.01	Manutenção do DEMA	20.000.000	-	20.000.000
1.02	Aquisição de Mercadorias para reposição de estoques	50.000.000	-	50.000.000
1.03	Reequipamento do DEMA	5.000.000	-	5.000.000
1,126	Obras e Melhoramentos do Jardim Zoológico	-	1.125.000	1.125.000
1.052	Construção e Recuperação de Estradas Rurais	-	3.000.000	3.000.000
TOTAL		79.000.000	125.152.000	204.152.000

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S												TOTAL
	3.1.1.1	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.2	3.1.9.1	3.1.9.2	3.2.5.3	3.2.6.1	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.2.3.0	
2.056	84.000.000	21.526.000	5.300.000	3.623.000	100.000	200.000	278.000	200.000	600.000	-	-	-	115.827.000
101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.700.000	-	3.700.000
1.016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.200.000	2.300.000	-	5.500.000
2.01	700.000	-	17.000.000	2.300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000.000
1.02	-	-	-	1.500.000	-	-	-	-	-	-	-	48.500.000	50.000.000
1.03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000.000	-	5.000.000
1.126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.125.000	-	-	1.126.000
1.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000	-	-	3.000.000
TOTAL....	84.700.000	21.526.000	22.300.000	7.423.000	100.000	200.000	278.000	200.000	600.000	7.325.000	11.000.000	48.500.000	204.152.000

PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	5.836.684	FUNÇÃO 04 - Agricultura	150.836.684
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	5.836.684	PROGRAMA 02 - Administração	150.836.684
		SUBPROGRAMA - 021 - Administração Geral	150.836.684
		2.01 - Manutenção das Atividades da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento	150.836.684
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	145.000.000		
2200.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	137.000.000		
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	8.000.000		
TOTAL	150.836.684	TOTAL	150.836.684

PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.O.F.	
2.01	Manutenção das Atividades da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento.....	150.836.684	-	150.836.684
TOTAL		150.836.684	-	150.836.684

PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS										TOTAL
	3.1.1.0	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.0	3.2.0.0	3.2.6.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.1.3.0	4.2.1.0	
2.01	11.085.800	5.321.184	939.000	6.990.700	2.500.000	1.500.000	500.000	2.000.000	110.000.000	10.000.000	150.836.684
TOTAL	11.085.000	5.321.184	939.000	6.990.700	2.500.000	1.500.000	500.000	2.000.000	110.000.000	10.000.000	150.836.684

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS									TOTAL
	3.1.1.1	3.1.2.0	3.1.3.0	3.2.6.0	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.2.3.0	4.3.5.1	
2.03	65.000.000	5.500.000	24.500.000	1.000.000	5.000.000	-	-	-	-	101.000.000
2.01	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800.000	1.800.000
1.03	-	-	-	-	-	1.000.000	-	-	-	1.000.000
1.04	-	-	-	-	-	-	5.000.000	-	-	5.000.000
1.02	-	-	-	-	-	-	-	490.000.000	-	490.000.000
TOTAL.....	65.000.000	5.500.000	24.500.000	1.000.000	5.000.000	1.000.000	5.000.000	490.000.000	1.800.000	598.800.000

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	3.500.000	FUNÇÃO 04 - Agricultura.....	598.800.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	3.500.000	PROGRAMA 16 - Abastecimento.....	598.800.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL.....	595.300.000	SUBPROGRAMA - 021 - Administração Geral.....	108.800.000
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL.....	595.300.000	2.01 - Manutenção das Atividades Operacionais decorrentes de Convênios.....	1.800.000
		2.03 - Manutenção das Atividades da Sociedade de Abastecimento do Brasília S/A - SAB.....	101.000.000
		1.03 - Ampliação, Reconstrução e Modificação de Bens.....	1.000.000
		1.04 - Aquisição de Equipamentos.....	5.000.000
		SUBPROGRAMA 353 - Comercialização.....	490.000.000
		1.02 - Compras de Mercadorias.....	490.000.000
TOTAL	598.800.000	TOTAL	598.800.000

SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS FUNCIONAIS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	353.995.000	FUNÇÃO 10 - Habitação e Urbanismo	3.953.395.000
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	323.995.000	PROGRAMA 57 - Habitação	3.953.395.000
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	18.000.000	2.001 - Manutenção das Atividades da Sociedade de Habitações	
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	12.000.000	do Interesse Social LTDA	526.395.000
		SUBPROGRAMA 316 - Habitações Urbanas	3.427.000.000
		1.01 - Financiamentos Habitacionais - FICAM	107.000.000
		1.02 - 15.000 - Habitações	1.548.000.000
		1.03 - 232 - Unidades Habitacionais	123.000.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	3.599.400.000	1.04 - 042 - Habitações	12.000.000
2200.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.427.000.000	1.05 - 116 - Habitações	70.000.000
2300.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	2.400.000	1.06 - Ação Comunitária (Centros Culturais e Recreativos)	20.000.000
6300.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE IMÓVEIS	170.000.000	1.07 - 02 - Postos de Saúde	8.000.000
		1.08 - 700 - Apartamentos	250.000.000
		1.09 - 02 - Postos Policiais	5.000.000
		1.10 - 15.400 - Casas em Taguatinga	1.000.000.000
		1.11 - 71 - Casas - J. Norte	4.000.000
		1.12 - 25 - Conjuntos Comerciais	50.000.000
		1.13 - 21 - Escolas	225.000.000
		1.14 - Eventuais Modificações, Reconstruções, Etc	5.000.000
TOTAL	3.953.395.000	TOTAL	3.953.395.000

.../mao

SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.001	Manutenção das Atividades da Sociedade de Habitações de Interesse Social LTDA	526.395.000	-	526.395.000
1.01	Implantação do Projeto - FICAM	107.000.000	-	107.000.000
1.02	Construção de 15.000 Habitações	1.548.000.000	-	1.548.000.000
1.03	Construção de 232 Unidades Habitacionais	123.000.000	-	123.000.000
1.04	Construção de 042 Habitações	12.000.000	-	12.000.000
1.05	Construção de 116 Habitações	70.000.000	-	70.000.000
1.06	Ação Comunitária (Centros Culturais e Recreativo)	20.000.000	-	20.000.000
1.07	Construção de 02 Postos de Saúde	8.000.000	-	8.000.000
1.08	Construção de 700 Apartamentos	250.000.000	-	250.000.000
1.09	Construção de 02 Postos Policiais	5.000.000	-	5.000.000
1.10	Construção de 15.400 Casas em Taguatinga	1.000.000.000	-	1.000.000.000
1.11	Construção de 71 Casas - J. Norte	4.000.000	-	4.000.000
1.12	Construção de 25 Conjuntos Comerciais	50.000.000	-	50.000.000
1.13	Construção de 21 Escolas	225.000.000	-	225.000.000
1.14	Construção de Eventuais Modificações, Reconstrução, Etc	5.000.000	-	5.000.000
TOTAL		3.953.395.000		3.953.395.000

SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS											TOTAL
	3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.9.0	3.2.6.0	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.2.1.0	4.3.5.0	4.3.9.0	
2.001	155.030.000	12.965.000	87.600.000	5.400.000	80.000.000	3.000.000	-	11.400.000	20.000.000	140.000.000	1.000.000	526.395.000
1.01	-	-	-	-	-	-	107.000.000	-	-	-	-	107.000.000
1.02	-	-	-	-	-	-	1.548.000.000	-	-	-	-	1.548.000.000
1.03	-	-	-	-	-	-	123.000.000	-	-	-	-	123.000.000
1.04	-	-	-	-	-	-	12.000.000	-	-	-	-	12.000.000
1.05	-	-	-	-	-	-	70.000.000	-	-	-	-	70.000.000
1.06	-	-	-	-	-	-	20.000.000	-	-	-	-	20.000.000
1.07	-	-	-	-	-	-	8.000.000	-	-	-	-	8.000.000
1.08	-	-	-	-	-	-	250.000.000	-	-	-	-	250.000.000
1.09	-	-	-	-	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
1.10	-	-	-	-	-	-	1.000.000.000	-	-	-	-	1.000.000.000
1.11	-	-	-	-	-	-	4.000.000	-	-	-	-	4.000.000
1.12	-	-	-	-	-	-	50.000.000	-	-	-	-	50.000.000
1.13	-	-	-	-	-	-	225.000.000	-	-	-	-	225.000.000
1.14	-	-	-	-	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
TOTAL.....	165.030.000	12.965.000	87.600.000	5.400.000	80.000.000	3.000.000	3.427.000.000	11.400.000	20.000.000	140.000.000	1.000.000	3.953.395.000

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.01	Manutenção das Atividades Operacionais Decorrentes de Convênios.....	1.800.000	-	1.800.000
2.03	Manutenção das Atividades da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB.....	101.000.000	-	101.000.000
1.03	Ampliação, Reconstrução e Modificação de Bens.....	1.000.000	-	1.000.000
1.02	Compras de Mercadorias.....	490.000.000	-	490.000.000
1.04	Aquisição de Equipamentos.....	5.000.000	-	5.000.000
TOTAL		598.800.000		598.800.000

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - LTDA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES.....	270.600.000	FUNÇÃO 16 - Transportes.....	329.000.000
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL.....	165.000	PROGRAMA 91 - Transporte Urbano.....	329.000.000
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL.....	265.635.000	SUBPROGRAMA 21 - Administração Geral.....	313.600.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	4.800.000	2.001 - Manutenção das Atividades da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - LTDA.....	303.600.000
2000.00.00 - RECEITA DE CAPITAL.....	58.400.000	2.002 - Obras de Infra-Estrutura.....	10.000.000
2200.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	50.000.000	SUBPROGRAMA 571 - Serviço de Transporte Urbano.....	15.400.000
2300.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.....	8.400.000	2.003 - Renovação da Frota.....	15.400.000
TOTAL	329.000.000	TOTAL	329.000.000

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	1.597.925.000	FUNÇÃO 09 - Energia e Recursos Minerais	1.958.620.000
RECEITAS DE EXPLORAÇÃO	1.313.072.000	PROGRAMA 51 - Energia Elétrica	1.958.620.000
RECEITA ESTRANHA À EXPLORAÇÃO	185.451.000	ATIVIDADES	1.495.977.000
QUOTA DE DEPRECIAÇÃO	99.402.000	SUBPROGRAMA - Exploração	1.243.478.000
		Despesa de Exploração	872.232.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	360.695.000	Quota de Reversão	103.544.000
SUBSCRIÇÃO PCR CONSUMIDORES	11.597.000	Impostos e Taxas	751.000
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	105.098.000	Quota de Depreciação	99.402.000
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - QUOTA DE I.U.E.E.	49.825.000	Quota da CCC	9.920.000
FUNDEFE - REINVERSÃO DE DIVIDENDOS	55.273.000	Despesa Estranha à Exploração, Exc. Juros	157.629.000
SERVIÇOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	244.000.000	SUBPROGRAMA - Obrigações Societárias	125.259.000
ELETROBRÁS	80.000.000	Dividendos	70.361.000
OUTROS	164.000.000	Participações Estatutárias	54.898.000
		SUBPROGRAMA - Serviços de Empréstimos	131.240.000
		Despesas Financeiras	53.355.000
		Amortizações	77.885.000
		PROJETOS -	458.643.000
		Geração	197.000
		Transformação	207.564.000
		Transmissão	24.452.000
		Distribuição	181.384.000
		Instalações em Geral	45.046.000
TOTAL	1.958.620.000	TOTAL	1.958.620.000

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - LTDA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S											TOTAL
	3.1.1.1	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.9.0	3.2.5.3	3.2.6.0	3.2.8.0	4.1.1.0	4.1.2.0	4.3.5.0	
2.001	119.500.000	31.000.000	93.100.000	28.000.000	780.000	20.000	15.000.000	1.200.000	-	-	15.000.000	303.600.000
2.002	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000.000	-	-	10.000.000
2.003	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.400.000	-	15.400.000
TOTAL	119.500.000	31.000.000	93.100.000	28.000.000	780.000	20.000	15.000.000	1.200.000	10.000.000	15.400.000	15.000.000	329.000.000

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - LTDA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.001	Manutenção das Atividades da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - LTDA	303.600.000	-	303.600.000
2.002	Obras de Infra-Estrutura	10.000.000	-	10.000.000
2.003	Renovação da Frota	15.400.000	-	15.400.000
TOTAL		329.000.000	-	329.000.000

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

Cr$ 1,00

DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
	PRÓPRIOS	I.U.E.E.	
ATIVIDADES			
Despesa de Exploração	872.232.000	-	872.232.000
Quota de Reversão	103.544.000	-	103.544.000
Impostos e Taxas	751.000	-	751.000
Quota de Depreciação	99.402.000	-	402.000
Quota de CCC	9.920.000	-	9.920.000
Despesa Estranha à Exploração, Exc. Juros	157.629.000	-	157.629.000
OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS			
Dividendos	70.361.000	-	70.361.000
Participações Estatutárias	54.898.000	-	54.898.000
SERVIÇOS DE EMPRÉSTIMOS			
Despesas Financeiras	53.355.000	-	53.355.000
Amortizações	77.885.000	-	77.885.000
PROJETOS			
Geração	197.000	-	197.000
Transformação	163.755.000	43.809.000	207.564.000
Transmissão	18.446.000	6.016.000	24.462.000
Distribuição	181.384.000	-	181.384.000
Instalações em Geral	45.036.000	-	45.036.000
TOTAL	1.908.795.000	49.825.000	1.958.620.000

DECRETO N.o 4.520 DE 28 DE dezembro DE 1978

Aprova a Codificação e Interpretação da Despesa Orçamentária do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item II, Artigo 20 da Lei nº 3.751 de abril de 1960.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovada, na forma do anexo ao presente Decreto, a Codificação e Interpretação da Despesa Orçamentária do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1979, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 28 de Dezembro de 1978
90º da República e 19º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

CODIFICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 - PESSOAL

3.1.1.1 - Pessoal Civil

01.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas

01.01 - Vencimentos

Vencimentos do Governador, dos Secretários de Estado, Procurador-Geral, Chefes dos Gabinetes Civil e Militar, Conselheiros do Tribunal de Contas e dos Servidores dos Quadros de Pessoal pelo desempenho de cargo público de provimento efetivo ou em comissão, inclusive de Direção e Assessoramento Superior.

01.02 - Função em Comissão

Gratificação pelo desempenho de funçao, legalmente instituída, para atender a encargos de direção, chefia e assistência, a servidores, de livre escolha da autoridade competente, mediante ato expresso.

01.03 - Gratificação de Função

Gratificação pelo desempenho de função, legalmente instituída, para atender a encargos de direção, chefia e assistência, a funcionários dos Quadros de Pessoal, de livre escolha da autoridade competente, mediante ato expresso.

01.04 - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço

Gratificação por tempo de serviço a servidores que completarem qüinqüênio de efetivo exercício, no valor de tantas cotas de 5% do vencimento do cargo efetivo, quantos forem os qüinqüênios de efetivo serviço, até o total de sete períodos.

01.05 - Salário do Pessoal Regido pela Consolidação das Leis do Trabalho

Pagamento de pessoal contratado sob o regime da legislação trabalhista.

01.06 - Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário Especial

Gratificação de serviços extraordinários especiais, correspondentes ao apoio administrativo (pessoal burocrático, auxiliar ou subalterno) indispensável ao funcionamento do regime do tempo integral(art. 5º, do Decreto "N" 618, de 12 de junho de 1967).

01.07 - Diárias de Brasília

Benefícios decorrentes da Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961 e do artigo 13 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

01.08 - Absorção das Diárias de Brasília

Absorção das Diárias de Brasília, nos termos da legislação em vigor.

01.09 - Gratificação de Representação

Representação do Governador, Secretários de Estado, Procurador-Geral, Chefes dos Gabinetes Civil e Militar e Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

01.10 - Auxílio para Diferença de Caixa

Auxílio para diferença de caixa a todo servidor que pagar ou receber em moeda corrente.

01.11 - Gratificação pelo Exercício em Determinadas Zonas ou Locais
Gratificação pelo exercício em zonas ou locais, notoriamente insalubres e como tal consideradas em lei.

01.12 - Gratificação pela Participação em Órgão de Deliberação Coletiva
Gratificação pelo comparecimento a reuniões em órgãos de deliberação coletiva, quando legalmente designado para compô-lo.

01.13 - Gratificação de Raio X
Gratificação ao servidor que operar diretamente com Raios X e substâncias radioativas nos termos da Lei nº 1.234, de 11 de novembro de 1950.

01.14 - Gratificação Especial para Complementação de Salário-Mínimo
Ajuste do vencimento do funcionário ao valor do salário-mínimo do Distrito Federal.

01.15 - Gratificação de Função Policial
Despesas oriundas do artigo 22, item I, da Lei nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965.

01.16 - Gratificação Especial para Complementação de Vencimentos
Diferença de vencimentos, a título de vantagem com pessoal, que venha a surgir com a aplicação do Novo Plano de Classificação, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei nº 5.995/73.

01.17 - Gratificação de Produtividade Fiscal
Despesas oriundas do artigo 3º, da Lei nº 5.769, de 20 de dezembro de 1971.

01.18 - Gratificação de Exatores e Auxiliares de Coletorias
Despesas oriundas do artigo 3º, da Lei nº 5.769, de 20 de dezembro de 1971.

01.19 - Indenização de Transportes
Indenização devida ao servidor nos termos da legislação em vigor.

01.20 - Gratificação de Produtividade
Gratificação devida ao funcionário incluido na Categoria Funcional de Fiscal de Tributos do Grupo Tributação Arrecadação e Fiscalização.

01.21 - Gratificação de Atividade
Gratificação devida ao servidor incluido em categorias funcionais de Nível Superior, de acordo com a legislação em vigor.

02.00 - Despesás Variáveis com Pessoal Civil

02.01 - Ajuda de Custo
Indenização ao servidor que se desligar da respectiva sede. em missão ou serviço, por tempo superior a 30 dias.

02.02 - Diárias
Diárias para indenização das despesas de alimentação e pousada, feitas pelo servidor que se deslocar da respectiva sede, em missão ou serviço. Quando a missão ou deslocamento constituir exigência permanente do cargo ou função, não serão concedidas diárias ao servidor.

02.03 - Substituições
Vantagens devida a servidores, legalmente designados, para exercerem, como substitutos, função gratificada, cargo ou função em comissão de direção,chefia ou assessoramento.

02.04 - Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário
Gratificação pela prestação de serviços extraordinários, correspondentes ao período de antecipação ou prorrogação de expediente, de acordo com o art. 150, itens I e II e parágrafos, da Lei nº 1.711 , de 2º de outubro de 1952 e regulamentações posteriores. A gratificação de que se trata não poderá ser atribuida aos ocupantes de chefia, direção ou assessoramento,ou que percebam gratificações, exceto as previstas nos subelementos 01.04, 01.11, 01.12, 01.13, 01.14, 01.15 e 02.06.

02.05 - Gratificações pela Representação de Gabinete
Gratificação pelo exercício de encargos em Gabinetes, fixados por Decreto.

02.06 - Gratificação pelos Encargos de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal
Gratificação pelo exercício de função de auxiliar ou membro de banca ou comissão examinadora de concursos e provas, bem como pelo exercício, de função de professor de curso legal ou regimentalmente instituído fora da hora normal ou extraordinária a que estiver sujeito o servidor no desempenho de seu cargo ou função.

02.07 - Gratificação de Serviços ou Estudo no País e no Exterior
Gratificação de serviços ou estudos, no País ou no Exterior, no interesse da administraçao.

02.08 - Pessoal em Disponibilidade
Pagamento do servidor posto em disponibilidade remunerada, por extinção do cargo.

02.09 - Plantões
Pagamento de plantões, nos termos do Decreto 833/68.

02.10 - Pró-labore
Pagamento de pró-labore, de acordo com o Decreto 833/68.

02.11 - Auxílio-Doença
Auxílio a servidores, nos termos do art. 143, da Lei nº 1.711,de 28 de dezembro de 1952.

3.1.1.2 - Pessoal Militar

01.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas

01.01 - Soldo
Parte dos vencimentos, inerentes ao posto ou graduação, do Militar da ativa.

01.02 - Gratificação de Tempo de Serviço
Gratificação por tempo de serviço, ao militar que completar qüinqüênio de efetivo serviço, no valor de tantas cotas de 5% do soldo do seu posto ou graduação, quantos forem os qüinqüênios de efetivo exercício, até o total de sete períodos.

01.03 - Gratificação de Cursos
Gratificação devida, ao militar, de conformidade com os cursos que possua (Função Policial I e Habilitação de Bombeiro Militar).

01.04 - Gratificação devida pelo desempenho de atividades específicas de seu corpo ou Quadro (Função Policial II e Serviço Ativo).

01.05 - Gratificação de Representação
Despesas extraordinárias, decorrentes de compromissos de ordem social, diplomática ou profissional, inerentes à apresentação e ao bom desempenho em determinados cargos, comissões, funções ou missões.

01.06 - Gratificação de Raio X
Gratificação ao Militar que operar com Raios X ou substâncias radioativas, nos termos da Lei nº 1.234. de 14 de novembro de 1950.

01.07 - Absorção das Diárias de Brasília
Absorção das Diárias de Brasília, nos termos da legislação em vigor.

02.00 - Despesas Variáveis com Pessoal Militar

02.01 - Diárias
Indenizações destinadas a atender às despesas extraordinárias, de alimentação e pousada, ao militar, durante o seu afastamento da organização militar a que pertence, por motivo de serviço.

02.02 - Ajuda de Custo
Indenização para custeio das despesas de viagem, mudança e instalação, exceto as de transporte, paga ao militar quando, por conveniência do serviço, for nomeado, designado, classificado, transferido, matriculado em escola, centro de instrução ou curso, mandado servir ou estagiar em nova comissão, e, ainda, quando deslocado com a organização militar que tenha sido transferida de sede.

02.03 - Auxílio ou Indenização para Moradia
Despesas oriundas dos artigos 52 e 53 da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973 e artigos 48 a 51 da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970.

02.04 - Ajuda ou Indenização para Fardamento
Despesas oriundas do artigo nº 87, da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973 e dos artigos 74 a 77 da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970.

02.05 - Compensação Orgânica
Despesas oriundas do artigo 56 da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973.

02.06 - Etapas para Alimentação
Importância, em dinheiro, correspondente ao custeio da ração, na região ou localidade considerada.

02.07 - Complemento de Vencimentos
Despesas oriundas do artigo 135, da lei nº 5.619, de 03/11/70.

02.08 - Indenização de Transporte
Indenização devida ao Policial Militar nas movimentações em objeto de serviço (art. 44 da Lei nº 6.417, de 03/07/731

02.09 - Auxílio-Doença

Auxílio a servidores, nos termos do art. 143, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952.

3.1.1.3 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

01 - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

02 - INPS

03 - Seguro de Acidente de Trabalho.

04 - IPASE

99 - Outras Obrigações Resultantes da Folha de Pagamento do Pessoal.

3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO

01 - Alimentos e Bebidas

Toda e qualquer espécie de gêneros alimentícios, bebidas e refrigerantes, inclusive água mineral.

02 - Animais Destinados a Estudo, Preparação de Produtos Biológicos e Corte.

Bois, cabras, camundongos, carneiros, cavalos, coelhos, macacos , porços, sapos, etc., com a finalidade indicada.

03 - Artigos de Cama, Mesa, Banho e Copa

Cobertores, colchas, colchões, fronhas, guardanapos de tecidos, lençóis, panos para pratos, toalhas de banho, mesa e rosto, travesseiros etc.

04 - Artigos para Esportes e Recreação

Anzóis, linhas, redes, varas de bambu, apitos, bolas, colchões para ginástica, emblemas. óculos. raquetes, redes, chuteiras, tênis, calções, camisas, caneleiras, joelheiras, luvas, meiões etc.

05 - Combustíveis e Lubrificantes

Carbureto, carvão, gás liquefeito de petróleo, gasolina, óleo combustível, óleos e graxas lubrificantes, óleo hidráulico, oxigênio para oficinas, querosene, etc.

06 - Explosivos e Munições

Dinamites, balas para armas de fogo em geral, detonadores, fogos de artifícios, etc.

07 - Ferramentas e Utensílios de Curta Duração

Escovas de aço, grosas, lâminas de serras, limas e limatões, ponteiros de aço, riscadores de azulejos, diamantes para vidros, rebolos para esmeril, solda, arruelas, brocas, balde, cavadeira, enxada, enxadão, enxó, facões, foices, forçados, formão, lentes de vidro ou plástico para solda, carrinhos de mão para obra, machado, mandril, marretas, navalhas para desempenadeiras, pás, colher de pedreiro, desempenadeira para pintura, espátulas, peneiras, picaretas, serrotes, talhadeiras, travadeiras para serrotes, etc. escalas de madeira, ancinhos, cahves para fenda e tipo "philipps", cunhas de aço, etc.

08 - Impressos

Impressos destinados a processamento de dados, tipografia, off-set , segurança e impressos com relêvo e padronizados, etc.

09 - Material para Acondicionamento e Embalagem

Caixas, caixotes, engradados de madeira; fitas metálicas, fitas sintéticas; conservadores de gelo, placas e recipientes de isopor ou papelão, garrafas, garrafões, etc.

10 - Material de Construção e Acabamento

Arame para construção, areia, azulejos, água-ráz, anilinas, blocos, chapas de ferro, caixa d'água, caixa de gordura, caixa de descarga e acessórios, cal, canos, cantoneiras carrapetas, cascalho, cerâmica , chuveiro simples, cimento, conexões, corrente de ferro. caibros, compensados, corantes, colas para laminados e madeiras. dobradiças, eletrodutos, fechaduras, ferros flanges, ladrilhos, manilhas, gesso, lavatórios, massas para fixação de vidros, óleo de linhaça, papeleira de louça ou metal, parafusos, pastilhas, pedras em geral, pias, pregos, ralos, rebites, registros, saibro, filtros de parede, tampas para vasos sanitários, targetas, telhas, tijolos, torneiras, vasos sanitários, vergalhões, vidros simples e espelhados, vitroux, isolantes acustícos, janelas, lambris, laminados plásticos, marcos, montantes , mourões, pontaletes, portas, portais, pranchas, ripas, sarrafos, tábuas, venezianas, vigotas, tintas, impermeabilizantes, lixas para ferro e madeira, massas sintéticas, pincéis e rolos para pintura, solventes, trinchas, vernizes, zarcão, tarugos, carpetes, etc.

11 - Material Destinado ao Combate de Sinistros

Produtos químicos destinados ao combate a incêndios etc.

12 - Material para Agropecuária, Coudelaria e Zootecnia

Arame farpado, cravos, ferradura, ferro para forjar, telas, cabrestos, cangas, lombinhos, rédeas, tiradeiras, adubos químicos e orgânicos, corretivos para solo, fungicidas, herbicidas e outros defensivos, inseticidas, sementes, mudas e plantas, aplicadores manuais de inseticidas, baldes para ordenha, cordas, artigos e medicamentos veterinários, etc.

13 - Material para Alfaiataria e Capotaria

Agulhas de mão e máquina, alfinetes para costura, botões, colchetes , entretelas, fivelas, linhas para costura, algodão bruto, arruelas de abas, botões rápidos, cortiças, couros, napas, courvins, espumas de nylon; feltros, grampos para estofamento, linhas de nylon, mantas de sisal, molas, oleados, plásticos, tachas, tecidos variados, para estofados etc.

14 - Material para Expediente e Ensino

Agendas, alfinetes para painéis, almofadas para carimbos, apagadores para quadros, borrachas para lápis tinta e datilografia, calendários, canetas esferográficas e hidrográficas, cargas para canetas, cartolinas, cinzeiros de vidro, cola, clips, colchetes, carimbos de borracha, cadernos escolares, corretores, decalques a seco, dispersantes, elásticos, envelopes plásticos, escovas para desenho, esponjeiras, estiletes para stêncil, etiquetas, extratores de grampos, fichas de cartolina, fitas adesivas, fitas para máquinas, fixadores, gelatinas para cópias, gomeiros, grafites, grampos, índices, lápis em geral livros em branco, lixas para grafites, limpa-tipos,matrizes para duplicadores, papel acetinado,papel almaço, papel apergaminhado,papel buffon, papel camurça,papel canson, papel carbono,papel copiador infra-vermelho, papel corretivo, papel crepon, papel heliográfico,papel jornal, papel manteiga, papel milimetrado, papel kraft, papel para cópias xerográficas, eletrostáticas e em fotocopiadores a seco,papel sulfite, papel vegetal, pastas de cartolina, fibras e plásticos, penas para desenho, percevejos, pincéis para desenho, pincel atômico, plásticos para pranchetas, porta-canetas, reabastecedores para pincel atômico, réguas de plástico ou baquelite, registradores A-Z, restauradores reveladores, tintas para canetas, carimbos e desenho, tintas para duplicadores, tintas sistema off-set, tonalizadores, visores para pastas, verniz corretor, giz, livros escolares, mapas, slides didáticos, matéria-prima para práticas educativas, etc.

15 - Material para Cinematografia, Fotografia, Radiologia, Radiofonia e Telecomunicação

Ácidos e sais para revelação e fixação de filmes, banheiras de plástico, envelope e papel para fotografias, filme, filtros, funil de alumínio, lâmpadas, bem como qualquer outro material necessário à tiragem, revelação, cópias e fixação de fotografias, fitas magnéticas , discos, agulhas para vitrolas, fitas para telex, etc.

16 - Material para Instalação Elétrica e Iluminação

Arandelas, bases, botões para campainhas, cabos, calhas para lâmpadas, camisas para lampiões, campainhas, "cleats", dijuntores, espelhos, fibras isolantes, fios em geral, fitas isolantes, fusíveis, globos, grades para calhas, grampos, hastes para pára-raios, interruptores,lâmpadas, lampiões, lanternas, papéis isolantes, pilhas, pinos, pratos para lâmpadas, quadros de distribuição, rabichos, reatores de partida simples e rápida, receptáculos, refletores, reistências, roldanas , "start",soquetes, suportes,terminais, tomadas, verniz isolante, etc.

17 - Material para Limpeza, Conservação e Higiene

Baldes plásticos, bombas manuais para inseticida, desentupidores de pias e vasos, escovas e escovões, espanadores, esponjas, estopas, flanelas, lãs de aço, mangeiras plásticas, pás para lixo, palhas de aço, panos para limpeza, rodos, vassouras, cotonetes, cremes de barbear, desodorantes, escovas, estojos de barbear manual, lâminas, pasta dental, pentes, sabonetes, shampoos, capachos, papéis para higiene, água sanitária, álcool, ceras para assoalho e veículos, desinfetantes, detergentes, inseticidas domésticos, limpadores e polidores, óleos de limpeza, removedores, sabões em geral, saponáceos, soda cáustica, etc.

18 - Material para Sinalização, Identificação e segurança

Artigos para sinalização rodoviária, lacres, placas e plaquetas de metal ou acrílico em geral, etc.

19 - Material para uso em hospitais, Clínicas Odontológicas e em Laboratórios

Abaixadores de língua, agulhas hipodérmicas, algodão, esparadrapos, gases, sacos para gelo, seringas, termômetros, fios para suturas , grampos, luvas de borracha, borrachas em tiras para separar dentes, ceras, cimento, dentes, lixas, porcelanas, medicamentos, soros, vacinas, vidraria e material para laboratório, etc.

20 - Peças e Acessórios para Móveis e Equipamentos

Peças e Acessórios para, aeronaves, aparelhos do tipo doméstico e

ténicos, embarcações, equipamentos de combate a incêndio e de comunicação e sinalização e processamento de dados e microfilmagem, instrumentos musicais, máquinas de escritório de implementos e oficinas, motociclos, veículos ferroviários, móveis e equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, móveis em geral, etc.

21 - Peças e Acessórios para Veículos
Baterias, peneus, câmaras-de-ar, válvulas, peças e acessórios em geral para todas as linhas de veículos automotores.

22 - Utensílios de Curta Duração para Copa e Cozinha
Açucareiros de vidro, cestos para pão, de madeira, plástico ou vime, coadores para café, colheres de madeira, copos, filtros de louça ou cerâmica, formas de vidro, garrafas térmicas jarras de louça ou vidro, pratos de louça ou papelão, recipientes de louça ou plástico, velas para filtros, xícaras de louça, etc.

23 - Vestuários em Geral
Calçados profissionais, uniformes civis e seus complementos, uniformes militares e seus complementos, etc.

99 - Diversos
Materiais de consumo não classificados nos subelementos previstos.

3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais

01 - Remuneração de serviços de natureza eventual prestado por pessoa física, sem vínculo empregatício. Inclui a prestação de serviços por estudantes, na condição de estagiários ou monitores, etc.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos

00 - Serviços

01 - Atendimento Médico e Odontológico
Serviços prestados, mediante contrato ou não, que se refiram a atendimento médico e odontológico, internação e assistência hospitalar, serviços de enfermagem, campanhas de saúde e outros que, pela sua natureza, se incluem em trabalhos específicos da profissão médica e odontológica, etc.

02 - Contabilidade, Auditoria e Orçamento
Serviços prestados mediante contrato ou não, que se refiram ao título.

03 - Cópias Fotostáticas e Heliográficas
Cópias fotostáticas e heliográficas de qualquer documento de interesse da administração.

04 - Decorações e Instalações
Despesas com a execução de instalações e de decorações.

05 - Divulgação, Publicidade, Propaganda e Promoções
Publicações e divulgações em geral: livros, monografias, coletâneas de leis, atos da administração, atos oficiais (orçamentos, balancos, editais, avisos, boletins oficiais, folhetos, circulares, anúncios e outros), etc., através da imprensa escrita, falada e televisada.

06 - Emolduramentos
Colocação de molduras em quadros, mapas, etc.

07 - Encadernação de Livros e Documentos
Encadernação de livros, diários oficiais, revistas e quaisquer documentos de interesse da administração, etc.

08 - Estudo, Pesquisa e Planejamento
Despesas decorrentes de estudos, pesquisas, planejamento, etc.

09 - Fretes e Carretos
Transporte de material em geral, embalagens, armazenagens e seguro de transporte, quando incluso no conhecimento ou documento equivalente.

10 - Fornecimento de Alimentação Preparada
Alimentação preparada, fornecida a órgãos do Governo do Distrito Federal, refeições e buffets, etc.

11 - Higiene e Tratamento de Água
Despesas com tratamento de água.

12 - Laboratórios de Exames
Exames de laboratório em geral.

13 - Levantamento, Prospecção e Análise de Dados Estatísticos, Econômicos, sociológicos
Despesas contratuais de levantamento, prospecção e análise de: dados estatísticos, econômicos, sociológicos, etc.

14 - Levantamento, Prospecção e Análise de Dados Geográficos, Topográficos e Aerofotogramétricos.
Despesas contratuais de levantamento, prospecção e análise de: dados geográficos, topográficos e aerofotogramétricos.

15 - Locação de Aeronaves
Locação de aviões, etc.

16 - Locação de Equipamentos Médicos e Hospitalares
Locação de material conforme o título.

17 - Locação de Máquinas de Contabilidade e Processamento de Dados
Locação de máquinas e respectivos complementos, conforme o título.

18 - Locação de Máquinas de Escritório
Locação de máquinas e respectivos complementos, destinados a escritórios.

19 - Locação de Máquinas de Obras
Locação de compactadoras, compressoras, misturadoras e espalhadoras de asfalto, britadoras e vibradoras, etc.

20 - Locação de Máquinas e Implementos Agrícolas
Locação de destacadoras, semeadoras, ancinhos mecânicos, colhedeiras, etc.

21 - Locação de Veículos Automotores
Aluguel de automóveis, caminhões, camionetas e outros veículos, para execução de trabalhos que não possam ser desempenhados através de veículos integrantes da frota do Governo do Distrito Federal.

22 - Plantio e Reflorestamento
Despesas decorrentes de plantio e reflorestamento.

23 - Reparos e Conservação de Aparelhos de Comunicação
Reparos e conservação de aparelhos de comunicação em geral, executados por terceiros.

24 - Reparos e Conservação de Aparelhos de Medicina, Cirurgia e Odontologia.
Reparos e conservação de aparelhos de medicina, cirurgia e odontologia em geral, executados por terceiros.

25 - Reparos e Conservação de Máquinas de Escritórios
Reparos e conservação de máquinas de escritórios em geral, executados por terceiros.

26 - Reparos e Conservação de Utensílios de Escritório
Reparos e conservação de utensílios de escritórios em geral, executados por terceiros.

27 - Reparos e Conservação de Móveis em Geral
Reparos, adaptação e conservação de bens móveis em geral, executados por terceiros.

28 - Reparos e Manutenção de Veículos, Máquinas e Implementos
Reparos e manutenção de veículos, máquinas e implementos em geral, executados por terceiros.

29 - Seleção e Treinamento de Pessoal
Despesas com seleção e treinamento de pessoal, concursos, fiscalização de provas e examinadores, professores de cursos de seleção, aperfeiçoamento, formação e outros.

30 - Serviços de Alfaiataria
Despesas decorrentes de serviços de alfaiataria.

31 - Serviços de Bilheteria e Portaria
Despesa com Serviços prestados, que se refiram ao título.

32 - Serviços de Estenografia, Datilografia e Desenho
Despesas decorrentes de contratação de serviços de estenografia datilografia e desenho.

33 - Serviços Fotográficos, Cinematográficos e de Som
Despesas decorrentes de contratação de serviços de fotográfia, cinematográfia e de som.

34 - Serviços de Limpeza
Serviços prestados, que se refiram a limpeza em geral.

35 - Serviços de Organização e Métodos
Despesas com serviços de organização e métodos.

36 - Serviços de Processamento de Dados e Microfilmagem
Serviços prestados com processamentos de dados e microfilmagem

37 - Serviços de Profilaxia
Despesas com medidas de prevenção contra doenças, etc.

38 - Serviços de Raio X e Abreugrafia
Despesas decorrente de exames de raio X e abreugrafia.

39 - Vigilância e Segurança

Despesas com vigilância e segurança em geral.

40 - Edição de Jornais, Livros e Revistas
Despesas decorrentes de edição de jornais, livros e revistas.

41 - Assinatura de Periódicos
Assinatura, permanente ou temporária, de jornais, revistas e recortes de jornais, boletins e outras publicações para órgãos técnicos.

42 - Água e Esgoto
Tarifas de água e esgoto, bem como despesas decorrentes de sua instalação.

43 - Comissões e Despesas Bancárias
Despesas decorrentes de operações realizadas por intermédio de estabelecimento de crédito.

44 - Energia Elétrica
Tarifas de energia elétrica, bem como despesas decorrentes de sua instalação.

45 - Locação de Imóveis
Locação de Prédios e salas, inclusive condomínio, para instalação e funcionamento de repartições do Governo do Distrito Federal, bem como para residência oficial dos Secretários de Estado.

46 - Passagens, Transportes de Pessoas e suas Bagagens, Pedágios
Despesas de viagens: passagens, transporte de pessoas e suas bagagens; hospedagem com ou sem alimentação, pedágios e passagens para convidados de outras cidades, etc. O servidor só poderá receber adiantamento à conta deste item quando não houver recebido ajuda de custo ou diárias.

47 - Portes e Telegramas
Portes de correspondência, registrados postais e aéreos, telegramas, radiogramas, etc.

48 - Serviços Domésticos
Serviços prestados, mediante contrato ou não, que se refiram a cozinha, lavagem de roupas e outros que, pela sua natureza, possam ser incluídos entre os de serviços domésticos.

49 - Telefones e Telex
Assinatura e tarifas telefônicas e de telex etc.

50 - Diversas
Serviços não especificados em nenhum dos itens previstos.

51 - Artigos para Festas
Aquisição de materiais para distribuição gratuita em feiras de amostras, exposições, festas natalinas, etc., e com programas relacionados com atividades educacionais, assistenciais, de saúde pública, turísticas.

52 - Artigos para Recreação
Despesas com artigos para distribuição gratuita, e com programas relacionados com atividades recreativas.

53 - Medalhas e Prêmios
Despesas com medalhas e prêmios, para distribuição com obras científicas, técnicas ou literárias, artísticas ou promocionais, festividades e outras.

54 - Despesas de Pronto Pagamento
Despesas com gastos de pequeno vulto e de imediata necessidade, inclusive pequenos consertos em bens móveis ou imóveis, até o valor de 1/5 do valor da referência.

55 - Recepções e Hospedagens
Recepções, hospedagens e transporte de visitantes em missões técnicas ou científicas, turísticas e recreativas, caravanas acadêmicas, etc. Excluem-se os servidores ou qualquer pessoa que recebam vantagens pelo Governo do Distrito Federal.

56 - Mordomia
Despesas exclusivamente para manutenção de residência oficial do Governador do Distrito Federal.

57 - Indenizações e Restituições
Restituições de importâncias, a qualquer título recolhidas indevidamente aos cofres do Governo do Distrito Federal e indenizações por acidente de tráfego ou de qualquer natureza.

58 - Custas e Diligências
Custas devidas aos serventuários da justiça civil e militar, nos termos do regimento de custas; diligências, quer policiais de caráter reservado ou não et , em virtude de sentenças, quando não seja dotação própria; salários e honorários dos avaliadores e peritos judiciais e outras decorrentes de ação de qualquer natureza , promovida pelo Distrito Federal ou contra ele, bem como despesas de cartório e certidões em geral.

59 - Despesas com Exposições e Certames
Material e mão-de-obra fornecidas e prestadas diretamente no local do certame, e serviços referentes à promoção do Governo do Distrito Federal, confecção de "stands", maquetes, quadros demonstrativos, inclusive de representação do Governo do Distrito Federal em exposições, em certames, tanto culturais como feiras de amostras, rodeios, etc., e para a realização de concurso para melhorar a arrecadação ou em outro sentido de interesse da administração.

60 - Seguros Pessoais
Seguro de responsabilidade civil.

61 - Seguro de Bens
Seguro de bens do Governo do Distrito Federal.

62 - Intercâmbio Técnico e Cultural
Despesas decorrentes da vinda e permanência no Distrito Federal de cientistas, professores, técnicos, literatos, artistas, conferencistas, etc., quando convidados pelo Governo do Distrito Federal. Bem como contribuições para despesas com bolsistas em estudos no Distrito Federal.

63 - Bolsas de Estudo
Bolsas de estudo concedidas aos servidores do Governo do Distrito Federal.

64 - Reflorestamento, Conservação e Defesa dos Recursos Naturais
Reflorestamento, conservação e defesa de recursos naturais.

65 - Promoções Turísticas, Recreativas e Desportivas
Despesas com promoções como: carnaval, páscoa, aniversário de Brasília, festas juninas, festival folclórico, Natal, Semana da Pátria , competições esportivas nacionais e internacionais e outras, incluindo despesas com recepção e hospedagem de convidados oficiais do Governo do Distrito Federal, serviços prestados, aquisição de material de consumo ou de pronta utilização para adaptação de próprios do Governo, decoração e ornamentação em geral, propaganda, aluguel de viaturas, assim como o custeio de festas e recepções.

66 - Realização de Congressos ou Simpósios
Realização de congressos ou simpósios patrocinados, no todo ou em parte, pelo Governo do Distrito Federal.

67 - Serviços de Caráter Secreto ou Reservado
Despesas, de qualquer natureza, realizadas em diligência, coleta de informações, processamento das mesmas e outras necessárias em serviços de caráter secreto ou reservado.

68 - Despesas de Cerimonial
Despesas de qualquer natureza realizadas exclusivamente pelo Serviço do Cerimonial do Gabinete Civil, ordenadas pelo respectivo Chefe ou seu substituto legal, na forma do artigo 80 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1.967.

99 - Eventuais
Despesas de encargos diversos não especificados em nenhum dos subelementos previstos.

3.1.9.0 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.9.1 - Sentenças Judiciárias
01 - Pagamentos devidos pela fazenda, Federal, Estadual ou Municipal , em virtude de sentença Judiciária conforme a ordem de apresentação dos precatórios, ou que se incluam nos termos do artigo 117 da Constituição Federal.

3.1.9.2 - Despesas de exercícios Anteriores
01 - Exercícios Findos
Despesas de Custeios não regularizadas em exercícios anteriores, e que venham a ser apuradas após o término de cada exercício orçamentário, ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.1.0 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
Transferências feitas no âmbito de cada Governo.

3.2.1.1 - Transferências Operacionais
Transferências decorrentes da Lei de orçamento e destinadas a atender despesas correntes de autarquias e fundações instituídas pelo Poder Público.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para acorrer às despesas de pessoal e encargos sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender as despesas correntes, exceto as de pessoal e encargos sociais.

3.2.1.2 - Subvenções Econômicas
Subvençoes econômicas a empresas federais, estaduais e do Distrito Federal, privadas, sociedades de economia mista, de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril , sem finalidade lucrativa, ou que se incluam aos termos do artigos 18 e 19 da Lei nº 4.320 , de 17 de março de 1964.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para acorrer as despesas com pessoal e encargos sociais,

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender as despesas correntes, exceto as de pessoal e encargos sociais.

3.2.1.3 - Contribuições Correntes
Transferências decorrentes de lei específica que não a do Orçamento.

3.2.1.4 - Contribuiçoes a Fundos
Transferências feitas a Fundos, nos termos da legislação vigente.

3.2.1.5 - Transferências Operacionais a Territórios
Transferências decorrentes da lei de orçamento e destinadas a atender despesas correntes.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para acorrer às despesas com pessoal e encargos sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas correntes, exceto as de pessoal e encargos sociais.

3.2.1.6 - Contribuições a Territórios
Transferências decorrentes de lei especifica que não a do orçamento.

3.2.2.0 - Transferências Intergovernamentais
Transferências feitas de um nível de governo a outro, ou entre Estados ou entre Municípios.

3.2.2.1 - Transferências a União
Transferências feitas à União por Estados, Municípios ou pelo Distrito Federal.

3.2.2.2 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal
Transferências feitas a Estados e ao Distrito Federal pela União, pelos Estados ou pelos Municípios.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para acorrer às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas correntes, exceto as de Pessoal e Encargos Sociais.

03 - Contribuições Correntes
Transferências decorrentes de lei específica que não a de Orçamento.

3.2.2.3 - Transferências a Municípios
Transferências feitas a Municípios pela União pelos Estados ou pelo Distrito Federal

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para acorrer às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas correntes, exceto as de Pessoal e Encargos Sociais.

03 - Contribuições Correntes
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

3.2.2.4 - Transferências a Instituições Multigovernamentais
Transferências feitas a entidades criadas entre Estados e/ou Municípios e/ou diferentes níveis do Governo, tais como, autarquias instituídas por dois ou mais municípios visando o abastecimento d'água.

3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS

3.2.3 1 - Subvenções Sociais
Subvenções sociais a instituições que prestam serviços de assistência social, médica e educacional, conforme artigos 16 e 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

3.2.3.2 - Subvenções Econômicas
Subvenções econômicas a Instituições Privadas conforme os artigos 18 e 19 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para acorrer às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas correntes, exceto as de Pessoal e Encargos Socias.

3.2.3.3 - CONTRIBUIÇÕES CORRENTES

3.2.4.0 - TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR

3.2.4.1 - Transferências a Governos

3.2.4.2 - Transferências a Organismos Internacionais
Inclusive a organismos que tenham sede ou recebem os recursos no Brasil.

3.2.4.3 - Contribuições a Fundos Internacionais
Transferências decorrentes de lei específica que não a do orçamento ou de acordos internacionais.

3.2.5.0 - TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS

3.2.5.1 - Inativos
Pagamento a inativos civis e militares.

01.00 - Pessoal Civil

01.01 - Proventos
Proventos de servidores na inatividade.

01.02 - Vantagens Incorporadas
Vantagens incorporadas, do servidor na inatividade.

01.03 - Abono Provisório e Novas Aposentadorias
Abono provisório e novas aposentadorias pagos ao servidor na inatividade.

02.00 - Pessoal Militar

02.01 - Proventos
Proventos do militar na inatividade, constituído do soldo ou contas do soldo, de acordo com o estabelecido nas Leis n.os 5.619/70 e 5.906/73.

02.02 - Vantagens Incorporadas
Vantagens incorporadas, do militar na inatividade.

02.03 - Adicional de Inativos
Adicional de inatividade, do militar, na forma expressa nas Leis n.os 5.619/70 e 5.906/73.

02.04 - Auxílio Invalidez
Pagamento, ao militar na inatividade, do auxílio invalidez, na conformidade das Leis n.os 5.619/70 e 5.906/73.

3.2.5.2 - Pensionistas
Pagamentos a pensionistas civis e militares.

01 - Pensões Militares

02 - Abono Provisório e Novas Pensões

03 - Outras Pensões
Pensões não compreendidas nos itens anteriores.

3.2.5.3 - Salário-Família
Pagamento a servidores estatutários. Exclusive aquele devido a servidores regidos pela CLT que corre à conta do sistema previdenciário.

01.00 - Pessoal Civil
Salário-Família do servidor civil ativo.

02.00 - Pessoal Militar
Salário-Família do militar da ativa.

03.00 - Inativos Civis
Salário-Família do servidor civil inativo.

04.00 - Inativos Militares
Salário-Família do militar inativo.

05.00 - Pensionistas
Salário-Família dos pensionistas civis e militares.

3.2.5.4 - Apoio Financeiro a Estudantes
Ajuda financeira concedida a estudantes carentes.

3.2.5.5 - Asistência Médico-Hospitalar
Assistência prestada a servidores da entidade, desde que não seja este seu objetivo final.

3.2.5.6 - Benefícios da Previdência Social
Benefícios devidos pelos sistemas previdenciários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.2.5.7 - Indenizações de acidentes de Trabalho
Indenizações devidas pelo sistema previdenciário.

3.2.5.9 - Outras Transferências a Pessoas
Despesas com abono-familiar, auxílio-funeral (Pessoal Militar) etc.

01 - Abono-Familiar

02 - Auxílio-Funeral
Auxílio Funeral concedido à família do servidor civil ou militar falecido, para custear as despesas com o seu sepultamento, de acordo com a legislação em vigor.

3.2.6.0 - ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA

3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada

3.2.6.2 - Outros Encargos de Dívida Contratada

3.2.6.3 - Juros sobre Títulos do Tesouro

3.2.6.4 - Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro

3.2.6.5 - Juros de Outras Dívidas

3.2.6.6 - Encargos de Outras Dívidas

3.2.6.7 - Correção Monetária sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita

3.2.7.0 - ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA

3.2.7.1 - Juros da Dívida Contratada

3.2.7.2 - Outros Encargos de Dívida Contratada

3.2.7.3 - Juros sobre Títulos do Tesouro

3.2.7.4 - Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro

3.2.8.0 - CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP
Cumprimento da Lei Complementar nº 8, de 03 de dezembro de 1.970, que instituiu o PASEP.

3.2.9.0 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.9.1 - Sentenças Judiciárias
Cumprimento do artigo 117 e seus parágrafos da Constituição Federal.

3.2.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores

01 - Exercícios Findos
Despesas com Transferências Correntes não regularizadas em exercícios anteriores, e que venham a ser apuradas após o término de cada exercício orçamentário, ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - INVESTIMENTOS

4.1.1.0 - OBRAS E INSTALAÇÕES

01 - Estudos e Projetos
Estudos e projetos de engenharia e arquitetura para o Governo do Distrito Federal.

02 - Início das Obras
Pagamento, dentro do exercício financeiro, de todas as despesas com início de obras públicas diversas, quer por administração, quer por empreitada, exceto para construção de edifícios públicos.

03 - Prosseguimento e Conclusão de Obras
Despesas com prosseguimento e conclusão de obras públicas diversas, quer por administração, quer por empreitada, excluindo-se a construção de edifícios públicos.

04 - Instalações e Equipamentos para Obras
Instalaçoes sanitárias, hidráulicas, e outras, e aquisição de equipamentos necessários à complementação de obras, desde que não inclusa em contratos gerais das obras.

05 - Construção de Prédios Públicos
Construção de prédios públicos, quer por administração, quer por empreitada.

06 - Ampliação, Reconstrução, Restauração e Modificação
Ampliação, reconstruções parciais, restaurações e modificações de construção ou obras concluídas.

4.1.2.0 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

51 - Animais para Montaria, Tração e Reprodução
Animais para montaria, tiro, tração, reprodução etc.

52 - Armamento
Revólveres, pistolas, metralhadoras, canhões armas de artilharia etc., e quaisquer outros tipos de armamento para corporações militares, policiais e órgãos de segurança.

53 - Aparelhos e Instrumentos Técnicos para Medição, Teste e Controle
Calibradores, paquímetros, trenas, instrumentos para teste, termômetros para laboratório, balizas, miras, alinhadores ópticos, analizadores, amperímetros, aparelhos para testes, balanças em geral, bússolas, geradores de barras e de sinais, medidores de pressão, níveis para topografia, osciloscópios, medidores de consumo de energia elétrica, teodolitos, tripés especiais, voltímetros, relógios, fotômetros, conversores rotativos ou estáticos, estabilizadores de corrente, indutores, transformadores, etc.

54 - Aparelhos e Utensílios do Tipo Doméstico
Aparelhos de ar condicionado, aspiradores de pó, batedeiras de bolo, bebedouros, circuladores de ar, enceradeiras, espremedores de frutas, esterilizadores, ferros de engomar, fogões a gás e elétricos, fritadores elétricos, liquidificadores, máquinas de cortar frios, máquinas de costura, máquinas de café, máquinas de lavar e passar, máquinas de lavar louças, refrigeradores domésticos, comerciais, industriais, ventiladores, etc., açucareiros de aço, aparelhos para café, chá e jantar em metal, assadeiras de metal, bacias, bandejas, batedeiras de ovos, baterias de alumínio, bules, caldeirões, conchas, chaleiras, escadas metálicas, espumadeiras, faqueiros, formas de alumínio, jarras térmicas de metal, marmitas, panelas, talheres em geral, etc.

55 - Equipamentos para Combate e Prevenção de Sinistros
Equipamentos necessários ao combate de incêndio e outros sinistros.

56 - Equipamentos para Escritório
Máquinas de escrever, de calcular, de contabilidade, de franquia postal ou semelhante, caixas registradoras, máquinas perfuradoras, autenticadores de cédulas, mimeógrafos, gravadores eletrônicos de estêncil, máquinas de endereçar, de plastificação, fotocopiadoras, máquinas heliográficas, impressoras e gravadores "off-set", etc.

57 - Equipamentos para Processamento de Dados e Microfilmagem
Copiadoras leitoras etc., e todo equipamento para processamento de dados.

58 - Insignias e Bandeiras
Bandeiras, flâmulas, brasões, etc.

59 - Instrumentos Musicais
Acordeons, bandas rítmicas, oboés, órgãos, pandeiros, pianos, surdos, tambores, tímanos, trombones, violões, violas, violinos, violoncelos e outros instrumentos musicais de qualquer natureza.

60 - Instrumentos para Desenho
Achuriadores; adaptadoras para aranhas, aparelhos de pontear, aranhas, canetas para desenho, compassos, cintéis, curvas francesas e universais, coordenatógrafos, escalas, esquadros, estojos para desenho, esteógrafos, facas olfa, gabaritos, guias paralelas, lapiseiras, normógrafos, planímetros, refletores para pranchetas, réguas flexíveis, réguas para guias, réguas metálicas, réguas "T", réguas com tira-linhas, tenígrafos, tira-linhas, transferidores, réguas curvas flexíveis, etc.

61 - Livros e Publicações Técnicas
Obras literárias ou especializadas em geral.

62 - Máquinas, Aparelhos e Ferramentas de Longa Duração para Oficinas
Alargadores, arcos de pua e de serra, bigornas, caixas para ferramentas, chaves "allen", de boca estria, inglesa, em "L", desendadores, esquadros metálicos, extensões de encaixes, ferros para solda elétrica grampeadores para estofadores, lamparinas para bombeiros, máscaras para solda, níveis, óculos para solda, pistolas para pintura, porta-eletrodos, plainas manuais, prumos, escalas de metal, quadros de ferramentas, saca-pinos, sargentos de ferro, soquetes, sutas, alavancas, alicates, estratores de parafusos, gravadores de aço estampados, macho, cossinetes, podadores de gramas, almotolias, macacos tipo "jacaré" etc., carregador elétrico de baterias, geradores de oxiacetileno para solda, desempenadeiras, desengrossadeiras, entalhadeiras, esmeril elétrico, forjas, lixadeiras elétricas, máquinas para cortar,

fresar, furar, abrir roscas, rebitar, soldar, pontear, prensar; máquinas de retificadoras, serras elétricas e hidráulicas, tesouras elétricas, tornos elétricos, tupias, vulcanizadoras, pistolas de pulverização, etc.

63 - Máquinas e Implementos para Agricultura e Obras

Destocadoras, tratores, niveladores, arados de tração mecânica, grades de disco, cultivadores, aparelhos distribuidores de fertilizantes, pulverizadores, enxadas rotativas, plantadeiras, ancinhos mecânicos, colhedeiras, secadeiras, debulhadeiras, classicadoras de ovos, descaroçadores de algodão, máquinas para ordenhar, desnatar, polvilhadoras, etc., máquinas empilhadeiras, escovadoras, cortadoras de grama, dragas secas e semelhantes, escarificadores, rolos compressores, máquinas compactadoras de argamassa, máquinas e aparelhos de perfuração, arados de tração animal, bebedouros automáticos, cultivadores manuais ou de tração animal, prensas para essências, etc.

64 - Máquinas, Motores e Aparelhos para Indústria, Comércio e Transporte

Teares, moinhos para cereais, café etc., máquinas para fundir tipos, compor, fazer clichês, prensas para numerar, marcar e picotar papéis, guinchos manuais, diferenciais de Weston, guindastes, máquinas grampeadoras e picotadoras, caldeiras, geradores elétricos, motores marítimos, estacionários, hidráulicos quer à gasolina, diesel e a querosene, bombas para água, gasolina, ou a vácuo, compressores, conjuntos de lubrificantes, destiladores, geradores de espuma, máquinas de lavar autos, balcões frigoríficos, etc.

65 - Material Desportivo de Recreação e de Campanha

Arcos para basquetebol e ginásticas, balizas, bancos para ginástica, bastão para corridas de revezamento, bombas para encher bolas, maca de madeira para educação física, plinto para saltos, saltômetros, trampolins, varas de salto, etc., barracas, camas, cantis, casas desmontáveis, pára-sol, redes, toldos, etc.

66 - Aparelhos e Utensílios para Comunicação, Sinalização e Fotocinematografia

Aparelhos de sinalização, de qualquer espécie, de trânsito terrestre, marítimo, fluvial, lacustre e aéreo, e aparelhos receptores e transmissores de televisão, de radiotelegrafia, radiotelefonia, rádio para avião, rádio-fonógrafo, equipamento de rádio para direção e navegação aérea, aparelhos de radar e semelhantes, aparelhos de telefonia e telegrafia, rádios para automóveis, ditafones, cilindros e rádios domésticos, amplificadores, coladeiras de filmes, copiadores de "slides", cortadeiras, esmaltadeiras, "flashes", guias para revelação de filmes, projetores, máquinas fotográficas, fotogramétricas, filmadoras, marginadoras, objetivas, aparelhos registradores de som, interfones, aparelhos de telex, etc.

67 - Material para Decoração, Objetos de Arte e para Coleção

Quadros, pinturas, desenhos, gravuras, estampas, litografias, estátuas e esculturas de qualquer material, animais empalhados, dissecados, conservados em álcool ou outro processo, esqueletos de animais, coleção de zoologia, botânica, e mineralogia, objetos para coleção de interesse historico-arqueológico, tais como: objetos indígenas, armas antigas e desusadas de qualquer espécie, selos e semelhantes, etc., cinzeiros de pé, cortinas, tapetes, lustres, persianas, toldos, vasos decorativos etc.

68 - Mobiliário em Geral

Armários, arquivos, balcões de aço, bandejas para expedientes, banquetas, cadeiras, fichários, guarda-roupas de aço, grupos estofados, mapotecas, mesas em geral, poltronas, pranchetas, separadores de livros, armários para copa e cozinha, camas, camiseiros, criados-mudos, dormitórios completos, guarda-roupa de madeira, mesas para copa, paneleiros, penteadeiras, estantes, armários especiais, cadeiras e carteiras escolares, quadros escolares, cadeiras empilháveis para auditórios, estrados, tapetes, divisórias de aço ou madeira, etc.

69 - Móveis, Aparelhos, Instrumentos e Utensílios para Uso em Clínicas Odontológicas, em Hospitais e em Laboratórios

Aparelhos para endoscopia, cirurgia, oftalmologia, veterinária, macanoterapia, odontologia, psicologia, oxigenoterapia, ozonoterapia, aparelhos eletro-cirúrgicos, aparelhos de raios X, aparelhos para surdez, ortopédicos, similares, cadeiras para dentistas, aparelhos para soro e para pressão, estetoscopios, tensiômetros, etc., alças de platina, alveolotomos, aparadores, braceiras para injeção, bicos de Bunsen, etc., móveis em geral para uso em hospitais, clínicas odontológicas e laboratórios.

70 - Utensílios para Escritório

Apontadores de lápis (de mesa), armações para pastas, carimbos de metal, grampeadores-perfuradores de papel, porta-carimbos, porta-fitas, rebordeadores de plantas, rotuladores manuais, tesouras de aço, etc.

71 - Veículos e Equipamentos para Veículos

Ambulâncias, automóveis, caminhões, caminhonetas, furgões, "pick-ups", ônibus, carros-forte, jeeps, veículos providos de bombas, escadas, guinchos, tanques, vassouras, etc., motocicletas, motonetas, etc., caçambas basculantes, guindastes, guinchos, tanques irrigadores, coletores e compactadores de lixo, carrocerias, carretas, trailers e qualquer equipamento para ser montado ou tracionado por veículos, máquinas e aparelhos ferroviários, aviões, helicopteros, navios e dragas flutuantes, guindastes e outras embarcações.

72 - Veículos de Tração Pessoal e Animal

Bicicletas, triciclos, carrinhos-de-mão, charretes, carroças, etc.

99 - Diversos

Equipamentos e Material Permanente não classificável nos subelementos previstos.

4.1.3.0 - INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL

Despesas previstas em programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa e que resultam em investimentos.

4.1.4.0 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS INDUSTRIAIS OU AGRÍCOLAS

Despesas resultantes da participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas, conforme o § 4º do artigo 12, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

01 - Participação em Constituição de Capital de Empresas Industriais

De acordo com a ementa.

02 - Participação em Constituição de CApital de Empresas Agrícolas

De acordo com a ementa.

03 - Participação em Aumento de Capital de Empresas Industriais

De acordo com a ementa.

04 - Participação em Aumento de Capital de Empresas Agrícolas

De acordo com a ementa.

05 - Participação em Constituição de Capital de Entidades Industriais

De acordo com a ementa.

06 - Participação em Constituição de Capital de Entidades Agrícolas

De acordo com a ementa.

07 - Particiapação em Aumento de Capital de Entidades Industriais

De acordo com a ementa.

08 - Participação em Aumento de Capital de Entidades Agrícolas

De acordo com a ementa.

4.1.9.0 - DIVERSOS INVESTIMENTOS

4.1.9.1 - Sentenças Judiciárias

Cumprimento do artigo 117 e seus parágrafos da Constituição Federal.

4.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores

01 - Exercícios Findos

Despesas com investimentos não regularizados em exercícios anteriores, e que venham a ser apurados após o término de cada exercício orçamentário, ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4.2.0.0 - INVERSÕES FINANCEIRAS

4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis

Exceto aqueles necessários à realização de obras, os quais deverão ser classificados na 4.1.1.0 visto que se integram como fonte de investimentos.

01 - Prédios

Aquisição e desapropriação de prédios, para utilização.

02 - Terrenos

Aquisição e desapropriação de terrenos, para utilização.

4.2.2.0 - Aquisição de Outros Bens de Capital já em Utilização
Inversão financeira com a aquisição de bens de capital, já utilizados, que não sejam imóveis ou para revenda.

4.2.3.0 - Aquisição de Bens para Revenda
Inversão realizada com a aquisição de bens para revenda a terceiros.

4.2.4.0 - Aquisição de Títulos de Créditos
De acordo com a ementa.

4.2.5.0 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado
Inversão financeiras através dos quais a Administração adquire ações, títulos ou quotas de qualquer tipo de sociedade, desde que tais títulos, não representem constituição nem aumento de capital.

4.2.6.0 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras
Despesas resultantes da participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras, conforme o § 5º do artigo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

01 - Participação em Constituição de Capital de Empresas Comerciais
De acordo com a ementa.

02 - Participação em Constituição de Capital de Empresas Financeiras
De acordo com a ementa.

03 - Participação em Aumento de Capital de Empresas Comerciais
De acordo com a ementa.

04 - Participação em Aumento de Capital de Empresas Financeiras
De acordo com a ementa.

05 - Participação em Constituição de Capital de Entidades Comerciais
De acordo com a ementa.

06 - Participação em Constituição de Capital de Entidades Financeiras
De acordo com a ementa.

07 - Participação em Aumento de Capital de Entidades Comerciais
De acordo com a ementa.

08 - Participação em Aumento de Capital de Entidades Financeiras
De acordo com a ementa.

4.2.7.0 - Concessão de Empréstimos
Inclusive bolsas de estudos reembolsáveis.

01 - Empresas Industriais
De acordo com a ementa.

02 - Empresas Agrícolas
De acordo com a ementa.

03 - Empresas Comerciais
De acordo com a ementa.

04 - Empresas Financeiras
De acordo com a ementa.

05 - Entidades Industriais
De acordo com a ementa.

06 - Entidades Agrícolas
De acordo com a ementa.

07 - Entidades Comerciais
De acordo com a ementa.

08 - Entidades Financeiras
de Acordo com a ementa.

4.2.8.0 - Depósitos Compulsórios
Depósitos restituíveis em geral.

4.2.9.0 - Diversas Inversões Financeiras

4.2.9.1 - Sentenças Judiciárias
Cumprimento do artigo 117 e seus parágrafos da Constituição Federal.

4.2.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores

01 - Exercícios Findos
Despesas com inversões financeiras não regularizadas em exercícios anteriores, e que venham a ser apuradas após o término de cada exercício orçamentário, ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4.3.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

4.3.1.0 - Transferências Intragovernamentais
Transferências feitas no âmbito de cada governo.

4.3.1.1 - Auxílios para Despesas de Capital
Transferências decorrentes da Lei de orçamento.

01 - Auxílios para Investimentos

02 - Auxílios para Inversões Financeiras

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital

4.3.1.2 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências feitas em decorrência da lei específica que não a do orçamento.

4.3.1.3 - Contribuições a Fundos
Transferências feitas a Fundos nos termos da legislação vigente.

01 - Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE
Financiamento de programas de desenvolvimento, nos termos dos artigos 209 e 210 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.

02 - Fundo de Desenvolvimento a Programas de Habitação Popular-FUNDHAP
Financiamento de programas de habitação popular, nos termos do art. 2º, item III, do Decreto nº 6.008, de 26 de dezembro de 1963.

03 - Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Distrito Federal-FAE
Financiamento de programas de ampliação implantação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, nos termos da Lei nº 6.254, de 22/10/75.

4.3.1.4 - Auxílios aos Territórios
Transferências decorrentes da lei do orçamento.

01 - Auxílios para Investimentos

02 - Auxílios para Inversões Financeiras

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital

4.3.1.5 - Contribuições aos Territórios
Transferências feitas em decorrências de lei específica que não a do orçamento.

4.3.2.0 - Transferências Intergovernamentais
Transferências feitas de um nível de governo a outro ou entre estados ou entre Municípios.

4.3.2.1 - Transferências a União
Transferências feitas a União por Estados, Municípios ou pelo Distrito Federal.

4.3.2.2 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal
Transferências feitas a Estados e ao Distrito Federal pela União ou pelos Municípios.

01 - Auxílios para Investimentos

02 - Auxílios para Inversões Financeiras

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital

06 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências decorrentes de Lei específica que não a de orçamento.

4.3.2.3 - Transferências a Municípios
Transferências feitas a Municípios pela União, pelos Estados ou pelo Distrito Federal.

01 - Auxílios para Investimentos

02 - Auxílios para Inversões Financeiras

03 - Auxilios para Amortização da Dívida Interna

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital

06 - Contribuições para Despesa de Capital
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

4.3.2.4 - Transferências a Instituições Multigovernamentais
Transferências feitas a entidades criadas entre Estados e/ou Municípios e/ou diferentes níveis de governo.

01 - Auxílios para Investimentos

02 - Auxílios para Inversões Financeiras

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital

06 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

4.3.3.0 - Transferências a Instituições Privadas

4.3.3.1 - Auxílios para Despesa de Capital.
Transferências decorrentes da lei de orçamento.

01 - Auxílios para Investimentos

02 - Auxílios para Inversões Financeiras

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital

4.3.3.2 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências decorrentes de lei específica que não a do orçamento.

4.3.4.0 - Transferências ao Exterior

4.3.4.1 - Transferências a Governos

4.3.4.2 - Transferências a Organismos Internacionais
Inclusive organismos que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil.

4.3.4.3 - Transferências a Fundos Internacionais
Transferências feitas de acordo com a legislação vigente ou com acordos internancionais.

4.3.5.0 - Amortização da Dívida Interna

4.3.5.1 - Amortização da Dívida Contratada
Admite-se o valor da amortização já corrigido nos termos do contrato.

4.3.5.2 - Resgate de Títulos do Tesouro

4.3.5.3 - Correções sobre Títulos do Tesouro

4.3.5.4 - Outras Amortizações

4.3.6.0 - Amortização da Dívida Externa

4.3.6.1 - Amortização de Dívida Contratada

4.3.6.2 - Resgate de Títulos do Tesouro

4.3.6.3 - Correções sobre Titulos do Tesouro

4.3.7.0 - Diferenças de Câmbio
Despesas com a cobertura da diferença entre o valor orçado e o real a ser transferido ao exterior para atendimento de compromissos assumidos.

4.3.9.0 - Diversas Transferências de Capital

4.3.9.1 - Sentenças Judiciárias
Cumprimento do artigo 117 e seus parágrafos da constituição Federal.

4.3.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores

01 - Exercícios Findos
Despesas com transferências de capital não regularizadas em exercícios anteriores, e que venham a ser apuradas após o término de cada exercício orçamentário, ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março se 1964.

DECRETO N.o 4.521 DE 28 DE dezembro DE 1978

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 1.250.000,00 (hum milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros) , às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 89, da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977, combinado com o Art.41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de CR$ 1.250.000,00 (hum milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros), nas dotações orçamentárias das seguintes Unidades:

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

02040152.008 - Manutenção das Atividades do Conselho Penitenciário do Distrito Federal
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas..... 90.000,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03070212.028 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 170.000,00

3.2.5.0 - Contribuições de Previdência Social..... 450.000,00

SECRETARIA DE FINANÇAS

03080212.035 - Administração e Controle Fazendário
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 320.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08070212.036 - Manutenção das Atividades da Secreta - ria de Educação e Cultura
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 190.000,00
3.1.1.1 - 02 - Despesas Variáveis 20.000,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
03070212.051 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Públicos
3.1.1.1 - 02 - Despesas Variáveis 10.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor, de dotações, das Unidades Orçamentárias que se seguem:

GABINETE DO GOVERNADOR
03070202.003 - Assessoramento Superior
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 180.000,00

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NUCLEO BANDEIRANTE
03070212.012 - Manutenção das Atividades da Administração do Cidade Satélite do Nucleo Bandeirante
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 50.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA
03070212.016 - Manutenção das Atividades da Administração Regional de Taguatinga
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 100.000,00

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO
03070212.025 - Manutenção das Atividades da Administração do Setor Residencial, Industria e Abastecimento
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas ..... - 30.000,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03070212.028 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.1.1.1 - 02 - Despesas Variáveis 620.000,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
04070212.055 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Produção
3.1.1.1 - 01 Vencimentos e Vantagens Fixas 70.000,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
15810212.045 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais
3.1.1.1 - 02 - Despesas Variáveis 30.000,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
03070212.051 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Públicos
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 120.000,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
10070212.048 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras
3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas 50.000,00

Art. 3º Ficam Alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 4º trimestre, das Unidades Orçamentárias mencionadas neste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de 12 de 1.978
90º da República e 19º Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DECRETO No 4.522 DE 28 DE dezembro DE 19 78

Aprova o detalhamento dos Projetos e Atividades constantes da Lei nº 6.599, de 01 de dezembro de 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Item II, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Artigo 9º, da Lei nº 6.599, de 01 de dezembro de 1979.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado, na forma do anexo ao presente Decreto, o detalhamento dos Projetos e Atividades constantes da Lei nº 6.599, de 01 de dezembro de 1978.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1979, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de Dezembro de 1978
99º da República e 19º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

A N E X O

Em Cr$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO		SALÁRIO-EDUCAÇÃO		I.U.C.L/L.C. E COMB.LIQ.GAS.	I.U.C.E.	I.U.C. M. DO PAÍS	FUNDEFE PART. DIVID.	FUNDEFE JUROS BANC.	FUNDEFE 20% DA R. TRI.	T.R.U.	ICM/T.R.INT. E INTERM.P.C.	ADICIONAL DO I.U.C.L/COMB.LIQ. E GASOSOS	TOTAL
		FPE E DF	FPM	C. ESTADUAL	C. FEDERAL										
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	93.790	19.500	44.120	-	35.200	-	-	-	-	-	26.000	-	4.000	162.610
3.1.0.0	DESPESAS DE PESSOAL	1.690	3.690	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000	14.100
3.1.1.0	Pessoal	-	5.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000
3.1.3.2	Pessoal Militar	1.690	3.690	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000	9.100
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.290	10.500	44.120	-	35.200	-	-	-	-	-	26.000	-	-	168.310
3.2.1.1	Pessoal e Encargos Sociais	49.302	500	21.174	-	35.200	-	-	-	-	-	26.000	-	-	132.176
01	Pessoal e Encargos Sociais	36.802	- -	21.174	-	35.200	-	-	-	-	-	22.850	-	-	115.026
02	Outras Despesas Correntes	13.100	500	-	-	-	-	-	-	-	-	3.150	-	-	17.150
3.2.2.1	Transferências da União	-	9.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.500
3.2.2.3	Salário-Família	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110
3.2.2.1	Juros da Dívida Contratada	-	-	22.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.946
3.2.2.2	Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	2.698	790	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.488
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	80.610	20.000	89.880	10.000	82.000	37.800	13.500	131.500	35.000	591.910	39.000	3.500	10.092	1.154.992
4.1.0.0	INVESTIMENTOS	27.500	11.000	-	10.000	-	-	-	-	-	-	25.000	-	10.092	83.592
4.1.1.0	Obras e Instalações	14.200	9.000	-	-	-	-	-	-	-	-	25.000	-	10.092	58.292
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	13.400	2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.400
4.1.3.0	Investimentos e Regime de Execução Especial	-	-	-	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS	101	-	-	-	-	37.800	-	-	-	-	-	-	-	37.901
4.2.1.0	Aquisição de Títulos Representativos do Capital já Integralizado	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
4.2.3.0	Constituição ou Aumento do Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras	-	-	-	-	-	37.800	-	-	-	-	-	-	-	37.800
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.910	9.000	89.880	-	82.000	-	13.500	131.500	35.000	591.910	14.000	3.500	-	1.033.200
4.3.1.1	Transferências Intragovernamentais	39.470	9.000	40.576	-	82.000	-	13.500	-	-	-	14.000	3.500	-	202.046
01	Auxílios para Investimentos	39.470	9.000	40.576	-	82.000	-	13.500	-	-	-	14.000	3.500	-	202.046
4.3.1.3	Contribuições a Fundos	13.440	-	-	-	-	-	-	131.500	35.000	591.910	-	-	-	771.850
4.3.3.1	Amortização da Dívida Contratada	-	-	49.304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.304
T O T A L		134.400	30.5000	134.000	10.000	117.200	37.800	13.500	131.500	35.000	591.910	65.000	3.500	14.092	1.827.402

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS, CONFORME AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

(Cr$ 1.000)

CÓDIGO	R E C U R S O S	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
00	Ordinário não Vinculados	2.198.803	304.606	2.503.409
01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados	53.790	80.610	134.400
02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	19.500	20.000	39.500
03	Cota-Parte do Salário-Educação (Estadual)	44.120	89.880	134.000
04	Cota-Parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis L. e Gasosos	35.200	82.000	117.200
05	Cota-Parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica	-	37.800	37.800
06	Cota-Parte do Imposto Único sobre Minerais do País	-	13.500	13.500
07	FUNDEFE - Participações e Dividendos	-	131.500	131.500
08	FUNDEFE - Juros Bancários	-	35.000	35.000
09	Transferências da União	2.429.000	258.000	2.687.000
10	FUNDEFE - 20% da Receita Tributária	-	591.910	591.910
11	Cota-Parte da Taxa Rodoviária Única	26.000	39.000	65.000
12	Imposto sobre os Serviços de Transportes Rodoviários Interestadual e Intermunicipal de Passegeiros e Cargas	-	3.500	3.500
13	Cota-Parte do Salário-Educação (Federal)		10.000	10.000
28	Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis L. e Gasosos	4.000	10.092	14.092
	T O T A L	4.810.413	1.707.398	6.517.811

D E C U R S O S V I N C U L A D O S

Em Cr$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO		SALÁRIO-EDUCAÇÃO		I.U.S/L.C. E COMB.LIQ.GAS.	I.U.E.E.	I.U.S. M. DO PAÍS	FUNDEFE PART. DIVID.	FUNDEFE JUROS BANC.	FUNDEFE 20% DA R. TRI.	T.R.U.	IGS/T.R.INT. E INTERM.P.C.	ADICIONAL DO I.U.S/L.C.I.C. E CASOSOS	TOTAL
		FPE E DF	FPM	C. ESTADUAL	C. FEDERAL										
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	50.790	19.500	44.120	-	35.200	-	-	-	-	-	26.000	-	4.000	152.610
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO	4.500	8.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000	14.100
3.1.1.0	Pessoal	-	5.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000
3.1.3.2	Pessoal Militar	1.500	3.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000	9.100
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.290	10.500	44.120	-	35.200	-	-	-	-	-	26.000	-	-	168.510
3.2.1.1	Pessoal e Encargos Sociais	49.002	500	21.174	-	35.200	-	-	-	-	-	26.000	-	-	132.476
01	Pessoal e Encargos Sociais	36.502	-	21.174	-	35.200	-	-	-	-	-	22.500	-	-	115.436
02	Outras Despesas Correntes	13.100	500	-	-	-	-	-	-	-	-	3.440	-	-	17.040
3.2.2.1	Transferências da União	-	9.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.500
3.2.5.3	Salário-Família	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110
3.2.6.	Juros da Dívida Contratada	-	-	22.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.946
3.2.8.0	Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	2.008	700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.478
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	80.610	20.000	89.880	10.000	82.000	37.800	13.500	131.500	35.000	801.910	39.000	3.500	10.092	1.144.792
4.1.0.0	INVESTIMENTOS	22.600	11.000	-	10.000	-	-	-	-	-	-	26.000	-	10.092	83.692
4.1.1.0	Obras e Instalações	14.200	9.000	-	-	-	-	-	-	-	-	25.000	-	10.092	58.292
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	13.400	2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.400
4.1.3.0	Investimentos e Regime de Execução Especial	-	-	-	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS	100	-	-	-	-	37.800	-	-	-	-	-	-	-	37.900
4.2.5.0	Aquisição de Títulos Representativos do Capital já Integralizado	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
4.2.6.0	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras	-	-	-	-	-	37.800	-	-	-	-	-	-	-	37.800
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.910	9.000	89.880	-	82.000	-	13.500	131.500	35.000	801.910	14.000	3.500	-	1.023.700
4.3.1.1	Transferências Intragovernamentais	39.470	9.000	40.576	-	82.000	-	13.500	-	-	-	14.000	3.500	-	202.046
01	Auxílios para Investimentos	39.470	9.000	40.576	-	82.000	-	13.500	-	-	-	14.000	3.500	-	202.046
4.3.1.3	Contribuições a Fundos	13.440	-	-	-	-	-	-	131.500	35.000	801.910	-	-	-	771.850
4.3.5.1	Amortização da Dívida Contratada	-	-	49.304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.304
TOTAL		134.400	29.5000	134.000	10.000	117.200	37.800	13.500	131.500	35.000	801.910	65.000	3.500	14.092	1.327.402

ÍNDICE DE PROJETOS E ATIVIDADE A CARGO DAS ENTIDADES

SUPERVISIONADAS

I N D I C E

RESUMO - ORIGEM DOS RECURSOS..... 01
RESUMO - RECURSOS VINCULADOS..... 02
RESUMO - DEMONSTRATIVO DE DESPTSA POR FONTE DE RECURSOS, CONFORME AS CATEGORIAS ECONÔMICAS..... 03
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL..... 04
GABINETE DO GOVERNADOR..... 05
DEPARTAMENTO DE TURISMO..... 06
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO..... 07
ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DE BRASÍLIA..... 08
CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL..... 09
PROCURADORIA GERAL..... 10
SECRETARIA DO GOVERNO..... 11
SECRETARIA DO GOVERNO (ENTIDADES SUPERVISIONADAS)..... 12
ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE..... 13
REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA..... 15
REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA..... 16
REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA..... 18
REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO..... 19
REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA..... 20
ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ASRIA)..... 21
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO..... 22
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS..... 24 23
SECRETARIA DE FINANÇAS..... 25 24
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA..... 27 25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (ENTIDADES SUPERVISIONADAS)..... 29 26

SECRETARIA DE SAÚDE..... 31 27
SECRETARIA DE SAÚDE (ENTIDADES SUPERVISIONADAS)..... 32 28
INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL..... 33 29
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS..... 34 30
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS (ENTIDADES SUPERVISIONADAS)..... 35 31
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS..... 36 32
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS (ENTIDADES SUPERVISIONADAS)..... 37 33
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS..... 38 34
ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA (AERB)..... 40 35
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA (SLU)..... 41 36
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO..... 42 37
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO (ENTIDADES SUPERVIONADAS)..... 43 38
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA..... 44 39
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (ENTIDADES SUPERVISIONADAS)..... 45 40
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL..... 46 41
CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL..... 47 42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... 48 43
ÍNDICE DE PROJETOS E ATIVIDADES A CARGO DAS ENTIDADES SUPERVISIONADAS..... 49 44
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN..... 50 45
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF..... 51 46
FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF..... 54 47
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - FHDF..... 55 48
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FSSDF..... 56 49
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP..... 57 50
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER - DF..... 58 51
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - FZDF..... 59 52
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER - DF..... 60 53
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN..... 61 54

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

4

QDD

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL — CÓDIGO: 0100

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
FISCALIZACAO DO CONTROLE DA ARRECADACAO E APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS	0100.01020022.001	3111.00	00	52.700.000	
		3113.00	00	900.000	
		3120.00	00	2.700.000	
		3132.00	00	4.350.000	
		3192.00	00	150.000	
		3253.00	00	800.000	
		4120.00	00	1.500.000	
		4192.00	00	50.000	63.150.000
COMPLEMENTACAO E ADAPTACAO DO EDIFICIO- SEDE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	0100.01020251.001	4110.00	09	2.000.000	2.000.000
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0100.01824952.002	3251.00	00	7.200.000	
		3253.00	00	46.000	7.246.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
2.000.000	70.396.000	61.646.000	7.200.000	3.550.000	70.396.000	2.000.000	72.396.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 5 QDD

ÓRGÃO: GABINETE DO GOVERNADOR — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: GABINETE DO GOVERNADOR — CÓDIGO: 1101

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
ASSESSORAMENTO SUPERIOR	1101.03070202.003	3111.00	00	30.000.000	
		3112.00	00	1.500.000	
		3120.00	00	650.000	
		3132.00	00	8.700.000	
		3253.00	00	950.000	
		4120.00	00	300.000	
		4250.00	00	100.000	42.200.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	42.200.000	32.450.000	9.350.000	400.000	42.200.000		42.200.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 6 QDD

ÓRGÃO: GABINETE DO GOVERNADOR — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: DEPARTAMENTO DE TURISMO — CÓDIGO: 1102

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	1102.11650212.004	3111.00	00	11.500.000	
		3113.00	00	1.700.000	
		3120.00	00	1.500.000	
		3132.00	00	4.015.000	
		3192.00	00	1.000.000	
		3253.00	00	46.000	
		4120.00	00	250.000	20.011.000
PROMOCOES E DIVULGACOES TURISTICAS DO DISTRITO FEDERAL	1102.11653632.005	3132.00	00	7.600.000	7.600.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	27.611.000	13.246.000	14.115.000	250.000	27.611.000		27.611.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 7 QDD

ÓRGÃO: GABINETE DO GOVERNADOR — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA, ESPORTES E RECREACAO — CÓDIGO: 1103

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA, ESPORTES E RECREACAO	1103.08460212.006	3111.00	00	9.850.000	
		3113.00	00	1.850.000	
		3120.00	00	600.000	
		3132.00	00	6.000.000	
		3192.00	00	20.000	
		3253.00	00	8.000	
		4120.00	00	180.000	18.508.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	18.508.000	11.708.000	6.620.000	180.000	18.508.000		18.508.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 8 QDD

ÓRGÃO: GABINETE DO GOVERNADOR — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: ADMINISTRACAO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DE BRASILIA — CÓDIGO: 1104

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DE BRASILIA	1104.08460212.007	3111.00	00	4.200.000	
		3113.00	00	650.000	
		3120.00	00	600.000	
		3132.00	00	4.900.000	
		3192.00	00	50.000	
		3253.00	00	9.000	
		4120.00	00	200.000	10.609.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	10.609.000	4.859.000	5.550.000	200.000	10.609.000		10.609.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 9 QDD

ÓRGÃO: GABINETE DO GOVERNADOR — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: CONSELHO PENITENCIARIO DO DISTRITO FEDERAL — CÓDIGO: 1105

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTEN*AO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO PENITENCIARIO DO DISTRITO FEDERAL	1105.02040152.008	3111.00	00	3.500.000	
		3120.00	00	300.000	
		3132.00	00	1.600.000	
		3253.00	00	54.000	
		4120.00	00	185.000	
		4250.00	00	30.000	5.669.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	5.669.000	3.554.000	1.900.000	215.000	5.669.000		5.669.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 10 QDD

ÓRGÃO: PROCURADORIA GERAL — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: PROCURADORIA GERAL — CÓDIGO: 1200

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL	1200.03070142.009	3111.00	00	35.600.000	
		3120.00	00	200.000	
		3132.00	00	3.900.000	
		3253.00	00	700.000	
		4120.00	00	700.000	
		4210.00	00	500.000	
		4250.00	00	50.000	41.650.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	41.650.000	36.300.000	4.100.000	1.250.000	41.650.000		41.650.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 11 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DO GOVERNO — CÓDIGO: 1301

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
CELEBRACAO DE ACORDOS, CONTRATOS E CONVENIOS	1301.03070211.003	3132.00	00	10.000.000	10.000.000
ENCARGOS DE REGIONALIZACAO	1301.03070211.005	4120.00	00	3.000.000	3.000.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO GOVERNO	1301.03090212.010	3111.00	00	29.000.000	
		3120.00	00	300.000	
		3132.00	00	1.620.000	
		3253.00	00	600.000	
		4120.00	00	800.000	
		4250.00	00	50.000	32.370.000
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	1301.03090401.114	3111.00	09	17.700.000	
		3113.00	09	5.220.000	22.920.000
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E ESTRUTURAL DA ADMINISTRACAO DO DISTRITO FEDERAL	1301.03090431.002	3132.00	00	15.000.000	15.000.000
SELECAO, TREINAMENTO E APERFEICOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1301.03092171.004	3132.00	00	1.500.000	1.500.000
DESENVOLVIMENTO URBANO	1301.10583231.071	3132.00	00	10.000.000	10.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
62.420.000	32.370.000	52.520.000	38.420.000	3.850.000	71.870.000	22.920.000	94.790.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 12 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — CÓDIGO: 1302

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1302.03090241.806	4311.01	00	7.000.000	7.000.000
SISTEMA CARTOGRAFICO DO DISTRITO FEDERAL E CADASTRO TECNICO	1302.03090441.817	3211.02	00	4.000.000	4.000.000
MANUTENCAO DOS SERVICOS E ATIVIDADES DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL	1302.03090452.801	3211.01	00	31.201.000	
		3211.02	00	8.000.000	
		4311.01	00	650.000	39.851.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
11.000.000	39.851.000	31.201.000	12.000.000	7.650.000	50.851.000		50.851.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 13 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: ADMINISTRACAO DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE — CÓDIGO: 1303

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	1303.03070212.012	3111.00	00	10.000.000	
		3120.00	00	150.000	
		3132.00	00	450.000	
		3253.00	00	700.000	
		4120.00	00	350.000	
		4250.00	00	20.000	11.670.000
PATRULHA MOTOMECANIZADA DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	1303.03070212.064	3120.00	00	100.000	
		4120.00	00	380.000	480.000
CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGADOUROS PUBLICOS DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTES	1303.03070252.065	4110.00	00	200.000	200.000
URBANIZACAO DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	1303.10585751.011	4110.00	09	3.500.000	3.500.000
CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	1303.10585752.066	4110.00	09	350.000	350.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	1303.10603271.012	4110.00	09	260.000	260.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE	1303.10603272.013	3132.00	09	500.000	500.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 14 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: ADMINISTRACAO DA CIDADE SATELITE DO NUCLEO BANDEIRANTE — CÓDIGO: 1303

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
IMPLANTACAO DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS NO NUCLEO BANDEIRANTE	1303.13774551.006	4110.00	09	1.550.000	
		4110.00	28	2.250.000	3.800.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
7.560.000	13.200.000	10.700.000	1.200.000	8.860.000	12.350.000	8.410.000	20.760.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 15 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: REGIAO ADMINISTRATIVA II - GAMA — CÓDIGO: 1304

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DA ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO REGIONAL DO GAMA	1304.03070212.014	3111.00	00	18.300.000	
		3120.00	00	140.000	
		3132.00	00	650.000	
		3253.00	00	1.500.000	
		4120.00	00	170.000	20.760.000
PATRULHA MOTOMECANIZADA DO GAMA	1304.03070212.067	3132.00	00	500.000	
		4120.00	00	1.000.000	1.500.000
CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DO GAMA	1304.03070252.068	4110.00	00	600.000	600.000
CONSTRUCAO DE CENTROS RECREATIVOS E DESPORTIVOS DO GAMA	1304.08462281.017	4110.00	09	1.200.000	1.200.000
URBANIZACAO DA REGIAO ADMINISTRATIVA DO GAMA	1304.10585751.019	4110.00	09	23.000.000	23.000.000
CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO GAMA	1304.10585752.069	4110.00	09	720.000	720.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO GAMA	1304.10603271.020	4110.00	09	2.800.000	2.800.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO GAMA	1304.10603272.015	3132.00	09	2.900.000	2.900.000
IMPLANTACAO E CONSERVACAO DE VIAS URBANAS DO GAMA	1304.16915751.010	4110.00	28	2.000.000	2.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
29.000.000	26.480.000	19.800.000	4.190.000	31.490.000	22.860.000	32.620.000	55.480.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 16 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA — CÓDIGO: 1305

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO REGIONAL DE TAGUATINGA	1305.03070212.016	3111.00	00	29.400.000	
		3120.00	00	200.000	
		3132.00	00	600.000	
		3253.00	00	2.000.000	
		4120.00	00	600.000	32.800.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CEILANDIA	1305.03070212.017	3120.00	00	150.000	
		3132.00	00	300.000	
		4120.00	00	450.000	900.000
PATRULHA MOTOMECANIZADA DE TAGUATINGA	1305.03070212.070	4120.00	00	2.000.000	2.000.000
CONSTRUCAO DO PARQUE DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS DE TAGUATINGA	1305.03070251.025	4110.00	09	500.000	500.000
CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE TAGUATINGA	1305.03070252.071	4110.00	00	700.000	700.000
CONSERVACAO DE EDIFICIOS, LOGRADOUROS PUBLICOS E AREAS URBANIZADAS DA CEILANDIA	1305.03070252.097	4110.00	00	600.000	600.000
CONSTRUCAO DE PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS DA CEILANDIA	1305.08462281.027	4110.00	09	2.000.000	2.000.000
URBANIZACAO DA REGIAO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	1305.10585751.029	4110.00	09	27.000.000	27.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 17 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA — CÓDIGO: 1305

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE TAGUATINGA	1305.10585752.072	4110.00	09	2.000.000	2.000.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE TAGUATINGA	1305.10603271.030	4110.00	09	2.500.000	2.500.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DA CEILANDIA	1305.10603271.031	4110.00	09	3.000.000	3.000.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE TAGUATINGA	1305.10603272.018	3132.00	09	3.900.000	3.900.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DA CEILANDIA	1305.10603272.091	3132.00	09	1.200.000	1.200.000
AMPLIACAO E RECUPERACAO DE VIAS PUBLICAS DE TAGUATINGA - CEILANDIA	1305.16915751.032	4110.00	28	2.842.000	2.842.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
37.842.000	44.100.000	31.400.000	6.350.000	44.192.000	37.000.000	44.942.000	81.942.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 18 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: REGIAO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLANDIA — CÓDIGO: 1306

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO REGIONAL DE BRAZLANDIA	1306.03070212.019	3111.00	00	8.400.000	
		3120.00	00	150.000	
		3132.00	00	300.000	
		3253.00	00	600.000	
		4120.00	00	200.000	9.650.000
PATRULHA MOTOMECANIZADA DE BRAZLANDIA	1306.03070212.073	3132.00	00	300.000	
		4120.00	00	800.000	1.100.000
CONSTRUCAO DO PARQUE DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS DE BRAZLANDIA	1306.03070251.036	4110.00	09	600.000	600.000
CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE BRAZLANDIA	1306.03070252.074	4110.00	00	200.000	200.000
CONSTRUCAO DE CENTROS RECREATIVOS E DESPORTIVOS DE BRAZLANDIA	1306.08462281.038	4110.00	09	1.000.000	1.000.000
URBANIZACAO DA REGIAO ADMINISTRATIVA DE BRAZLANDIA	1306.10585751.039	4110.00	09	4.500.000	4.500.000
CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE BRAZLANDIA	1306.10585752.075	4110.00	09	300.000	300.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE BRAZLANDIA	1306.10603271.041	4110.00	09	550.000	550.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO DE BRAZLANDIA	1306.10603272.020	3132.00	09	600.000	600.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
6.650.000	11.850.000	9.000.000	1.350.000	8.150.000	10.950.000	7.550.000	18.500.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA — QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: REGIAO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO — CÓDIGO: 1307

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO REGIONAL DE DE SOBRADINHO	1307.03070212.021	3111.00	00	15.000.000	
		3120.00	00	200.000	
		3132.00	00	450.000	
		3253.00	00	1.200.000	
		4120.00	00	300.000	17.150.000
PATRULHA MOTOMECANIZADA DE SOBRADINHO	1307.03070212.076	4120.00	00	1.000.000	1.000.000
CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE SOBRADINHO	1307.03070252.077	4110.00	00	300.000	300.000
CONSTRUCAO DE CENTROS RECREATIVOS E DESPORTIVOS DE SOBRADINHO	1307.08462281.046	4110.00	09	1.500.000	1.500.000
URBANIZACAO DA REGIAO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	1307.10585751.047	4110.00	09	10.000.000	10.000.000
CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE SOBRADINHO	1307.10585752.078	4110.00	09	350.000	350.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE SOBRADINHO	1307.10603271.049	4110.00	09	1.500.000	1.500.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO DE SOBRADINHO	1307.10603272.022	3132.00	09	1.600.000	1.600.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
13.000.000	20.400.000	16.200.000	2.250.000	14.950.000	18.450.000	14.950.000	33.400.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA — QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA — CÓDIGO: 1308

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO REGIONAL DE PLANALTINA	1308.03070212.023	3111.00	00	8.100.000	
		3120.00	00	150.000	
		3132.00	00	400.000	
		3253.00	00	600.000	
		4120.00	00	300.000	9.550.000
PATRULHA MOTOMECANIZADA DE PLANALTINA	1308.03070212.079	3132.00	00	250.000	
		4120.00	00	100.000	350.000
CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DE PLANALTINA	1308.03070252.080	4110.00	00	100.000	100.000
CONSTRUCAO DE CENTROS RECREATIVOS E DESPORTIVOS DE PLANALTINA	1308.08462281.053	4110.00	09	500.000	500.000
URBANIZACAO DA REGIAO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	1308.10585751.054	4110.00	09	4.000.000	4.000.000
CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE PLANALTINA	1308.10585752.081	4110.00	09	300.000	300.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE PLANALTINA	1308.10603271.057	4110.00	09	1.000.000	1.000.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE PLANALTINA	1308.10603272.024	3132.00	09	1.000.000	1.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
5.500.000	11.300.000	8.700.000	1.800.000	6.300.000	10.000.000	6.800.000	16.800.000

21

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA — QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: ADMINISTRACAO DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO - ASRIA — CÓDIGO: 1309

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	1309.03070212.025	3111.00	00	12.000.000	
		3120.00	00	150.000	
		3132.00	00	430.000	
		3253.00	00	800.000	
		4120.00	00	150.000	13.530.000
PATRULHA MOTOMECANIZADA DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	1309.03070212.082	3132.00	00	100.000	
		4120.00	00	500.000	600.000
CONSERVACAO DE ELIFICIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	1309.03070252.083	4110.00	00	150.000	150.000
CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	1309.10585752.084	4110.00	09	2.300.000	2.300.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	1309.10603271.063	4110.00	09	1.200.000	1.200.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	1309.10603272.026	3132.00	09	2.500.000	2.500.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
1.200.000	19.080.000	12.800.000	3.180.000	4.300.000	14.280.000	6.000.000	20.280.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

CÓDIGO: 1401

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	1401.03070212.028	3111.00	00	97.500.000	
		3113.00	00	3.000.000	
		3120.00	00	600.000	
		3132.00	00	2.250.000	
		3132.00	09	12.500.000	
		3253.00	00	5.500.000	
		4120.00	00	500.000	121.850.000
ENCARGOS COM A MANUTENCAO DE TRANSPORTES INTERNOS	1401.03070212.029	3120.00	09	15.000.000	
		3132.00	00	8.000.000	
		3132.00	09	26.000.000	
		4120.00	00	4.000.000	
		4120.00	09	8.000.000	61.000.000
ENCARGOS COM ADMINISTRACAO DE MATERIAL	1401.03070212.032	3120.00	09	17.000.000	
		4110.00	00	300.000	
		4120.00	00	480.000	17.780.000
ENCARGOS COM A MANUTENCAO DE PROPRIOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	1401.03070212.033	3120.00	00	300.000	
		3132.00	00	200.000	
		3132.00	09	17.500.000	
		4120.00	00	150.000	18.150.000
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	1401.15824952.030	3251.00	00	96.200.000	
		3252.00	00	800.000	
		3253.00	00	9.200.000	106.200.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	324.980.000	212.200.000	99.350.000	13.430.000	228.980.000	96.000.000	324.980.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CÓDIGO: 1402

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1402.03070212.034	3111.00	00	17.800.000	
		3113.00	00	3.000.000	
		3120.00	00	1.000.000	
		3131.00	00	900.000	
		3132.00	00	3.000.000	
		3192.00	00	50.000	
		3253.00	00	26.000	
		4120.00	00	500.000	
		4250.00	00	100.000	26.376.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	26.376.000	20.826.000	4.950.000	600.000	26.376.000		26.376.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE FINANCAS

EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE FINANCAS

CÓDIGO: 1500

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
APERFEICOAMENTO DOS SISTEMAS DE ARRECADACAO, TRIBUTACAO E ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1500.03080211.149	4110.00	00	9.000.000	
		4120.00	00	1.410.000	10.410.000
ADMINISTRACAO E CONTROLE FAZENDARIO	1500.03080212.035	3111.00	00	119.500.000	
		3120.00	00	1.500.000	
		3132.00	00	8.500.000	
		3192.00	00	7.000.000	
		3253.00	00	2.900.000	
		4192.00	00	100.000	139.500.000
PROMOCAO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO A ARRECADACAO	1500.03080302.057	3132.00	09	6.300.000	6.300.000
CADASTRO E CONTROLE DA ARRECADACAO	1500.03080302.086	3132.00	09	7.000.000	7.000.000
FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO	1500.03090311.068	4313.00	01	13.440.000	
		4313.00	07	131.500.000	
		4313.00	08	35.000.000	
		4313.00	10	591.910.000	771.850.000
FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE HABITACAO POPULAR	1500.10573161.069	4313.00	00	57.991.000	57.991.000
FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA AGUA E ESGOTO DO DISTRITO FEDERAL	1500.13764481.070	4313.00	00	27.200.000	27.200.000
PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	1500.15844942.031	3280.00	00	76.922.000	
		3280.00	01	2.688.000	
		3280.00	02	790.000	80.400.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
867.451.000	233.200.000	122.400.000	110.700.000	867.551.000	312.023.000	788.628.000	1.100.651.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

25

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA — CÓDIGO: 1601

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	1601.08070212.036	3111.00	00	48.000.000	
		3120.00	00	150.000	
		3132.00	00	1.100.000	
		3253.00	00	850.000	
		4120.00	00	300.000	50.400.000
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1601.08080332.085	3261.00	00	7.111.000	
		3261.00	03	22.946.000	
		4351.00	03	49.304.000	79.361.000
REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU	1601.08421881.074	3132.00	02	3.000.000	
		4110.00	02	9.000.000	12.000.000
REEQUIPAMENTO DA REDE DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	1601.08421881.075	4120.00	02	2.000.000	2.000.000
PROGRAMA ESPECIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	1601.08421881.077	4130.00	13	10.000.000	10.000.000
REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU	1601.08431991.079	3132.00	01	500.000	
		4110.00	01	2.000.000	2.500.000
REEQUIPAMENTO DA REDE DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU	1601.08431991.080	4120.00	01	1.500.000	1.500.000
EDUCACAO AMBIENTAL DE CEILANDIA	1601.08452171.156	3132.00	01	1.000.000	1.000.000
ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES PRIVADAS DO DISTRITO FEDERAL	1601.08472352.037	3231.00	00	600.000	600.000
PROGRAMA DO LIVRO DIDATICO	1601.08472361.081	3221.00	02	2.000.000	2.000.000
DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR	1601.08754271.082	3221.00	02	7.500.000	7.500.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
38.500.000	130.361.000	48.850.000	45.907.000	74.104.000	58.111.000	110.750.000	168.861.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

26

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — CÓDIGO: 1602

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENSAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	1602.08070212.802	3211.01	09	150.000.000	
		3211.02	09	66.000.000	
		4311.01	00	500.000	216.500.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL	1602.08070212.805	3211.01	00	19.900.000	
		3211.02	00	3.700.000	23.600.000
EXPANSAO DA REDE DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	1602.08420251.821	4311.01	01	26.424.000	
		4311.01	03	40.576.000	67.000.000
DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	1602.08420541.801	3211.02	02	500.000	500.000
EXPANSAO DA MATRICULA DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	1602.08421881.808	3211.01	01	16.264.000	
		3211.01	03	21.174.000	
		3211.02	01	1.000.000	38.438.000
MANUTENCAO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	1602.08421882.803	3211.01	00	127.000.000	
		3211.01	09	383.700.000	
		3211.02	00	20.000.000	
		4311.01	00	400.000	531.100.000
REPARO E ADAPTACAO DE PROPRIOS PARA DIFUSAO CULTURAL NAS CIDADES SATELITES	1602.08422471.802	4311.01	01	700.000	700.000
MANUTENCAO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	1602.08431882.804	3211.01	00	127.000.000	
		3211.01	09	328.900.000	
		3211.02	00	4.000.000	
		4311.01	00	250.000	460.150.000
EXPANSAO DA MATRICULA DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	1602.08431991.803	3211.01	01	4.400.000	
		3211.02	01	400.000	4.800.000
MELHORIA QUALITATIVA DO ENSINO DE MATEMATICA E COMUNICACAO E EXPRESSAO	1602.08452141.822	3211.02	01	4.800.000	4.800.000
COLONIA DE FERIAS	1602.08462231.814	3211.02	00	1.500.000	1.500.000
AMPLIACAO E ADAPTACAO DE PROPRIOS DA FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL	1602.08482471.804	4311.01	00	1.500.000	1.500.000
IMPLEMENTACAO DO CENTRO DE CRIATIVIDADE	1602.08482471.813	3211.02	00	1.000.000	
		4311.01	00	500.000	1.500.000
PROGRAMACAO INAUGURAL DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA	1602.08482471.820	3211.02	00	1.500.000	1.500.000
PROMOCOES CULTURAIS	1602.08482472.806	3211.02	00	4.500.000	4.500.000
PROGRAMA INTEGRADO DE SAUDE ESCOLAR	1602.08754281.819	3211.02	01	5.500.000	
		4311.01	01	500.000	6.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
128.238.000	1.235.850.000	1.178.338.000	114.400.000	71.350.000	313.250.000	1.050.838.000	1.364.088.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

27

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SAUDE — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE SAUDE — CÓDIGO: 1701

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE	1701.13750212.043	3111.00	00	51.200.000	
		3120.00	00	200.000	
		3132.00	00	2.050.000	
		3253.00	00	2.000.000	
		4120.00	00	350.000	
		4250.00	00	100.000	55.900.000
CONSTRUCAO DE SEDES DAS INSPETORIAS DE SAUDE NAS CIDADES SATELITES	1701.13750251.090	4110.00	01	7.000.000	7.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
7.000.000	55.900.000	53.200.000	2.250.000	7.450.000	55.900.000	7.000.000	62.900.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

28

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SAUDE — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — CÓDIGO: 1702

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DA REDE HOSPITALAR	1702.13750211.824	4311.01	01	2.346.000	
		4311.01	02	9.000.000	11.346.000
OBRAS COMPLEMENTARES DO PARQUE DE-MANUTENCAO DA FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	1702.13750251.805	4311.01	01	4.000.000	4.000.000
PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTAGIARIOS	1702.13752352.812	3211.02	09	1.800.000	1.800.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	1702.13754282.807	3211.01	00	194.300.000	
		3211.01	09	709.200.000	903.500.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
15.346.000	905.300.000	903.500.000	1.800.000	15.346.000	194.300.000	726.346.000	920.646.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

29

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SAUDE — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL — CÓDIGO: 1703

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENSAO DO INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	1703.13750212.095	3111.00	02	5.000.000	
		3113.00	00	500.000	
		3120.00	00	1.000.000	
		3132.00	02	600.000	
		3253.00	02	110.000	
		4120.00	01	11.900.000	
		4250.00	01	100.000	19.210.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
-	19.210.000	5.610.000	1.600.000	12.000.000	1.500.000	17.710.000	19.210.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

30

QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS — CÓDIGO: 1801

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS	1801.15810212.045	3111.00	00	14.800.000	
		3120.00	00	200.000	
		3132.00	00	850.000	
		3253.00	00	800.000	
		4120.00	00	450.000	17.100.000
APOIO A ENTIDADES SOCIAS E DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO	1801.15814861.094	3231.00	00	1.525.000	
		4110.00	01	5.200.000	6.725.000
TREINAMENTO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL	1801.15814861.097	3132.00	00	1.000.000	1.000.000
SUBVENCOES A ENTIDADES PRIVADAS	1801.15814862.046	3231.00	00	600.000	600.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
7.725.000	17.700.000	15.600.000	4.175.000	5.650.000	20.225.000	5.200.000	25.425.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 31 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — CÓDIGO: 1802

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	1802.15810212.808	3211.01	00	66.465.000	
		3211.02	00	8.600.000	
		3211.02	09	5.500.000	80.565.000
CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO AO MENOR E DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO	1802.15810251.807	4311.01	09	12.000.000	12.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
12.000.000	80.565.000	66.465.000	14.100.000	12.000.000	75.065.000	17.500.000	92.565.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 32 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS — CÓDIGO: 1901

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
CONSERVACAO DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO	1901.03070252.087	4110.00	09	3.000.000	3.000.000
PARQUE DE RECREACAO	1901.08462281.098	4110.00	09	3.000.000	3.000.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS	1901.10070212.048	3111.00	00	59.300.000	
		3120.00	00	250.000	
		3132.00	00	1.000.000	
		3253.00	00	2.400.000	
		4120.00	00	300.000	63.250.000
CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO PLANO PILOTO E SETORES	1901.10585752.089	4110.00	09	18.000.000	18.000.000
IMPLANTACAO DE AREAS AJARDINADAS	1901.10603281.100	4110.00	00	2.500.000	
		4110.00	09	5.000.000	7.500.000
CONSERVACAO DE AREAS AJARDINADAS DO PLANO PILOTO E SETORES	1901.10603282.088	4110.00	09	24.500.000	24.500.000
IMPLANTACAO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZACAO	1901.16915751.101	4110.00	09	5.000.000	
		4110.00	11	25.000.000	30.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
40.500.000	108.750.000	61.700.000	1.250.000	86.300.000	65.750.000	83.500.000	149.250.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 33 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — CÓDIGO: 1902

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP	1902.10070212.810	3211.01	00	35.000.000	35.000.000
AMPLIACAO E MELHORAMENTO DAS INSTALACOES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO D.F.	1902.16880211.809	4311.01	04	3.750.000	3.750.000
REEQUIPAMENTO DOS ORGAOS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	1902.16880211.810	4311.01	04	6.000.000	6.000.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	1902.16880212.809	3211.01	00	25.907.000	
		3211.01	04	35.200.000	
		3211.02	00	13.000.000	
		4311.01	00	10.000	74.117.000
EXECUCAO DO PLANO RODOVIARIO DO DISTRITO FEDERAL	1902.16885311.811	4311.01	04	55.450.000	
		4311.01	06	13.500.000	
		4311.01	12	3.500.000	72.450.000
RECUPERACAO, CONSERVACAO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS DO PLANO RODOVIARIO DO DISTRITO FEDERAL	1902.16885311.812	4311.01	04	16.800.000	
		4311.01	11	5.200.000	22.000.000
ESTUDOS E PROJETOS RODOVIARIOS	1902.16885311.825	4311.01	00	225.000	225.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
104.425.000	109.117.000	96.107.000	13.000.000	104.435.000	74.142.000	139.400.000	213.542.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 34 QDD

ORGÃO: SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS — CÓDIGO: 2001

Cr$ 1.00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	2001.03070212.051	3111.00	00	37.900.000	
		3120.00	00	500.000	
		3132.00	00	2.040.000	
		3253.00	00	2.300.000	
		4120.00	00	550.000	43.290.000
SUBSCRICAO DE CAPITAL	2001.03080351.109	4260.00	05	37.800.000	37.800.000
CONSTRUCAO DE BANCAS DE JORNAIS E REVISTAS	2001.10580251.112	4110.00	00	600.000	600.000
IDENTIFICACAO DE QUADRAS, PRACAS E LOGRADOUROS PUBLICOS	2001.10585751.111	4110.00	09	3.500.000	3.500.000
RECUPERACAO DA TORRE DE TELEVISAO	2001.10600251.015	4110.00	00	2.000.000	2.000.000
MELHORIA DOS SERVICOS FUNERARIOS	2001.10603261.110	4110.00	00	1.100.000	1.100.000
AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO PLANO PILOTO E SETORES	2001.10603271.108	4110.00	00	12.900.000	
		4110.00	09	1.100.000	14.000.000
CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO PLANO PILOTO E SETORES	2001.10603272.052	3132.00	09	57.000.000	57.000.000
CONSTRUCAO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	2001.16915751.113	4110.00	28	3.000.000	3.000.000
CONSERVACAO DOS ABRIGOS DE PASSAGEIROS E DO SISTEMA DE SINALIZACAO DE VIAS URBANAS	2001.16915752.098	3132.00	28	4.000.000	4.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
62.000.000	104.290.000	40.200.000	63.540.000	62.550.000	59.890.000	106.400.000	166.290.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 35 QDD

ORGÃO: SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: ADMINISTRACAO DA ESTACAO RODOVIARIA DE BRASILIA - AERB — CÓDIGO: 2003

Cr$ 1.00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO DA ESTACAO RODOVIARIA DE BRASILIA	2003.16885322.053	3111.00	00	9.300.000	
		3113.00	00	1.800.000	
		3120.00	00	800.000	
		3132.00	00	3.050.000	
		3192.00	00	450.000	
		3253.00	00	42.000	
		4120.00	00	150.000	
		4192.00	00	50.000	15.642.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	15.642.000	11.142.000	4.300.000	200.000	15.642.000		15.642.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 36 QDD

ORGÃO: SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA - SLU — CÓDIGO: 2004

Cr$ 1.00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MELHORAMENTO DOS SERVICOS DE COLETA E TRATAMENTO DE LIXO	2004.03603251.115	4110.00	09	2.000.000	
		4120.00	09	18.000.000	20.000.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA	2004.10600212.054	3111.00	00	85.500.000	
		3113.00	00	18.100,000	
		3120.00	09	20.000.000	
		3132.00	09	3.000.000	
		3192.00	00	50.000	
		3253.00	00	230.000	126.880.000
CONSTRUCAO DO RESTAURANTE E REFEITORIO DO SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA	2004.10600251.118	4110.00	09	1.000.000	1.000.000
CONSTRUCAO DAS SEDES DISTRITAIS DE LIMPEZA URBANA	2004.10600251.119	4110.00	09	1.000.000	1.000.000
CONSTRUCAO, MONTAGEM E EQUIPAMENTO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE LIXO	2004.10600251.120	4110.00	09	4.000.000	4.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
26.000.000	126.880.000	103.830.000	23.050.000	26.000.000	103.880.000	49.000.000	152.880.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 37 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO — CÓDIGO: 2101

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO	2101.04070212.055	3111.00	00	12.300.000	
		3120.00	00	200.000	
		3132.00	00	350.000	
		3253.00	00	460.000	
		4120.00	00	250.000	13.560.000
EXPOSICAO AGRO-INDUSTRIA E COMERCIO	2101.04163541.125	3132.00	00	500.000	500.000
PROMOCAO DO COOPERATIVISMO NO DISTRITO FEDERAL	2101.04181101.124	3132.00	00	500.000	500.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
1.000.000	13.560.000	12.760.000	1.550.000	250.000	14.560.000		14.560.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 38 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — CÓDIGO: 2102

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL	2102.04070212.811	3211.01	00	95.286.000	
		3211.01	01	10.518.000	
		3211.02	00	9.723.000	115.527.000
INFRA-ESTRUTURA DO PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO DO DISTRITO FEDERAL	2102.04130671.823	4311.01	01	5.500.000	5.500.000
DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER	2102.04181112.817	3211.01	01	5.320.000	
		3211.02	01	1.400.000	6.720.000
OBRAS E MELHORAMENTOS NO JARDIM ZOOLOGICO	2102.04482471.815	4311.01	00	1.125.000	1.125.000
CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE ESTRADAS RURAIS	2102.04885341.826	4311.01	11	3.000.000	3.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
9.625.000	122.247.000	111.124.000	11.123.000	9.625.000	106.134.000	25.738.000	131.872.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 39 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA — CÓDIGO: 2201

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DOS ORGAOS DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA	2201.06301741.127	4120.00	09	11.000.000	11.000.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA	2201.06301742.058	3111.00	00	43.100.000	
		3111.00	09	147.580.000	
		3112.00	09	300.000	
		3120.00	00	1.800.000	
		3120.00	09	14.200.000	
		3132.00	09	7.000.000	
		3192.00	00	450.000	
		3192.00	09	1.000.000	
		3253.00	09	4.800.000	
		4110.00	09	2.000.000	
		4192.00	00	50.000	222.280.000
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	2201.15824952.059	3251.00	00	2.000.000	
		3252.00	00	400.000	
		3253.00	00	200.000	2.600.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
11.000.000	224.880.000	198.380.000	24.450.000	13.050.000	48.000.000	187.880.000	235.880.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 40 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — CÓDIGO: 2202

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
RENOVACAO DA FROTA DE VEICULOS DO DETRAN - DF	2202.06305351.827	4311.01	09	1.200.000	1.200.000
CONSTRUCAO DAS CIRETRANS E DEPOSITOS DE VEICULOS NAS CIDADES SATELITES	2202.06305351.828	4311.01	09	3.720.000	3.720.000
CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRANSITO	2202.16915731.816	3211.02	11	3.440.000	3.440.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN	2202.16915732.813	3211.01	00	15.727.000	
		3211.01	11	22.560.000	
		3211.02	00	6.000.000	44.287.000
MANUTENCAO DO SISTEMA DE SINALIZACAO DE VIAS PUBLICAS	2202.16915732.818	3211.02	00	2.000.000	
		4311.01	11	5.800.000	7.800.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
8.360.000	52.087.000	38.287.000	11.440.000	10.720.000	23.727.000	36.720.000	60.447.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 41 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL — CÓDIGO: 2203

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
PLANO DE EDIFICACOES DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	2203.06300251.132	4110.00	09	5.000.000	5.000.000
EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	2203.06301771.133	4120.00	09	4.000.000	4.000.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	2203.06301772.060	3111.00	09	3.200.000	
		3112.00	00	11.600.000	
		3112.00	09	225.900.000	
		3120.00	09	13.000.000	
		3132.00	00	2.000.000	
		3132.00	09	4.600.000	
		3192.00	09	500.000	
		3253.00	09	4.800.000	265.600.000
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	2203.15824952.092	3251.00	00	35.400.000	
		3252.00	00	3.200.000	
		3253.00	00	2.300.000	40.900.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
9.000.000	306.500.000	286.400.000	20.100.000	9.000.000	54.500.000	261.000.000	315.500.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 42 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL — CÓDIGO: 2204

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
PLANO DE EDIFICACOES DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	2204.06300251.135	4110.00	09	7.000.000	7.000.000
EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	2204.06301781.138	4120.00	09	13.000.000	13.000.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	2204.06301782.061	3111.00	09	3.200.000	
		3112.00	09	113.500.000	
		3120.00	09	14.000.000	
		3132.00	09	5.400.000	
		3192.00	09	500.000	
		3253.00	09	2.000.000	138.600.000
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	2204.15824952.062	3251.00	00	30.600.000	
		3252.00	00	3.800.000	
		3253.00	00	1.800.000	36.200.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
20.000.000	174.800.000	154.900.000	19.900.000	20.000.000	36.200.000	158.600.000	194.800.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 43 QDD

ÓRGÃO: RESERVA DE CONTIGENCIA — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: RESERVA DE CONTIGENCIA — CÓDIGO: 3900

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
RESERVA DE CONTINGENCIA	3900.99999999.999	5000.00	00	150.000.000	150.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	150.000.000			150.000.000	150.000.000		150.000.000

ÍNDICE DE PROJETOS E ATIVIDADES A CARGO DAS ENTIDADES SUPERVISIONADAS

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 45 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN — CÓDIGO: 4301

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4301.03090241.018				7.000.000
SISTEMA CARTOGRAFICO DO DISTRITO FEDERAL E CADASTRO TECNICO	4301.03090441.072				4.000.000
MANUTENCAO DOS SERVICOS E ATIVIDADES DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN	4301.03090452.027				39.851.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
11.000.000	39.851.000	30.935.000	12.266.000	7.650.000	50.851.000		50.851.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 46 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF — CÓDIGO: 4601

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	4601.08070212.038				216.500.000
EXPANSAO DA REDE DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	4601.08420251.040				67.000.000
DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	4601.08420541.084				500.000
EXPANSAO DA MATRICULA DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	4601.08421881.008				38.438.000
MANUTENCAO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	4601.08421882.039				531.100.000
REPARO E ADAPTACAO DE PROPRIOS PARA DIFUSAO CULTURAL NAS CIDADES SATELITES	4601.08422471.085				700.000
MANUTENCAO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	4601.08431882.040				460.150.000
EXPANSAO DA MATRICULA DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	4601.08431991.086				4.800.000
MELHORIA QUALITATIVA DO ENSINO DE MATEMATICA E COMUNICACAO E EXPRESSAO	4601.08452141.043				4.800.000
COLONIA DE FERIAS	4601.08462231.028				1.500.000
PROGRAMA INTEGRADO DE SAUDE ESCOLAR	4601.08754281.034				6.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
123.738.000	1.207.750.000	1.150.938.000	111.200.000	69.350.000	280.650.000	1.050.838.000	1.331.488.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 47 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA CE EDUCACAO E CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF — CÓDIGO: 4602

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATURLZA DA DESPESA	FONTE	DETALHAGA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL	4602.03070212.041				23.600.000
IMPLEMENTACAO DO CENTRO DE CRIATIVIDADE	4602.03482471.024				1.500.000
PROGRAMACAO INAUGURAL DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA	4602.03482471.037				1.500.000
AMPLIACAO E ADAPTACAO DE PROPRIOS DA FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL	4602.08482471.087				1.500.000
PROMOCOES CULTURAIS	4602.08482472.042				4.500.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
4.500.000	28.100.000	19.900.000	10.700.000	2.000.000	32.600.000		32.600.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 48 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - FHDF — CÓDIGO: 4701

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DA REDE HOSPITALAR	4701.13750211.048				11.346.000
OBRAS COMPLEMENTARES DO PARQUE DE MANUTENCAO DA FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	4701.13750251.092				4.000.000
PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTAGIARIO	4701.13752352.011				1.800.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	4701.13754282.044				903.500.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
15.346.000	905.300.000	899.500.000	5.800.000	15.346.000	194.300.000	726.346.000	920.646.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 49 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FSSDF — CÓDIGO: 4801

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	4801.15810212.047				80.565.000
CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO AO MENOR E DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO	4801.15810251.095				12.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
12.000.000	80.565.000	65.900.000	14.665.000	12.000.000	75.065.000	17.500.000	92.565.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 50 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP — CÓDIGO: 4901

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP	4901.10070212.050				35.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	35.000.000	35.000.000			35.000.000		35.000.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 51 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE VIACAO E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL DER - DF — CÓDIGO: 4902

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
AMPLIACAO E MELHORAMENTO DAS INSTALACOES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO D.F.	4902.16880211.104				3.750.000
REEQUIPAMENTO DOS ORGAOS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	4902.16880211.105				6.000.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	4902.16880212.049				74.117.000
ESTUDOS E PROJETOS RODOVIARIOS	4902.16885311.050				225.000
EXECUCAO DO PLANO RODOVIARIO DO DISTRITO FEDERAL	4902.16885311.106				72.450.000
RECUPERACAO, CONSERVACAO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS DO PLANO RODOVIARIO DO DISTRITO FEDERAL	4902.16885311.107				22.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
104.425.000	74.117.000	61.107.000	13.000.000	104.435.000	39.142.000	139.400,000	178.542.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 52 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL - FZDF — CÓDIGO: 5101

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL	5101.04070212.056				115.527.000
INFRA-ESTRUTURA DO PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO	5101.04130671.016				5.500.000
OBRAS E MELHORAMENTOS NO JARDIM ZOOLOGICO	5101.04482471.126				1.125.000
CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE ESTRADAS RURAIS	5101.04885341.052				3.000.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
9.625.000	115.527.000	104.704.000	10.823.000	9.625.000	106.134.000	19.018.000	125.152.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 53 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EMATER - DF — CÓDIGO: 5103

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER	5103.04180212.094				6.720.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
	6.720.000	5.320.000	1.400.000			6.720.000	6.720.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 54 QDD

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS — EXERCÍCIO: 1979

UNIDADE: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN — CÓDIGO: 5201

Cr$ 1,00

APLICAÇÃO PROGRAMADA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			IMPORTÂNCIA	
	PROJETO OU ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DETALHADA	TOTAL DA APLICAÇÃO
RENOVACAO DA FROTA DE VEICULOS DO DETRAN - DF	5201.06305351.055				1.200.000
CONSTRUCAO DAS CIRETRANS E DEPOSITOS DE VEICULOS NAS CIDADES SATELITES	5201.06305351.059				3.720.000
CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRANSITO	5201.16915731.141				3.440.000
MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN	5201.16915732.063				44.287.000
MANUTENSAO DO SISTEMA DE SINALIZACAO DE VIAS PUBLICAS	5201.16915732.096				7.800.000

TOTAL DOS PROJETOS	TOTAL DAS ATIVIDADES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL GERAL
8.360.000	52.087.000	38.287.000	11.440.000	10.720.000	23.727.000	36.720.000	60.447.000

DESPACHOS

PARECER Nº: 1947 / 78 - 1a SPRG

PROCESSO Nº: 054.946/78
INTERESSADO: João Batista Mendes
ASSUNTO: requer aposentadoria

EMENTA:

Revigoradas, nos termos dos Pareceres nº L 137 e L 161, da Consultoria Geral da República, a aposentadoria prêmio de que trata o art. 184, in fine, do Estatuto dos Funcionários na vigência do Decreto-Lei nº 1.445, de 12.02.76 (no Distrito Federal, Dec. nº 3.714, de 30.5.77).

Na prática, é de se adotar no Distrito Federal, o mesmo entendimento do Tribunal de Contas da União, dada a uniformidade da legislação de pessoal e por ser mais consentâneo com os citados Pareceres da Consultoria Geral da República sobre a matéria.

Relatório

O interessado, João Batista Mendes, é titular do cargo de Contador, código NS 716.7, Classe C, ref.50. Tendo completado trinta e cinco anos de serviço público, requereu aposentadoria nos termos do disposto no art. 176, item II, do Estatuto dos Funcionários, acrescida das vantagens constantes do art. 184, item I, do mesmo Estatuto, conforme tem decidido, em casos idênticos, a Egrégia Corte de Contas da União.

Parecer

As vantagens instituídas pelo art. 184, in fine, da Lei 1.711/52, ou seja, a aposentadoria prêmio deferida aos servidores titulares de cargo de carreira ou isolado de provimento efetivo, ao contarem trinta e cinco anos de serviço, chegaram a ser, por certo lapso de tempo, tidas como revogadas, em decorrência do que preceituou a Constituição de 67 e, hoje, a Emenda Constitucional de 69, no sentido de que "em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade".

Entretanto, instituídas na área federal pelo Decreto-lei nº 1445, de 13.02.76 (no Distrito Federal pelo Dec. nº 3.714, de 30.5.77), as gratificações de atividade e de produtividade, resultantes de percentuais calculados sobre o valor dos vencimentos ou salários dos cargos em comissão ou das funções de confiança, não incorporáveis aos proventos de aposentadoria, ensejou, por isso mesmo, fossem retomadas as discussões em torno da vigência daqueles dispositivos estatutários.

Isto porque, não sendo aquelas gratificações incorporáveis aos proventos, é bastante que o servidor ao passar à inatividade deixe de perceber o percentual de uma delas, pa-

ra que possa auferir uma daquelas vantagens estatutárias, sem ferir o teto estabelecido pelo mandamento constitucional.

Sobre a matéria já se pronunciou a Consultoria Geral da República, através dos Pareceres de nºs L -137, de 17.03.77 e L- 161, de 19.10.77, podendo-se destacar, por demais elucidativo, sem embargo, evidentemente, do todo contido no douto pronunciamento do ilustre Consultor Geral da República, Doutor Luiz Rafael Mayer, o entendimento assim expresso, ad litteram:

> "Ora, se o legislador constituinte não pretendeu reduzir proventos, no confronto com a remuneração de atividade, não autorizou, igualmente, a eliminação das vantagens, obtidas com a aposentadoria, se esta, quando legalmente computados é acrescidos aos proventos, não ultrapassem o valor da retribuição permanente, como ocorre na espécie. A aplicação irrefletida do dispositivo supremo conduziria ao absurdo de provocar, ao mesmo tempo, duas conse - quências, uma a proibição do excesso, que é o objetivo, a outra, a extirpação do benefí - cio, que a legislação concede em condições excepcionalíssimas, hipótese não pretendida. A vantagem só será suprimida se, do seu cômputo, resultar violação ao plus condenado pela Lei Maior. Do contrário, não" (Parecer L 137, de 17.3.77 - DO de 18.4.77).

Não é outro, o entendimento esposado pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, através de magistrais votos de seus preclaros membros, sempre que se pronunciou sobre a legalidade de aposentadorias contempladas com as vantagens estatutárias preconizadas pelo art. 184, in fine, na vigência do Decreto-lei nº 1.445/76.

Assim, em que pese registrar-se, em tese, um consenso sobre o deslinde da questão, emergiu, na prática, sério conflito advindo do contido na Instrução Normativa nº 77/78, através da qual o DASP procurou dar cumprimento ao disposto nos aludidos Pareceres nº L.137 e L.161, de 17.3.77 e 19.10.77, respectivamente.

Vale transcrever o teor de citada Instrução daspiana, entenda-se a expressão no seu exclusivo sentido literal, para que se possa melhor aquilatar as divergências surgidas, todas elas em decorrência de necessidade de se harmonizar o regime funcional então vigente com as diretrizes do novo plano de classificação de cargos, instituido pela Lei nº 5.920, de 19.9.73.

Prescreve a Instrução Normativa nº 77/78, de 20.02.78, que:

I - O disposto no art. 184 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União aplicar-se-á aos funcionários que contarem 35 anos de serviço público e preencherem as seguintes condições:
1- que, ao passarem à inatividade, estejam percebendo vantagens instituídas pelo Decreto-lei nº 1.445, de 13.2.76 - Representação Mensal (art.3º), percebida em razão de titularidade de cargo isolado de provimento efetivo, Gratificação de Atividade e Gratificação de Produtividade (art. 10).
2 - que passaram à inatividade com efeitos a partir de 1.3.76, em situação idêntica àqueles a que se refere o item anterior.

II - para efeito da aplicação do item I (art. 184), considera-se "classe" a "referência" imediatamente superior àquela em que o servidor estiver enquadrado;

III - Considerando-se que o acréscimo de 20% a que se refere o item II do art. 184 é calculado sobre o valor do vencimento mais a gratificação adicional, esse dispositivo é inaplicável aos servidores que percebam Gratificação de Atividade ou de Produtividade, tendo em vista o disposto no art. 102, § 2º, da Constituição Federal. Além disso, inexiste, atualmente, com a nova sistemática ocupante de última referência de classe final;

IV - O item III somente se aplica aos ocupantes de cargos isolados de provimento efetivo que estejam percebendo Representação Mensal, cujo valor seja igual ou superior à diferença entre o valor do vencimento e gratificação adicional e o dos proventos acrescidos de 20%, na forma do citado dispositivo.

V - O art. 184 do E.F. só se aplica aos funcionários do sexo feminino e aos ex-combatentes que preencherem a condição de tempo de serviço - 35 anos."

Com as normas aí instituídas não conformou-se a Egrégia Corte de Contas da União. Permitimo-nos transcrever, ao ensejo, os fundamentos esposados no douto Parecer da Dra. Inspetora Geral de Controle Externo daquela Corte, que, enriquecidos de percucientes ensinamentos, serviram de suporte ao ilustre Ministro Luiz Octávio Gallotti, para, em magistral voto, negar aplicação das diretrizes ali contidas. Vale destacar do douto pronunciamento da Dra. Inspetora Geral, os seguintes trechos:

> "Parece-me, data venia, ante os próprios termos do Parecer L.161, já citado, que a Normativa do DASP não deu a melhor solução ao problema. Em primeiro lugar, a movimentação de "referência" a "referência", isto é, o "Aumento por Mérito", de que trata o art. 3º do Decreto nº 80.602, de 24.10.77, não corresponde, a meu ver, à vantagem prevista no item I do art. 184 do Estatuto (proventos correspondentes ao vencimento ou remuneração de classe imediatamente superior).
> Transcreve o ilustre Consultor Geral da República trecho de processos da Consultoria Jurídica do DASP, em que se afirma:
> "Realmente, a movimentação de classe a classe não corresponde à movimentação de referência a referência.
> Então o que se pretende fazer é adequar um preceito legal, especificamente previsto para um sistema de classificação, a outro completamente diferente, na estrutura das classe e na progressão dentro delas, sem contrariar, contudo, o princípio constitucional."
> "A adequação que se pretende fazer objetiva mais o alcance social da expressão legal e da tese defendida no Parecer L-137, embora apresente, por seu turno, um aspecto de desigualdade ponderável. De referência a referência o servidor teria na inatividade um aumento de 5%, e, se ocupante da última referência na última classe, teria, então, 20%, em decorrência de um mesmo comando legal (item II do art. 184. Aliás, dentro do próprio sistema antigo já havia a desigualdade, mas em menor proporção."
> Além disso, não me parece justa nem legal a solução preconizada pelo DASP, quando concede prêmio àqueles que se aposentam em classes intermediárias (art. 184, item I), deixando de fazê-lo com relação aos que venham a ocupar a última referência de classe final (art. 184, Item II), sob a alegação de que, além de contrariar o já citado dispositivo constitucional, inexiste, atualmente, com a nova sistemática suporte de última

referência de classe final."

Quer nos parecer irrefutáveis os argumentos retro-citados da Dra. Inspetora Geral de C.E., de resto, acatados pelo Egrégio Tribunal de Contas da União e sintetizados pelo Ministro Luiz Octávio Gallotti, nesses termos:

"A Sra. Inspetora percebe a imposição da Lei Maior como um teto de remuneração, de tal forma que a vantagem do art. 184 da Lei nº 1711/52 -tanto na modalidade do acesso ao padrão da classe imediata como na do abono de 20% - quando consistente em quantia superior à margem de incremento ensejada pelo valor parcela não incorporável, nem por isso desaparece do cálculo, mas há de apenas ser quantitativamente ajustada ao limite fornecido pela retribuição da atividade. Concepção, ademais prestigiada com a transcrição de ensinamento do renomado autor ABREU DE OLIVEIRA (in "Aposentadoria no Serviço Público", ed. Freitas Bastos, 1970, pág. 198)".

As conclusões finais daquele aludido pronunciamento, à guisa de exemplo, passamos a transcrever, ipsis litteris:

"A Categoria Funcional de Técnico de Administração compõem-se de 4 classes (Anexo N do Decreto-lei nº 1445, de 13.02.76): A (ref. 37 a 43); B (ref. 44 a 48); C (ref. 49 a 53) e Especial (ref. 54 a 57) e ocupava, assim, por ocasião da decretação de sua aposentadoria a segunda referência de Classe "C".

A aplicar o IN nº 77/78, do DASP, o inativo faria jús, na obediência ao aludido dispositivo estatutário, a que seus proventos fossem calculados sobre a ref. 51, o que, efetivamente, não contraria a redação contida no artigo 102, § 2º, da Constituição, já que a vantagem, assim calculada (cr$ 615,00) é inferior à quantificação de atividade perdida pela aposentadoria (cr$ 1.892,00). Entretanto, não lhe foram deferidos, dessa maneira, proventos de classe superior, como determina a lei, pois a ref. 51 é integrante, também, da classe C. Assim, parece-me que o melhor critério seria situar o funcionário, para efeito de cálculo de proventos, na classe imediatamente superior, ocupando a posição que tinha na sua classe, sujeito, porém, ao TETO de que trata o dispositivo constitucional e aludido no parágrafo 14 desta informação, isto é, a remuneração percebida na atividade.

No caso em apreço, o inativo ocupando a ref. "50", seguinte da Classe C, teria seus proventos calculados sobre a ref. "55", segunda classe Especial, da maneira a seguir indicada:

Vencimentos da ref. 55.....cr$12.075,00
30% de quinquênios.....cr$ 3.622,00
cr$15.697,00

TETO.....cr$14.194,00

Ora, o regime jurídico do funcionalismo do Distrito Federal, é o mesmo da União; o comando da política de pessoal do Distrito Federal é exercido pelo Governo Federal através do DASP. Aqui implanta-se o Novo PLano de Classificação de Cargos à imagem e semelhança do que se fez na área federal (art. 11, item III da Lei nº 5920/73). A única discrepância, em relação aquele modelo que nos ocorre no momento, refere-se aos valores atribuídos aos Grupos DAS e DAI, menores para o Distrito Federal, mas, que não modificariam aquelas conclusões.

De conseguinte, não há porque deixar de adotar-se aqui aqueles mesmos critérios já consagrados pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, que poderão vir a ser corrobados por seu congênere do Distrito Federal.

Desse modo, em que pese não constar do processo todas as informações referentes à situação funcional do requerente, certamente por entender a Coordenação de Pessoal desnecessária essa providência, em razão mesmo da uniformidade da legislação a que nos referimos, somos de parecer, mutatis mutandis, devam ser adotados pelo Distrito Federal, os mesmos critérios empregados pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, no que diz respeito às vantagens do art. 184, in fine, do Estatuto dos Funcionários, por serem mais consentâneos com os doutos pronunciamentos da Consultoria Geral da República, sobre a matéria.

É o parecer, sub censura.

Brasília, 10 de novembro de 1978

Antonio Batista de Araújo
Procurador

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral

Encaminho a V.Exa. o bem elaborado Parecer nº 1.947/78 - la SPRG, do ilustre Procurador, Dr. Antônio Batista de Araújo.

A matéria é polêmica, divergindo sobre a mesma o Egrégio Tribunal de Contas da União e o DASP.

O Parecer em exame situa-se na linha do entendimento de que a movimentação de classe tem sentido vertical e não horizontal, que é de referência a referência, próprio da sistemática do "Aumento por Mérito".

O DASP, a seu turno, para efeito da aplicação do item I, do Art. 184, da Lei nº 1711/52, interpreta a "classe" como sendo a "referência" imediatamente superior àquela em que o servidor se encontra situado.

A posição assumida pelo Egrégio Tribunal de Contas da União é de contestação à Instrução Normativa nº 77/78, do DASP, com base nos brilhantes Pareceres nºs L.137, de 17 de março de 1977, e L- 161, de 19 de outubro de 1977, do ilustrado Consultor Geral da República, o insigne jurista Dr. Luiz Rafael Mayer.

Inclino-me, com a devida venia, pela tese esposada no Parecer em exame, lembrando, todavia, a conveniência de ser ouvido, mediante consulta, o Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, a exemplo do ocorrido em outros processo referentes à aposentadoria, levando-se em consideração a natureza da matéria, ainda sem jurisprudência firmada, e as implicações decorrentes da medida na área local.

À consideração de V.Exa.
Brasília, 11 de dezembro de 1978

JÚLIO CÉSAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do DF

Senhor Governador

Aprovo o Parecer nº 1.947/78-la. SPRG da lavra do exímio Procurador Doutor ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO.

A questão relativa à legitimidade do pagamento da vantagem de que trata o inciso I, do Art. 184, do Estatuto do Funcionário, para os servidores beneficiários das vantagens de que trata o Decreto-lei nº 1445/76. intituladas Grati-

ficações de Atividade e Produtividade, em face do preceito constitucional, Art. 102, § 2º, excelentemente examinada no aludido parecer, que se fundamentou em entendimentos da Consultoria Geral da República e do Tribunal de Contas da União, mereceu a concordância do Ilmo. Sr. 1º Subprocurador Geral.

Efetivamente o constituinte não objetivou que tivesse o servidor aposentado os seus proventos calculados em bases menores do que a remuneração percebida na atividade, apenas estabeleceu a proibição de situação inversa.

O pedido pode ser deferido nos termos do parecer, ressaltando a observância do teto da Lei Maior, para que se verifique a perfeita adequação da remuneração da classe imediatamente superior (Art. 184, I do EFPCU), a ser concedida a título de provento, com o referido limite, isto é, a sua exatidão com a remuneração percebida na atividade.

A Instrução Normativa do DASP nº 77, de 20.02.78, que estabeleceu diretrizes para a concessão das vantagens ínsitas no art. 184, do Estatuto, não mereceu acatamento pelo Egrégio Tribunal de Contas da União ao julgar o Processo nº 011.025/77, conforme D.O.U. de 22.06.78, págs. 9444/9448 e cujo trecho do voto do eminente Ministro LUIZ OTÁVIO GALLOTTI transcrevo:

> *"O interessado era titular de cargo público a que é inerente uma parcela permanente de retribuição, denominada gratificação de atividade.*
>
> *Mesmo não sendo incorporável ao estipêndio da inatividade, dá margem, sem dúvida, essa gratificação, à possibilidade do acréscimo do provento, a outro título, sem ultrapassagem da remuneração da atividade e portanto sem ofensa à regra do art. 102, § 2º, da Constituição.*
>
> *Por isso não se reputa revogado o art. 184 do Estatuto, cuja aplicação ficou unicamente limitada, em cada caso, pelo teto estabelecido no mencionado mandamento constitucional".*

Também, neste sentido opinou o digno titular da Consultoria Geral da República, Doutor LUIZ RAFAEL MAYER, através os Pareceres L-137 e L-161 assim ementados, respectivamente:

> *"Não ofende, in casu, o § 2º do artigo 102 da Constituição, a aposentadoria de Consultor Jurídico, efetivo com o acréscimo do artigo 184, III, da Lei número 1.711-52, se os proventos assim calculados não excedem a remuneração permanente, percebida na atividade e constituída de vencimentos e representação mensal na forma do Decreto-lei nº 1.445-76."* (D.O.U. de 18.4.77, pág. 4406)

> *"A natureza permanente das gratificações de atividade e produtividade enseja o seu reconhecimento para integrar a remuneração da atividade (art. 102, § 2º da Constituição Federal), de forma a compensar as vantagens a serem incorporadas nos proventos (art. 184 da Lei nº 1.711, de 1952), sem ferir a proibição constitucional. - Entendimento do Parecer L-137. Sua Aplicação. Análise das dificuldades resultantes da legislação vigorante."* (D.O.U. de 10.3.78 - págs. 3500/3504).

Esta a melhor exegese, que enseja o melhor entendimento da norma estatutária confrontada com o texto da Lei Suprema, e que teve por norte o interesse social, o bom senso, e o princípio da estabilidade econômica, razão que me leva a concluir pela desnecessidade de consulta prévia à Colenda Corte de Contas do Distrito Federal, como sugerido, no despacho de encaminhamento do Ilmo. Sr. 1º Subprocurador Geral.

À consideração de Vossa Excelência, em 13 de dezembro de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

DE ACORDO
Em 26/12/78
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PARECER Nº: 3020 / 78-2a. SPRG.

PROCESSO Nº: 057.048/78

INTERESSADO: Divisão de Cadastro e Informações Econômico - Fiscais (DIEF) do Departamento da Receita

ASSUNTO: Cobrança de Tributos atrazados no caso de bens imóveis arrematados em hasta pública.

EMENTA: Na transmissão de bem imóvel por venda em hasta pública não se configura a responsabilidade fiscal do arrematante, por sucessão. Os impostos anteriores, que onravam o imóvel, se subrogam no preço da arrematação, pelo qual devem ser pagos, passando o imóvel ao domínio do arrematante livre de ônus fiscal.

RELATÓRIO:

Levados a praça, em Execução promovida pelo G.D.F., bens imóveis dados em penhora pelo Executado foram arrematados. Juntando a Carta de Arrematação, o arrematante requereu Certidão Negativa de débitos fiscais, com vistas à transcrição, em seu nome, no Registro de Imóveis, dos bens arrematados. A Divisão de Cadastro e Informações Econômico - Fiscais (DIEF) do Departamento da Receita formula consulta sobre como proceder no despacho de requerimentos de Certidões Negativas quando existem débitos atrazados de IPTU, gravando imóvel arrematado em hasta pública, além de "débitos de tributos mercantis, de serviços e de multas", esclarecendo, em aditamento, que "a Seção de Cadastro de Dívida Ativa vem mantendo a exigência de quitação dos débitos inscritos, como condição para atender aos pedidos de Certidões".

PARECER:

1. É norma legal de velha tradição no direito brasileiro que os adquirentes de bens imóveis ficam subrogados nas obrigações fiscais oriundas de tributos que incidem sobre tais bens. Em outras palavras, o sujeito passivo da obrigação tributária passa a ser o novo proprietário em substituição ao anterior.

2. O Código Tributário Nacional, Lei 5.172 de 25/10/66, veio, assim, apenas confirmar esse posicionamento Tradicional de nossa Legislação Fiscal, ao estabelecer em seu artigo 130:

> art. 130 - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Livra-se o adquirente, como se vê, da responsabilidade por sucessão, sòmente se constar do título de transmissão a prova de quitação dos referidos tributos.

Entretanto,

3. EXCEPCIONA, expressamente, o CTN, no parágrafo único do já transcrito art. 130, um caso: a transmis

são de bem imóvel através de arrematação em hasta pública

art. 130 .....

Parágrafo único - No caso de arrematação em hasta pública, a subrogação ocorre sobre o respectivo preço.

Nesta hipótese não se configura a responsabilidade do arrematante, por secessão. O preço por ele depositado é que fica respondendo pelos tributos devidos.

Curioso assinalar, neste passo, que a hipótese excepcionada no CTN é tradição de séculos em nossa doutrina e jurisprudência. Já nas "Ordenações" se estatuía que "a arrematação feita, a coisa assim arrematada fica salva ao comprador, pois que a comprou por mandado e autoridade da justiça". (L.4 Til. 6 §§ 2º e 3º). A regra, do período colonial, foi consolidada por Teixeira de Freitas no direito Imperial: "Nas vendas judiciais a coisa arrematada fica sempre salva ao comprador, a não ser no caso do art. 1.297; e todas as reclamações dos credores, que concorrem antes ou depois da arrematação, só podem recair sobre o preço" - ("Consolidação" art. 527).

O Código Civil reproduz o preceito, consagrado no Direito anterior:

art. 677 - Os direitos reais passam, com o imóvel, para o domínio do adquirente.

Parágrafo único - Os ônus dos impostos sobre prédios transmitem-se aos adquirentes, salvo constando da escritura as certidões de recebimento, pelo fisco, dos impostos devidos e, em caso de venda em praça, até o equivalente do preço da arrematação.

As decisões do judiciário, em todas as instâncias, têm sido pacíficas, sem voz discordante, e se situam dentro dos parâmetros que os acórdãos seguintes traduzem, acórdãos que continuam atualíssimos a despeito de anteriores ao CTN, dado que este último Diploma não alterou, antes reproduziu, o preceito do Código Civil:

" O adquirente que satisfaz o preço da arrematação não responde pelos impostos devidos à Fazenda Pública". (Ac.unânime da 2a. Turma do STF, em 28.11.39, rel. Min. Eduardo Espínola, in Rev. For. vol. 82 pag. 621)

" Feita a arrematação, o ônus dos impostos que recaem sobre o prédio se subroga no preço alcançado em praça, pelo que ao fisco cumpre ir pleitear seu direito sobre esse preço. (Ac. unânime da 4a. Com. Civ. do T. J. de S. Paulo, em 31.1.49, rel. Desemb. Juárez Bezerra, in rev. dos trib. vol. 179, pág. 343)

" Os bens arrematados em praça passam ao domínio do arrematante livres de impostos, pois que, nesta hipótese, o ônus fiscal se subroga no preço da arrematação, devendo a Fazenda pleitear o pagamento no Juízo da execução". (Trib. Apel. M. Gerais - S-XII - 38-Rel. Des. A. Vilas Boas)

4.Comentando o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional, Aliomar Baleeiro ensina:

" Se a transmissão do imóvel se opera por venda em hasta pública, ou seja o leilão judicial, o arrematante escapa ao rigor do art. 130, porque a subrogação se dá sobre o preço por ele depositado. Responde este pelos tributos devidos, passando o bem livre ao domínio de quem o arrematou.

5.No caso ora submetido a exame verifica-se que, além de outros tributos e cominações (e deles se falará adiante), existem débitos de IPTU, já constituídos e na maioria inscritos em Dívida Ativa, referentes aos exercícios de 1970 a 1978. Com relação aos débitos até 1977 o arrematante seguramente está exonerado da responsabilidade de pagá-los, segundo se viu. Entretanto, como fica sua posição face ao imposto do corrente exercício, sabendo-se que o IPTU é tributo ânuo, indivisível? Como destacar e lhe cobrar aqueles duodécimos referentes ao período de 1978 em que o imóvel passara já às suas mãos, a partir da Carta de Arrematação, - posto que o preço depositado sòmente responde pelos tributos devidos até aquela data?

6. Não oferece dificuldade a questão. Sem discrepância os tratadistas de direito tributário ensinam a mesma lição: tudo se resume no caracterizar, no tempo, "aquele momento em que se considera ocorrido o fato imponível previsto na hipótese de incidência". No caso do IPTU, o art. 6º do Decreto nº 3.521, de 28.12.76, - Regulamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - é muito claro:

art. 6º - para todos os efeitos legais considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro de cada ano.

Comenta Aires Fernandino Barreto, in " Direito Tributário - 4" - Bushatsky Editor, pág. 9:

"Fixada uma data, reputa-se ocorrido o fato imponível (descrito na hipótese de incidência) apenas naquele momento, dando origem à obrigação tributária. As ocorrências, as alterações, fiscais ou de titularidade, que se processem em relação ao imóvel, a partir daí, são irrelevantes".

"Pouco importa que o lançamento seja válido por todo o ano, de vez que a sua mensuração dá-se em razão do instante configurado em lei. A ficção jurídica é, na hipótese, abstrativa do superveniente".

No mesmo sentido a lição de Contreiras de Carvalho ("Doutrina e Aplicação do Direito Tributário" - pág. 398):

"O modo de nascer o fato gerador do tributo (IPTU) está, sem dúvida, vinculado à idéia de periodicidade. Ele surge no primeiro dia de cada ano fiscal em que se torna devido o tributo, bastando que se configure a situação jurídica que constitui o suporte fático da norma tributária.

"Se no primeiro dia do exercício, alguém se encontra na situação de proprietário ou de titular do domínio útil ou tem a posse, a qualquer título, de imóvel, sujeito a tributação, com as características já referidas, constitui-se, evidentemente, devedor do imposto".

Geraldo Ataliba, AIfredo Becker e Paulo Barros de Carvalho pensam do mesmo modo. Este último é incisivo:

"Hipóteses de incidência há que prevêem a ocorrência do fato imponível para determinado momento.
"Desse tipo, o nosso Imposto Predial e Territorial Urbano. Importa saber quem é o proprietário, mas no primeiro dia do exercício."
"De todo irrelevante sermos proprietário de imóvel urbano no dia 4 de maio, posto que a hipótese de incidência do IPTU exige que tal fato ocorra no dia 1º de janeiro. (Interpretação no Direito Tributário" - Editora da Univ. Catolica - 1975 - pág. 212/213)

Outro não é o ensinamento de Dino Jarach, consagrado Mestre argentino constantemente citado por todos os tratadistas brasileiro de Direito Fiscal, e que ministra esta aula de meridiana clareza:

"Quem é proprietário de um imóvel no dia 1º de janeiro, tem a obrigação de pagamento do imposto. A única coisa que pode ocorrer é que a exigibilidade da obrigação seja postergada para outra data; porém a obrigação nasce a 1º de janeiro".

"Não se opõe a este princípio o acordo entre comprador e vendedor para

a distribuição do imposto, entre eles, na proporção do tempo em que cada um seja proprietário durante o ano. Este é um acordo entre as partes que não tem relevância para o fisco. O credor tem que cobrar todo o imposto e deve cobrá-lo do que era proprietário na data em que se transmitiu o imóvel, e para a outra parte a obrigação só nasce no ano seguinte". (Curso Superior de Derecho Tributário - vol. II - 1958 - pág. 341/342, citado por Aires Fernandino Barreto - op. cit. pág.14)

7. O IPTU de 1978 se inclui, desta forma, in casu, na relação dos créditos tributários que devem se cobrados do sujeito passivo anterior, atenta a Fazenda Pública à circunstância, já destacada, de que tendo ocorrido arrematação em hasta pública, a subrogação se dará sobre o preço depositado pelo arrematante. O ressacimento dos duodécimos ao antigo proprietário, por parte do arrematante, é assunto entre eles.

8. Da consulta da DIEF se percebe sua preocupação com créditos fiscais existentes e resultantes "de tributos mercantis, de serviços e de multas". É bem de ver que a existência de tais créditos não pode impedir a transmissão do bem imóvel arrematado em hasta pública, ainda que o devedor (sujeito passivo da obrigação tributária) seja o mesmo nos dois casos. Se o tributo incidente diretamente sobre o imóvel, vale dizer, aquele cujo fato gerador é a propriedade ela mesma, bem como os tributos relativos a taxas pela prestação de serviços referentes àquele bem, ou relativos a contribuições de melhoria (os quais, na lição de Clovis, " foram sempre considerados, entre nós, ônus reais, devidos por ficção pelo próprio prédio") não têm força para obstar a transmissão, evidentemente tal força não poderiam ter tributos outros, resultantes de possíveis atividades mercantis ou profissionais do Executado, titular do bem imóvel levado a praça.

9. Para resguardar o interesse da Fazenda Pública a lei prevê medidas. Consubstanciadas nas garantias, nos privilégios e nas preferências do crédito tributário, como dispõe o CTN nos seus artigos de nºs. 183 a 193.

10. No caso, todo e qualquer crédito fiscal do GDF, independentemente de sua origem ou natureza, pode ser cobrado do preço da arrematação. Entendimento que resulta de toda uma tradição de nossas doutrina e jurisprudência, consolidada no enlace dos preceitos contidos nos artigos 184 e 186 do CTN. No art. 184 se lê que "responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos béns e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, inclusive os gravados por ônus real ou claúsula de inalienabilidade ou impenhorabilidade". E o art. 186 estabelece que "o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho". O art. 184 determina privilégio para os créditos tributários. Tal privilégio dá ao crédito fiscal "preponderância sobre quaisquer outros, em relação à universalidade do patrimônio do devedor". O art. 186 concede à Fazenda Pública "a prerrogativa de colocar-se numa posição de preferência para o recebimento de seus créditos, face aos demais credores".

11. Cumpre deixar aqui registrado, por oportuno, importante e pertinente, que a odem de preferência entre as diversas pessoas jurídicas de direito público, estabelecida no parágrafo único do art. 187 do CTN, (reproduzindo o art.1571 do CC), que colocava o Distrito Federal, os Estados e os Territórios depois da União e antes dos municípios, deixou de vigorar desde 17.10.69, com a Emenda Constitucional nº 1 que determinou no art. 9º:

> art. 9º - À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:
>
> I - Criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor dessas pessoas de direito público contra a outra.

Luiz Carlos de Oliveira, in "Direito Tributário - 4 " - José Bushatsky Editor - pág. 267, faz este exame:

> " Cessou, portanto, indisputavelmente, a partir da referida Emenda Constitucional, a ordem de preferência estabelecida nos textos constitucionais anteriores e no próprio parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional, que se pode ter, assim, como revogado".

Cessada a ordem de preferência, o pagamento dos créditos fiscais, se o patrimônio do devedor não bastar para atender a todos eles, se fará "pro rata", recebendo cada pessoa jurídica de direito público quota proporcional ao respectivo Crédito.

12. Cabe, por último, examinar como deve a DIEF proceder com relação a Certidões Nagativas, em casos como o presente. Sem dúvida os créditos tributários não desaparecem com a ocorrência da arrematação. Apenas não podem ser cobrados do arrematante. Mas sobreexistem em relação ao sujeito passivo anterior.

13. Antônio Vilas Boas, Jair Lins e outros entendiam, antes da vigência do CTN, que a Certidão Negativa se fazia desnecessária, posto que "o arrematante não precisa provar que o imóvel se acha quite com o Fisco, pois essa quitação resulta só do fato da arrematação". Tal entendimento, ouso admitir, seria válido e perfeito ainda hoje, depois do CTN, como consequência natural do disposto nos seus já reproduzidos art. 130 e parágrafo único. Do "Caput" se vê que as certidões negativas têm a força e o poder de impedir que os gravames fiscais que oneram a propriedade a ela adiram quando da transmissão e se subroguem na pessoa do respectivo adquirente. Ora, do parágrafo único resulta claro que a subrogação, nos casos de hasta pública, sequer existe como hipótese possível de encargo do arrematante. Ela se dá sobre o preço depositado. O imóvel passa livre de tributos a quem o arrematou. Se as certidões nagativas visam a impedir a subrogação (dos ônus fiscais) na pessoa do adquirente e se este, nos casos de hasta pública, já está, pela própria lei, excluido da subrogação, parece razoável concluir, como já o haviam feito Vilas Boas e Jair Lins, que no último caso as Certidões são desnecessárias.

CONTUDO,

14. Há que atentar para o que dispõe o Código Tributário do Distrito Federal. (Decreto - Lei nº 82, de 8.12.1966) no seu art. 179:

> art. 179 - Sem prova, por certidão, da repartição fiscal, de isençaõ ou de quaisquer outros ônus relativos ao imóvel até o ano da operação, inclusive, os escrivões, tabeliões e oficiais de registro não poderão lavrar, inscrever ou transcrever atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfitense, anticrese, hipotecas, arrendamento ou locação.

Impedindo, como impede, a lei que se lavre, inscreva ou transcreva qualquer ato relativo a imóveis sem prova, por certidão, de isenção ou quitação dos tributos a eles referentes, a solução para o caso sob exame nós a vamos encontrar na aplicação, analógica, do preceito contido no artigo 206 do CTN, que prevê a emissão de certidões "positivas" com efeitos de certidões negativas, nas hipóteses que enumera:

> art. 206 - Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de crédito não vencido, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

15. Mas, poder-se-ia "extender", por analogia, o disposto no artigo 206, a outras hipóteses?

Sem dúvida. A resposta nos dá o artigo 108 do CTN:

> art. 108 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para

aplicar a legislação tributária utilizará secessivamente, na ordem indicada:

I - A analogia
II - .....
III - .....
IV - .....

A analogia nos permite, quase sempre, encontrar, em disposição expressa da lei, "o princípio jurídico estabelecido para casos afins", se o legislador "se mantem silente sobre eles por imprevidência, inadvertência, impropriedade de linguagem, etc.", como ensina Aliomar Baleeiro. Que lembra alguns exemplos:

"Antes do CTN, já os tribunais brasileiros admitiam analogicamente que o conceito de compra-e-venda abrangia outros contratos com efeitos econômicos análogos (empreitada, permuta, comodato, etc) e até alguns que não tinham esse efeito (contrato estimatório, mediação da cooperativa, etc). Recentemente o STF tem alargado o conceito de "produtos industrializados" para os efeitos da imunidade do art. 23,§ 3º, da constituição, incluindo aqueles não previstos nas tabelas da lei 4502, de 1964". (Dir.Trib.Bras.-2º ed. pág. 385)

16. Não é de se deixar sem menção a circunstância de haver o CTN imposto ao aplicador da lei o grau "um" de prioridade à analogia, numa ordem prioritária de métodos de interpretação.

17. Entendido, assim, que as certidões a serem fornecidas pela DIEF deverão indicar, "positivamente", a existência de créditos tributários da Fazenda Pública do D. Federal, mas terão, in casu, os mesmos efeitos previstos em lei para as Certidões Nagativas, é indispensável, logo se vê, que de tais certidões conste a seguinte observação :

"OBS. - Expedida com efeitos de Certidão Negativa, de acordo com o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional".

EM CONCLUSÃO -

Na transmissão de bem imóvel em hasta pública, o arrematante não é sucessor do sujeito passivo anterior na responsabilidade pelos créditos tributários existentes. O preço depositado responde pelos tributos.

É o nosso parecer.

Brasília, 26 de outubro de 1.978

LOURENÇO FERNANDO TAMANINI
PROCURADOR.

CONCLUSÃO
Aos 27 de Outubro de 19 78, faço estes autos conclusos ao Exmº Sr. Dr. 2º Subprocurador. Eu,
Antônio Sérgio [illegible] Carvalho
Chefe da Seção de Expediente - 2ª SPRG

PROCESSO Nº : 057048/78
INTERESSADO : IMETAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LIMITADA
ASSUNTO : O.I. Nº 087/78-DIEF-SEF-SOLICITA PROVIDÊNCIAS RELATIVAS A DÉBITOS FISCAIS.

Senhor Procurador Geral.

Aprovo o Parecer nº 3020/78-2a. SPRG de fls. 25/36 que bem estudou a matéria.

Não há como negar ao Contribuinte, por fôrça da legislação tributária e especificamente do Parágrafo único do art. 130 do CTN, o direito de incorporar ao seu patrimônio a propriedade plena do imóvel arrematado em hasta pública sem outros ônus fiscais senão o imposto de transmissão.

Os créditos tributários que oneravam o imóvel arrematado ficam garantidos pelo preço da arrematação pago pelo arrematante, em juizo, que responde pelas dívidas do executado. Uma vez pago, integralmente, o preço alcançado na praça, fica o imóvel desvinculado, no momento e no futuro, das dívidas fiscais que sobre ele incidiram e que motivaram a ação executória.

Em verdade, com a arrematação não houve desfalque do patrimônio do devedor, eis que, saindo dele a coisa arrematada, ficou em substituição o seu valor, o preço alcançado; consequentemente, houve uma substituição de valores e nunca um desfalque ou diminuição de patrimônio. Assim, nenhum prejuizo sofrerão os interessados, pois os credores do executado, terão seus créditos satisfeitos integralmente ou não, pelo preço que o Juizo recebeu do arrematante, podendo efetivar o levantamento do que lhe é devido de acordo com as prioridades estabelecidas em lei, depois de apresentadas as quitações fiscais.

Como se vê, a legislação vigente em seus dispositivos, garantiu ao arrematante o direito de formalizar o domínio pleno que passou a ter sobre a coisa arrematada, sem óbices fiscais.

Assim, não se lhe pode negar a certidão fiscal capaz de permitir aquela formalização, vale dizer, a transcrição no Registro de Imóveis.

Por isto, e para atendimento do art. 179 do CTN, deve-se lhe dar a certidão negativa, quando o produto da arrematação for suficiente para liquidar o débito fiscal; ou dar-lhe uma certidão positiva com efeito de negativa, esclarecendo que o faz por força do Parágrafo único do art. 130 do CTN, com os dizeres a propostos no corpo do jurídico parecer em exame (fls. 36).

E, "in casu" a certidão negativa atinge também o IPTU de 78, eis que o fato gerador se operou 1º de janeiro do ano em curso, muito embora o lançamento se tenha dado posteriormente, mas, com efeito retroativo àquela data.

Desta forma, por imposição legal, também o IPTU/78 não é devido pelo arrematante (art. 129 CTN).

Considerando relevante a matéria aqui tratada, sugerimos que se o presente parecer fôr aprovado por V. Excia. o Senhor Governador o seja em caráter normativo por serem frequentes os casos dessa natureza.

À consideração de Vossa Excelência.

Brasília 08 de novembro de 1978.

Dr. ROBÉRTO PIRES BARBOSA
2º. Subprocurador - Geral

PROCESSO Nº: 057.048/78
INTERESSADO: IMETAL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA.
ASSUNTO : Cobrança de tributos atrazados no caso de bens imóveis arrematados em hasta pública.

Senhor Governador

Aprovo o brilhante Parecer nº 3.020/78-2a. SPRG, da lavra do nobre Procurador Doutor LOURENÇO FERNANDO TAMANINI.

O laudo jurídico, placitado pelo Ilmo. Sr. 2º Subprocurador Geral, Doutor ROBERTO PIRES BARBOSA, conforme despacho de fls. 37/38, examinou exaustivamente a questão de que trata o processado, amparado na melhor doutrina e em remansada jurisprudência, a expedição de Certidão Negativa requerida por arrematante de bens da firma IMETAL - Indústria e Comércio de Metais Ltda. executada pelo Distrito Federal, e que teve seus haveres adjudicados em hasta pública, e cujo patrimô

nio e atividades estão gravados de débitos tributários.

Apesar de haver merecido lúcido e bem fundamentado parecer a questão é de simplicidade evidente.

Com efeito tem o arrematante o direito à Certidão, como indicado no Parecer, para o efeito de proceder à transferência do domínio do imóvel adquirido em hasta pública, não obrigado ao pagamento dos débitos da ajuizada, uma vez não suceder o devedor nos ônus fiscais, que após a arrematação ficam subrogados no preço depositado pela venda em praça.

À Fazenda Pública caberá buscar ressarcimento dos débitos fiscais existentes do sujeito passivo da obrigação, isto é, da executada, prevalecendo-se do direito de preferência frente a outros credores.

Sugere o Ilmo. Sr. 2º Subprocurador Geral, no que também coloco-me de acordo, a normatividade do pronunciamento que ora submeto à consideração de Vossa Excelência.

Brasília, em 13 de dezembro de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

De acordo. Aprovo o Parecer da P.R.G. em razões motivo. Em 26/12/78

PARECER Nº: 1948 / 78 - 1a SPRG

PROCESSO Nº: 426.653/77
INTERESSADO: SAINT-CLAIR MARTINS SOUTO
ASSUNTO: SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO C/ A FEDF

EMENTA:

1. Aplica-se à hipótese a norma constitucional (art. 104, §§ 2º e 4º - E.C. nº 6/76).
2. Inexiste conflito de normas, prevalecendo, in casu, a Lei nº 4545/64.
3. A Lei nº 5.843/72 (art. 4º) não conflita com os DL 200 ou 900, e antecipa, modus in rebus, a reformulação constitucional.

Senhor 1º Subprocurador Geral:

SAINT CLAIR MARTINS SOUTO, Assessor Jurídico da Fundação Educacional do Distrito Federal, regido pela C.L.T., requereu, aos 22.02.77, a suspensão do seu contrato de trabalho em virtude de ter sido eleito Prefeito do Município de UNAÍ, no Estado de Minas Gerais, o que foi deferido pelo despacho de 04.03.77 (Processo nº 426653).

Aos 23.09.77, invocando o § 2º e caput do art. 104 da Constituição, com a redação dada pela E.C. nº 6/76, requereu a transformação da suspensão do contrato de trabalho em opção pela remuneração percebida pelo emprego na Fundação Educacional.(Processo 433014/67 - fls.01).O processo foi instruido, manifestando-se pelo deferimento a Chefe Substituta do Núcleo de Legislação do Departamento Geral de Administração da FEDF,tendo o Diretor de Pessoal determinado o reexame do pronunciamento pela Procuradoria Jurídica do órgão.

Pronunciando-se o ilustre Chefe da Procuradoria Jurídica, Dr. CARLOS ODORICO VIEIRA MARTINS, após tecer considerações de ordem jurídica, invocando a legislação aplicável à hipótese, concluiu, in verbis:

"Finalmente, o multicitado § 2º do art. 104 da Constituição determina o afastamento do servidor do cargo, emprego ou função, não sua dispensa. Consequentemente, objetiva assegurar a remuneração, caso faça uso do direito de opção.

"A espécie é equiparável a cessão de servidor, com ônus para a entidade cedente." (fls. 17).

Não obstante a clareza do pronunciamento do órgão jurídico, o Diretor Executivo da FEDF emitiu o despacho de fls. 18, no qual sugere o pronunciamento da PRG/DF, concluindo in verbis:

"Ademais, considerando o que dispõe o inciso II,do art. 4º, do Decreto-lei nº 200/67, bem como a Lei 5843/72, as fundações não são consideradas entidades da administração indireta" (fls.18).

Veio o processo à la SPRG sendo a nós distribuido.

É o relatório.

PARECER

O despacho do ilustre Diretor Executivo da FEDF e Secretário de Educação e Cultura, Substituto, desviou o foco da controvérsia,cujo deslinde se obtém através da aplicação de norma constitucional, in casu o art. 104 e §§ 2º e 4º, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 04 de junho de 1976, in verbis:

"Art. 104. O servidor público, federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, exercerá o mandato eletivo obedecidas as disposições deste artigo.

" § 1º.....

" § 2º. Investido no mandato de Prefeito Municipal , será afastado de seu cargo, emprego ou função.

" § 3º.....

" § 4º. Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento." (os grifos não são do original).

II

Quanto à invocação do Dec.-lei nº 200/67, alterado pelo de nº 900/69, data venia, não se aplica ao Distrito Federal, face ao disposto no art. 3º e ítem II da Lei nº 4545/64, in verbis:

"Art. 3º - A administração descentralizada da Prefeitura do Distrito Federal (leia-se: do Governo do Distrito Federal) compreende:

I.....

II Com personalidade jurídica:

a) as autarquias, empresa ou fundações instituídas pelo Poder Público.(grifos nossos).

No que diz respeito à Lei nº 5843/72 lê-se no seu art. 4º. in verbis :

"Art. 4º O servidor de órgão da Administração estadual e municipal, de sociedade de economia mista, empresa pública, bem como de fundação, nomeado para cargo integrante de Grupo de Direção e Assessoramento Superior, poderá optar pelo vencimento ou salário percebido no órgão de origem e continuará a contribuir para a instituição de previdência a que fôr filiado."

III

Pelos textos suso transcritos poderá supor-se haver contradição entre os textos legais. Todavia, o que ocorre é pretendida aplicação de normas a hipóteses diversas daquelas que disciplinam.

O Decreto-lei 200, bem como o 900, são normas subsidiárias aplicáveis ao Distrito Federal, ex-vi do Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969, cabendo ao Distrito Federal regulamentar a aplicação, sem prejuízo da sua legislação específica.

IV

Quanto à posição da FEDF no contexto da Administração do Distrito Federal, sugerimos, com a devida venia, a leitura do Parecer nº 1886/77, aprovado pelo Exmo. Sr. Governador, com as considerações adicio

nais do Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral, publicado na Revista Jurídica da PRG/DF, nº 18 , págs. 45/65.

V

Não existe conflito de normas na legislação ordinária. Mesmo que existisse, prevaleceria a norma constitucional, in casu o art. 104 e §§ da E.C. nº 1/69, com a redação que lhe foi dada pela E.C. nº 6/76.

VI

Face ao exposto, louvando-nos nos subsídios contidos no Parecer do ilustre Chefe da Procuradoria Jurídica da FEDF (fls. 15/17), somos pelo deferimento do pedido de fls. 01 do Processo 433014/77, por ser de Direito.

É o nosso parecer, S.M.J.

Brasília, 05 de dezembro de 1978

ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO
Procurador

PROCESSO Nº 426.653/77

INTERESSADO: SAINT CLAIR MARTINS SOUTO

ASSUNTO: Suspensão de contrato de trabalho

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral

Manifesto-me de acordo com o Parecer nº 1948/78 1a SPRG, do ilustre Procurador Dr. Orlando Miranda de Aragão.

Pelo deferimento do pedido de fls. 01, do Processo número 433.014/77, por ser de Direito, s.m.j.

À consideração de V.Exa.

Brasília, 15 de dezembro de 1978

JULIO CESAR SANTOS
1º Subprocurador Geral-DF

Senhor Governador

Aprovo o Parecer nº 1.948/78-1a, SPRG, na forma do encaminhamento do Ilmo. Sr. 1º Subprocurador Geral.

Versa este processo sobre pedido de suspensão de contrato de trabalho do Doutor SAINT-CLAIR MARTINS SOUTO, Professor da Fundação Educacional, por ter tomado posse como Prefeito de UNAÍ, fls. 1/2.

O pedido foi deferido às fls. 5.

À época exercia o Emprego em Comissão de Assessor da Procuradoria Jurídica daquela Fundação, fls. 4.

Posteriormente, requereu "*transformação de suspensão do contrato em opção pela remuneração dessa Fundação, pedindo que lhe sejam pagos os vencimentos de Assessor Jurídico da Procuradoria Jurídica, emprego equivalente ao que exercia quando tomou posse no cargo de Prefeito*", fls. 1.

A Sra. Diretora do Núcleo de Legislação da Fundação Educacional é pelo deferimento do pedido, fls. 9/10.

O ilustrado chefe da Procuradoria Jurídica da Fundação Educacional exarou o Parecer às fls. 14/17, concluindo ser devido o pagamento, em face do uso da opção manifestada de acordo com o artigo 104 da Constituição Federal, na redação da Emenda nº 6, de 4.6.76.

O processo veio a esta Procuradoria por sugestão do Ilmo. Sr. Diretor-Executivo da Fundação Educacional que levantou dúvidas e propôs um pronunciamento normativo, fls. 18/19.

O Parecer do preclaro Doutor Procurador ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, com o qual se manifestou de acordo o Ilmo. Sr. 1º Subprocurador-Geral, louvou-se no entendimento da Procuradoria Jurídica daquela entidade, e esclareceu as dúvidas suscitas concluindo pelo deferimento.

À superior consideração de Vossa Excelência, em 21 de dezembro de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

De acordo. 26/12/78.

PROCESSO Nº 110 713/78
INTERESSADO: Instituto de Saúde do Distrito Federal
ASSUNTO : Gratificação-prêmio

EMENTA- Matéria já decidida através dos Pareceres nºs 75/70 e 125/71 , da 1ª SPRG, aprovados pelo Governador do Distrito Federal em 9.2.1971 e 12.1.1972, respectivamente. Pelo deferimento da vantagem.

Senhor 1º Subprocurador-Geral:

O Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde submete à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, o expediente de fls. 1 a 2, no qual o Diretor do Instituto de Saúde solicita o pagamento de Gratificação-prêmio aos funcionários da entidade.

2. V.Sª submete a matéria ao exame desta Assessoria, nesta data.

É o relatório.

1. Não há no processo questão jurídica de relevo a ser discutida.

2. O assunto ficou esclarecido através dos Pareceres nºs 75/70 e 125/71, aprovados pelo Governador em 9 de fevereiro de 1971 e 12 de janeiro de 1972, respectivamente, ambos da 1ª SPRG.

3. Em se tratando, por conseguinte, de matéria idêntica, apenas requeiro a juntada aos autos dos pronunciamentos mencionados, concluindo pela inexistência de óbice jurídico à pretendida concessão da vantagem.

4. Mesmo porque, a orientação traçada nos aludidos pareceres não sofreu nenhuma modificação decorrente de lei ou regulamento.

Sub censura.

Brasília, em 12 de dezembro de 1978.

EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO
Assessor do 1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

Exmº. Sr. Dr. Procurador-Geral,

De acordo com o pronunciamento de fls.04/05, do ilustre Assessor Dr. Eugênio da Rocha Fragoso.

O assunto já está esclarecido através dos Pareceres nº 75/70 e 125/71, aprovados em 09.02.71 e 12.01.72, respectivamente.(Pareceres em anexo).

Pelo deferimento

À consideração de V. Exa.

Brasília, 14 de dezembro de 1978

JÚLIO CESAR SANTOS
1º Subprocurador-Geral do DF

Senhor Governador

O Ilmo. Sr. Diretor do Instituto de Saúde do Distrito Federal solicita "*concessão de Gratificação Prêmio aos funcionários públicos dos Quadros de Pessoal-DF, que se encontram à disposição*" daquele órgão no exercício de "*Cargos de Direção, Empregos em Comissão e Assessoramento*".

Como embasamento do pedido faz referência a pronunciamento desta Procuradoria Geral, acrescentando que existe disponibilidade orçamentária.

O douto pronunciamento da 1a. Subprocuradoria-Geral é pelo deferimento do pedido, por entender que a matéria foi examinada nos Pareceres 75/70 e 125/71, ambos daquela 1a. Subprocuradoria-Geral, e fez juntada.

Os Pareceres desta Procuradoria Geral foram emitidos antes da implantação do chamado Novo Plano de Classificação de Cargos.

Os Pareceres citados, evidentemente, não se prestam a nova situação. A questão de pagamentos tipo "*Gratificação-Prêmio*" há de estar de acordo com a nova realidade do atual Plano de Cargos, traçado pela Lei nº 5.645, de 10.11.70, aplicáveis as suas diretrizes expressamente ao Distrito Federal, art.15, o que ocorreu com o advento da lei nº 5.920, de 19.9.73.

Com efeito, dispõem a lei nº 5.934, de 8.11.73, e o Decreto-lei nº 1360, de 22.11.74, que, respectivamente, fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores e estabelece a implantação gradual dos cargos do novo plano do Distrito Federal:

"*Art. 2º .....*

Parágrafo Único - A partir da vigência dos atos que transformarem ou reclassificarem os cargos e as funções em comissão que integrarão o Grupo de que trata esta Lei, cessará, para os respectivos ocupantes, o pagamento das vantagens especificadas neste artigo e de qualquer outra retribuição pelo desempenho de encargo de direção e assessoramento superiores, inclusive gratificação de representação de gabinete" (lei nº 5.934/73).

"*Art. 6º - A partir da vigência do ato de inclusão dos cargos no Plano de Classificação a que se refere este Decreto-Lei, cessará o pagamento de quaisquer retribuições que estiverem sendo percebidos pelos respectivos ocupantes, a qualquer título e sob qualquer forma, como previsto nas leis específicas de retribuição de cada Grupo, ressalvados:*

I - o salário-família;

II - a gratificação adicional por tempo de serviço;

III - as demais gratificações e as indenizações especificadas no Anexo II deste Decreto-Lei, observadas as definições e bases de concessão constantes do mesmo Anexo.

Parágrafo Único - Os funcionários que, em decorrência da aplicação do disposto neste artigo, sofrerem redução no total da retribuição mensal legalmente percebida terão assegurada a diferença como vantagem pessoal nominalmente identificável, que será absorvida pelos aumentos de vencimentos supervenientes à vigência do ato da respectiva inclusão no Plano de Classificação de Cargos, inclusive os decorrentes de reajustamento gerais, progressão ou ascensão funcionais"(Decreto-lei nº 1.360/74).

O Instituto de Saúde do Distrito Federal é "*órgão relativamente autônomo*", artigo 1º do Decreto nº4.162, de 26.4.78, que define a sua relativa autonomia, e tem a lotação estruturada dentro do que se convencionou chamar Novo Plano de Classificação de Cargos, Decreto nº 4 164, de 26.4.78, ambos publicados no Suplemento do D.O.D.F. de 28.4.78.

Ora, estando a Administração Direta e suas Autarquias sujeitas aos regimes jurídicos preconizados na Lei nº 6 375, de 26.11.76, e estando vedados pagamentos como o ora pleiteado, não se poderia concluir pela possibilidade de efetuá-lo. Para se chegar a opinião contrária, ter-se-ia de negar a estruturação do Quadro daquele órgão sem personalidade jurídica, como tal definido na Lei nº 4 545, de 10.12.64, artigo 3º, I, b, e toda a filosofia até o momento seguida pelo Novo Plano.

Em razão da urgência da matéria e até de sua singeleza, pode-se entender que somente os ocupantes de LT-DAS e LT-DAI não vinculados estatutariamente fazem jus ao 13º salário.

Pelo exposto, aprovo apenas em parte o pronunciamento de fls. 4/29.

À superior consideração de Vossa Excelência, em 22 de dezembro de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

De acordo.
26/12/78.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO Nº 009/78
PROCESSO Nº 019.943/78
INTERESSADO: MARCELINO SOUZA DE OLIVEIRA - MAT. 75.913 - SLU
ASSUNTO: Acidente de tráfego

E M E N T A

Acidente de tráfego com danos causados ao patrimônio de ente público (Tribunal Superior do Trabalho), por servidor do Distrito Federal (Art. 205, Emenda Constitucional nº 7, de 13.04.77). Reparação do dano (Art. 15 do C.C.). Inexistindo concurso do lesado no evento danoso, a reparação é devida com ou sem culpa do agente público (Art. 107 da C.F.). Se por culpa ou dolo agiu o servidor, fica assegurado o direito de regresso (Parágrafo Único, Art. 107, da C.F.). Indenização pela via administrativa só poderá ocorrer com a concordância do servidor envolvido no acidente. Chamamento do servidor à composição.

Senhor 3º Subprocurador Geral.

RELATÓRIO

Solicita o Senhor Diretor Geral do Tribunal Superior do Trabalho, fls. 01/02, Of. DG. 243/78, ao Senhor Secretário da Pasta de Administração do Governo do Distrito Federal, providências no sentido do ressarcimento de danos causados à viatura de propriedade daquela Egrégia Corte.

Ao processo foram acostados a Ocorrência Policial, fls. 03, Laudo nº 10.840 do Instituto de Criminalística, fls. 04/05, orçamento das firmas Serviçauto Ltda., fls. 06, Moto Agrícola Slaviero S/A, fls. 07, Ferrari e Cia. Ltda. (Ideal Auto Peças) fls. 8. Consta, ainda, fls. 10, documento da Comissão de Avaliação de Danos--CSTI-SEA, declarando, após vistoria, que as avarias sofridas pelo veículo Ford Galaxie, placa 005, de propriedade do Tribunal Superior do Trabalho, correspondem, à recuperação, o orçamento apresentado, fls. 08, isto é, da Ferrari e Cia. Ltda. (Ideal Auto Peças), que importa em Cr$ 19.029,00 (dezenove mil e vinte e nove cruzeiros).

Para providências, o processo foi encaminhado pelo Senhor Secretário de Administração à Procuradoria Geral e, na 3a. SPRG., nos veio para exame.

DISCUSSÃO

A Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977, estabelece em seu art. 205, verbis:

> "Art. 205 - As questões entre a União e os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou entre umas e outras, serão decididas pela autoridade administrativa, na forma da Lei, ressalvado ao acionista procedimento anulatório dessa decisão."

O alcance do dispositivo constitucional na vida administrativa foi examinado no Parecer nº 467/77 - 3a. SPRG (in Revista Jurídica da PRG, nº 18), da lavra de V. Sa. e cuja cota do Senhor Procurador Geral, à aprovação, não deixa dúvidas quanto ao tempo de sua executoriedade.

Com estas referencias, iniciamos o nosso pronunciamento

A solicitação do Tribunal Superior do Trabalho tem como suporte as conclusões dos Senhores Peritos do Instituto de Criminalística, oferecidas através do Laudo nº 10.840, onde, sobre a dinâmica do acidente, às fls. 45, arrematararam:

> "...que a causa determinante do referido acidente foi o comportamento do condutor do Mercedes Benz, caminhão, placa DF.CM-0348, em recuar sem atentar devidamente para as condições do trânsito reinantes a sua retaguarda, advindo o seu veículo colidir a parte posterior direita contra a anterior do Ford Galaxie, sedan, placa de nº DF-AC-6283, que se encontrava parado na faixa direita de rolamento."

Dispõe o Código Civil em seu art. 15:

> "Art. 15 - As pessoas jurídicas de direito público são responsáveis por atos dos seus representantes que nessa qualidade causam danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando ao dever prescrito por lei, salvo o direito regressivo contra os causadores do dano."

A culpabilidade do condutor do veículo pertencente ao Governo do Distrito Federal parece estar evidenciada nas conclusões do Laudo Pericial mencionado.

Ressaltado o elemento subjetivo no atuar culposo do servidor, restaria induvidosa a obrigação de indenizar, já que o dispositivo transcrito está assentado na culpa, suporte fáctico da reparação.

Mas o pedido deve ser enfocado é à luz da teoria objetiva do risco administrativo, adotada pela Constituição Federal de 1946, que a atual manteve ao dispor em seu artigo 107:

> "Art. 107. As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros."

As conclusões da Perícia de Trânsito, como se sabe, constituem-se no principal elemento de convicção sobre o evento danoso. Essa peça, entretanto, poderá ser refutada e, até mesmo, destruída à vista de outras provas. Não se constitui em prova final, não é decisório.

A teoria objetiva do risco administrativo não exige a prova do elemento subjetivo. A responsabilidade da Administração Pública passou a ser independente da comprovação de culpa do servidor envolvido na ocorrência que resultou na lesão patrimonial de terceiros. É suficiente que o lesado demonstre que não concorreu para o evento danoso. Basta que o evento ocorra em consequência de atos, fatos e meios necessários à Administração, "fato do servico" (Hely Lopes Meirelles - Direito Administrativo Brasileiro).

A obrigação de indenizar, como fica claro do dispositivo constitucional, é independente da prova de culpa.

Destas constatações não há que discutir.

Havendo o servidor concorrido dolosa ou culposamente para o evento, o Parágrafo Único do art. 107 da C.F., já transcrito, assegura o direito de regresso, para que a Administração se veja ressarcida do quantum pago a terceiros, como fruto do atuar ilícito de seu preposto, como dispõe:

> "Art. 107.....
>
> Parágrafo Único - Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo."

O modus faciendi destas reparações ficou estabelecido nos §§ 1º e 2º, art. 197, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, verbis:

> "Art. 197.....
>
> § 1º. A indenização de prejuízo causado à Fazenda Nacional no que exceder as fôrças da fiança, poderá ser liquidada mediante o desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento ou remuneração, à míngua de outros bens que respondam pela indenização.
>
> § 2º. Tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o funcionário perante a Fazenda Nacional, em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado."

Rubrica

Mas a reparação cogitada deve, como requerido, se processar pela via administrativa, restando superado o ritual do § 2º, Art. 197, do mesmo Diploma Legal.

No procedimento judicial, embora o terceiro não litigue com o servidor e sim com o Estado (Administração), no vértice processual ocupado pelo ente público, face ao disposto no inciso III, art. 70 do C.P.C., irá se sentar também o servidor (preposto) para quem é dirigido o comando final do art. 15 do C.C. e do Parágrafo Único do art. 107 da Constituição Federal, à ótica civilista ou publicista.

A decisão judicial forrará a Administração, sob as vistas do servidor.

Na instância administrativa, como e em que momento a Administração decide sobre a certeza do envolvimento do servidor no fato irregular, na ocorrência danosa?

Parece certo que a Administração deve se manifestar, deve chegar à decisão pelo ritual que lhe é próprio. Este ritual foi estabelecido pelo art. 217 e seguintes da Lei nº 1.711/52, cujo Parágrafo Único dispõe:

> "Parágrafo Único. O processo precederá à aplicação das penas de suspensão por mais de 30 dias, destituição de função, demissão e cassação de aposentadoria e disponibilidade."

Estabelece ainda o artigo 224 do mesmo Diploma Legal, verbis:

> "Art. 224. Concluída a defesa, a comissão remeterá o processo à autoridade competente, acompanha

> do de relatório, no qual concluirá pela inocência ou responsabilidade do acusado, indicando, se a hipótese for esta última, a disposição legal transgredida." (grifamos).

Aqui, todavia, as posições se invertem.

A relação processual, no seu rito próprio, colocará frente a frente a Administração e o servidor, buscando estabelecer o seu verdadeiro envolvimento na ocorrência irregular, objetivando visualizar os conflitos ao ordenamento administrativo e as conseqüências dele resultantes.

No Processo Administrativo apura-se, interroga-se, nomeia-se peritos, forma-se juizo, indicia-se, dá-se amplo direito de defesa e aponta-se, à autoridade julgadora, os dispositivos transgredidos, se for o caso. Finalmente a Administração, diante de todos esses elementos, julga o servidor. Esse julgamento, evidentemente, acarretará responsabilidades que poderão ultrapassar o campo protegido pela instância administrativa projetando-se sobre os da instância civil e penal, como estabelece o art. 196 da multicitada Lei nº 1.711/52.

A certeza e manifestação acerca de uma ocorrência irregular, a Administração chega através das conclusões do Processo Administrativo.

A Perícia de Trânsito, como se sabe, é um elemento de convicção e, neste processo, a Administração ainda não formou juízo e nem decidiu sobre a responsabilidade de seu preposto.

É no Processo Administrativo, repetimos, que se apurará o envolvimento do servidor, no evento danoso.

Por que a Administração haverá de dar eco à declaração de culpabilidade formulada por um servidor e nela fundamentar o seu juízo à composição administrativa?

Estamos a nos enganar a cada momento, na exegese dos atos e fatos à nossa frente. A dimensão dos nossos conhecimentos é que vai se aproximar ou se afastar da verdade. Acerca do mesmo fato podem surgir entendimentos diversos. Tudo é relativo e mais do que isso, tudo está submetido a uma condição que nos é peculiar - a falibilidade.

Se o servidor é detentor de maior ou menor grau de escolaridade, é de importância negativa. A decisão é da alçada da Administração e o juízo dessa decisão, antes de mais nada, é indelegável.

Parece-me, destas razões, que o momento do chamamento do servidor à composição amigável, em casos como o aqui tratado, deverá ocorrer após a decisão da Administração, proferida nos autos do Processo Administrativo, de que serve de respaldo, no campo meramente disciplinar, o conteúdo do Parágrafo Único do Artigo 217, da Lei nº 1.711/52. É o que nos parece curial ao direito.

A prosperar tal entendimento, os pedidos de indenização, de que este é exemplo, ficariam retidos na Secretaria de Administração aguardando a apuração e julgamento do fato ilícito no Processo Administrativo, sendo então encaminhados à Procuradoria Geral para as providências de sua competência.

No caso sub examen, o motorista servidor foi convocado mas não pretende, já a este tempo, anuir com a composição. Levanta ele dúvidas acerca das conclusões da Perícia de Trânsito e pretende levar suas razões ao Processo Administrativo, conforme claro explicitou na "declaração" que integra o processo.

Os conceitos aqui emitidos acerca da responsabilidade civil dos entes públicos devem adormecer à sombra do Parecer nº 25/67-PRG, sob o verbete "NATUREZA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" (in Revista Jurídica da PRG-DF, vol. 4 - dezembro de 1967, págs. 85/100), da lavra do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, então titular da 1a. SPRG,que prelecionou e destacamos, verbis:

> "A teoria da responsabilidade civil, tema palpitante do direito civil, é que traça os fundamentos e a extensão das consequências jurídicas do ato ilícito, isto é, do dever de indenizar. A necessidade de se fixar as causas e os efeitos, em face da existência de danos não indenizáveis, dividiu os doutrinadores em duas correntes: os adeptos da "teoria subjetiva" e os partidários da "teoria objetiva".
> A teoria subjetiva, ou teoria da culpa, inteligentemente sintetizada por Rudolf von IHERING na Regra "sem culpa, nenhuma reparação", procura demonstrar que a obrigação de reparar o prejuízo apenas se dá quando o mesmo é motivado com intenção, ou por negligência, imprudência ou imperícia. Contràriamente, a teoria objetiva, refutando a teoria civilística, desprezou os elementos caracterizadores da culpa, atendo-se, tão só, ao fato gerador da obrigação de indenizar, impondo-se o princípio do risco.
> Êste último entendimento, intitulado por muitos doutrina do risco, é o que vem tendo melhor acolhida pela consciência jurídica contemporânea, uma vez resolver com maior acêrto técnico um número incontável de casos sem solução pela doutrina tradicional.
> A diversidade, a singularidade das situações criadas pela complexidade do mundo atual exigia uma reformulação do conceito de responsabilidade, não podendo prevalecer o entendimento clássico amparado na culpa, devendo ser mais realista, mais positivo, mais concreto, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio jurídico-econômico violado pelo dano, motivo que tem levado o direito positivo, a doutrina e a jurisprudência de nossos dias a aceitar a teoria publicista da responsabilidade civil objetiva."

De sua erudição, revista o procedimento às indenizações resultantes dos atos ilícitos de servidores públicos, principalmente no que concerne a via administrativa:

> "Ao visualizarmos o problema da responsabilidade civil verificamos que o nosso direito das reparações amparou-se na teoria subjetiva da culpa (artigo 15 do Código Civil), posteriormente modificado, no tocante aos entes públicos, em virtude da adoção do critério objetivista (Constituições Federais de 46 e 67).
> A apuração da responsabilidade civil das pessoas físicas e das pessoas jurídicas de direito privado continuam sob a égide da legislação comum, fundada no elemento da culpa,arguida quando se tratar de servidor público em Processo Disciplinar, nos têrmos da legislação específica (Lei número 1.711/52), disciplinadora também da matéria no Capítulo IV, artigos 196 e 197.
> Como já tivemos oportunidade de mencionar no relatório, foi instaurado Processo Administrativo que apurou a responsabilidade civil do indiciado com relação aos danos causados aos veículos acidentados, configurando desta forma a sua culpabilidade.
> O caso em exame enquadra-se nos supra citados dispositivos estatutários, já em fase de cumprimento o § 1º do artigo 197, conforme noticiam os autos.
> Resta saber se o prejuízo causado poderá ser reparado administrativamente, ou se a indenização terá que ser feita pela administração após o seu chamamento, pela vítima, na via judiciária.
> HELY LOPES MEIRELES responde afirmativamente:
> "A reparação do dano causado pela administração a terceiros se obtém amigàvelmente, ou por meio da ação de indenização, e, uma vez indenizada a lesão da vítima, fica a entidade pública com o direito de voltar-se contra o servidor culpado, para haver dêle o dispendido, através da ação regressiva autorizada pelo parágrafo único, do artigo 194, da Constituição Federal". (Direito Administrativo Brasileiro).
> Correto nos parece o entendimento do ilustre Professor da Universidade de São Paulo, no entanto, uma observação de prudência gostaríamos de expressar em favor da maior garantia do Poder Público, é que se prende ao fato de que a administração, comprovado o dolo ou a culpa do agente só deve proceder ao acôrdo amigável de indenização, com a permissão, ou a interveniência do agente, que ressarcirá o prejuízo sofrido pela fazenda pública, mediante desconto em seu vencimento ou remuneração, em face do disposto no § 2º do artigo 197 do E.F. P.C.U. e do artigo 2º da Lei 4.619/65, que estabelecem a necessidade da condenação passado em julgado para a propositura da Ação regressiva pela administração."

Por último, queremos acreditar que o "iter" em que enveredamos e ousamos sugerir sua adoção, longe de arredar dúvidas, incita-as.

O direito nasce dos conflitos de interesse, nas bléias, conclaves, nas discussões. Nasce e se refaz a cada momento.

Acompanha o dinamismo do meio social. Não convive por isso mesmo com formulações definitivas.

É o milenar e sempre atual pensamento filosófico de Heráclito (500 A.C. Éfeso, Pré-Socrático), citado, na ordem, por Platão e Aristóteles: "NADA É, POIS TUDO SE ESTÁ FAZENDO; NADA É CONSTANTE"(Bertrand Russel - Obras Filosóficas História da Filosofia Ocidental - Livro Primeiro).

CONCLUSÃO

I. A concordância ou não do servidor com a indenização, na forma pleiteada, isto é administrativamente, deve ocorrer após o juizo da Administração formado nos autos do competente Processo Administrativo;

2. O Tribunal Superior do Trabalho, via de consequência, deve aguardar a manifestação da Instância Administrativa para obter resposta ao pedido formulado na inicial.

É o nosso pronunciamento, s.m.j.

Brasília, 21 de novembro de 1 978

JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA

Assessor do 3º Subprocurador Geral

PROCESSO Nº 019 943/78

INTERESSADO: MARCELINO SOUZA DE OLIVEIRA

ASSUNTO: Solicita ressarcimento de danos causados ao veículo pertencente àquela Corte.

Senhor Procurador Geral.

Submetemos à elevada consideração de V.Exa. o Pronunciamento Técnico nº 009/78, emitido neste processo nº .... 019.943/78, pelo Assessor Técnico Dr. José Renato Fialho da Silva.

Entendemos que o procedimento adotado em casos semelhantes, e que já mereceu aprovação superior, é o que mais atende, não só à Administração, como ao próprio servidor e aos terceiros prejudicados, ou seja:

1- Manifestando-se formalmente o servidor no reconhecimento de sua responsabilidade nos danos causados ao patrimônio de outrem e autorizando o desconto em folha de seus ' vencimentos da importância a ser paga pelo Distrito Federal ao terceiro prejudicado ' nada obstará a Administração a proceder de pronto à composição amigável, indenizando' o reclamante.

A recusa a este procedimento acarretaria ' maiores prejuízos, não só administrativos'' (economia processual) como financeiros (crescimo do devido reclamado em juizo, ' em: custas, honorários, juros, correção monetária, lucros cessantes, etc.) a que estaria obrigado o servidor responsável.

A par deste procedimento, o Processo Administrativo, regularmente instaurado, apuraria ou não a falta funcional do servidor.

O ilícito administrativo apura-se através do processo Administrativo.

A lesão patrimonial, como ilícito civil,resolve-se em Juízo, através da actio civilis ex delicto, quando não há composição amigavel.

2- Diante do caso tratado neste processo, ' em que o lesado é ante público, e face ao disposto no art. 205 da E. Constitucional ' nº 7 de 13/04/77, entendemos que, no caso ' da recusa do servidor em ressarcir os danos amigavelmente, por qualquer motivo, a indenização ao ente requerente deverá ser feita após o resultado do Processo Administrativo e desde que o Laudo Pericial do acidente ' responsabilize o servidor, induvidosamente.

Note-se que o Laudo Pericial elaborado pelo órgão específico e técnico é a prova maior e indiscutível da responsabilidade do condutor do veículo causador do acidente, só podendo ser elidida pela sua reformulação ou emissão de outro Laudo Pericial equivalente, no caso,a ser apreciado em Juízo.

A ação do Distrito Federal para ressarcir-se do que pagar, deverá ser proposta contra o servidor, apoiada ' na prova pericial,e na conclusão do processo regular, que imputar ao servidor a responsabilidade pelos danos, e na decisão administrativa que autorizar o pagamento ao ente público, vez que face ao dispositivo constitucional, não mais haverá sentença transitada em julgada ou decisão de última instância, equivalendo-se a esta, a decisão administrativa.

Este o procedimento que entendemos deva ser adotado apesar da Lei reguladora prevista no dispositivo maior ' não ter vindo à luz, fazendo-se valer a reciprocidade no tratamento dado aos casos semelhantes em que o lesado foi o patrimônio do Distrito Federal.

Recentemente, em Ação em que o Distrito Federal é Réu e Autor " Henkel Produtos Brasília Ltda", o requerimento da denunciação da lide à União foi indeferido, pelo ' douto Juizo da 1a. Vara da Fazenda Pública sob o argumento de que "o artigo 205, inscrito no C.P. pela Emenda nº 7, determina que a solução dos conflitos entre a Federação e o Distrito Federal ' escapa à competência do Poder Judiciário".

3- Tratando-se de particular como terceiro prejudicado, e na recusa do servidor indiciado pelo Laudo ' Pericial e pelo Processo Administrativo, como causador e responsável pelos danos, em compô-los amigàvelmente, o indeferimento do pedido de indenização pela via administrativa se imporá, decidindo-se pela via judicial a reivindicação e arcando o servidor com os ônus dos acréscimos ao principal, a que for condenado o Distrito Federal, com seu conhecimento, através da denunciação da lide, e que ressarcirá mediante a ação regressiva competente.

É o nosso entendimento, s.m.j.

Brasília, 06 de dezembro de 1978

OCTÁVIO LEITE DE SOUZA

3º Subprocurador Geral

RECEBIMENTO E CONCLUSÃO

Aos 12 de 12 de 1978

foram-me entregues êstes autos do(a) 3º SUBPROCURADOR-GERAL e, na mesma data, faço-os conclusos a(o) GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

Danderlina da Franca Gontijo
Seção de Expediente - 3.º SPRG
Chefe

DF/SDCA/00: 1.000 Blo. - 100x1 - 10/76

Senhor Governador:

Aprovo o pronunciamento de fls. 17/24 da lavra do Assessor Doutor JOSÉ RENATO FIALHO na forma do encaminhamento do Ilmo. Sr. 3º Subprocurador Geral.

A liquidação de débito decorrente de dano causado ao patrimônio público por servidor do Distrito Federal deverá ser precedido de Processo Administrativo para a perfeita e completa caracterização da responsabilidade civil.

O mandamento ínsito no art. 205 da E.C. nº 7, de 13.4.77 para o efeito do julgamento administrativo, invocado pelo Ilmo. Sr. 3º Subprocurador Geral, Doutor OCTÁVIO LEITE DE SOUZA deverá ser executado após percorrido todo o procedimento visando a apuração da obrigação ou não da reparação do evento danoso, isto é, da imputação ou da exclusão de responsabilidade.Configurando-se o dolo ou a culpa do servidor, e negando-se o mesmo, após a adequada apuração de sua obrigação de reparar o prejuízo , então, como anotado pelo Ilmo. Sr. 3º Subprocurador Geral, o Estado, após decisão administrativa, determinará o ressarcimento da lesão patrimonial, procedendo em seguida às medidas de que trata a Lei nº 4 619/65, isto é, à propositura de Ação Regressiva.

É o entendimento que julgo de maior cautela, apesar da obrigação do Estado de reparar, conforme a teoria da responsabilidade civil objetiva, consagrada pela Lei Maior

(art. 107), isto é, há de anteceder o pagamento pelos danos causados pelos agentes da Administração Pública uma cuidadosa análise, através de processo próprio, dos atos e fatos que motivaram o evento.

À consideração de Vossa Excelência, em 13 de dezembro de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

PROCESSO Nº 805040/78
INTERESSADO : Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
ASSUNTO : Contratação de pessoal

EMENTA- Contratações de pessoal a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978.

Senhor 1º Subprocurador-Geral:

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, Coronel ANTÔNIO SOLLERO, formula consulta no sentido da legalidade, ou não, da contratação de pessoal especializado e de duas telefonistas para a corporação, face à Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978.

2. Distribuído à 1ª SPRG, em 6 de dezembro corrente, determina V.Sª a audiência desta Assessoria.

É o relatório.

1. Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, as contratações previstas no Ato Complementar nº 52, de 2 de maio de 1969, não podem se realizar.

2. Logo, o caminho a seguir, após o dia 1º de janeiro de 1979, no tocante a contratações ou admissões de pessoal, é o indicado no artigo 25 da Lei nº 4.545, de 20 dezembro de 1964, in verbis:

> "Art. 25. A seleção de pessoal para ingresso nos quadros da Prefeitura e das entidades por ela jurisdicionada só poderá ser feita mediante concurso público.
>
> § 1º O Prefeito e os dirigentes de órgãos da Administração indireta poderão admitir pessoal mediante contrato para funções altamente especializadas ou de natureza braçal.
>
> § 2º Os contratos a que se refere o parágrafo anterior serão feitos na conformidade da Consolidação das Leis do Trabalho." (GRIFEI)

3. Assim, concluo pela impossibilidade do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal admitir "pessoal especializado para os diversos setores, bem como duas telefonistas para o sistema de PABX...". Mesmo porque, dentro de 18 dias a Emenda Constitucional nº 11/78 entra em vigor.

Sub censura

Brasília, em 12 de dezembro de 1978.

EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO
Assessor do 1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

Processo 805040/78
Interessado Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
Assunto consulta sobre a possibilidade de admissão de pessoal especializado.

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral,

Encaminho a V.Exa. o pronunciamento de fls. 04/07, do ilustre Assessor, Dr. Eugênio da Rocha Fragoso, versando sobre a contratação de pessoal especializado, a partir de 1º de janeiro de 1979, pelo CBDF.

A conclusão é pela necessidade da realização de concurso, sendo aconselhável o entendimento do órgão com a SEA, para fins de equacionar a medida administrativa adequada.

À consideração de V.Exa.

Brasília, 15 de dezembro de 1978

Júlio César Santos
1º Subprocurador Geral-DF

Senhor Governador:

Aprovo o pronunciamento do Assessor Doutor EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO (fls. 4/5), na forma placitada pelo Ilmº Sr. doutor 1º Subprocurador Geral (fls. 06).

Efetivamente, a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, não mais poderão ser efetuadas admissões de pessoal com fundamento no Ato Complementar nº 52, de 2 de maio de 1969.

Permito-me recordar que após o dia 1º de janeiro de 1979, o ingresso no serviço do Distrito Federal só poderá ser promovido com a observância do disposto no art. 25 , §§ 1º e 2º, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, ou seja mediante concurso público.

Ao emitir o Parecer nº 05/74, ainda no exercício do cargo de 1º Subprocurador Geral do Distrito Federal, versando sobre a renovação de contrato de serviços profissionais, concluí pela impossibilidade legal do pretendido, face à proibição estatuída na Lei nº 5 995, de 18 de dezembro de 1973 (art. 5º), de "*contratação ou prorrogação de serviços com terceiros, a qualquer título e sob qualquer forma...*".

À superior consideração de Vossa Excelência, em 20 de dezembro de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONTRATO DE EMPREITADA, POR PREÇO GLOBAL CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, E A FIRMA ITEBRA-INSTALAÇÕES TÉCNICAS BRASÍLIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NO CENTRO EDUCACIONAL ELEFANTE BRANCO-BRASÍLIA DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de DEZEMBRO do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete do Palácio do Buriti, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Engenheiro ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso da competência que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e pelo Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura e do outro a firma ITEBRA-INSTALAÇÕES TÉCNICAS BRASÍLIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, sediada em Brasília na Q. 506 - Bl. "D" - Salas 213 a 215, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00367185/0001-77, doravante denominada simplesmente EMPREITEIRA, no ato representada por ANTONIOS DIONYSSIOS KLAVDIANOS KOUNELOS, grego, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 073.398, RE-3.475/DF, expedida pelo PE/SRE, em Brasília-DF, e CIC nº 003171601-68, residente e domiciliado nesta Capital, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 03/78-ACSNB, cujo Edital, Projeto, Especificações e Proposta da Firma vencedora, passam a integrar este ajuste, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento obriga-se a EMPREITEIRA a executar para o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura sob o regime de Empreitada por Preço Global, os serviços de reforma e recuperação das instalações elétricas no Centro Educacional Elefante Branco, tudo conforme Projeto e Especificações. PARÁGRAFO ÚNICO - As obras objeto do presente ajuste serão executadas na conformidade do disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140 de 09 de novembro de 1973, Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850 de 17 de novembro de 1971, Normas Técnicas (ABNT), Decreto nº 52.147, de 25 de junho de 1963, Código de Edificações do Plano Piloto, bem como das Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA SEGUNDA - Importa o presente Contrato em Cr$. 1.273.279,05 (hum milhão, duzentos e setenta e três mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e cinco centavos), valor este que se entende desde logo fixo e irreajustável, salvo o disposto no Capítulo XI, item I da Tomada de Preços nº 03/78-ACSNB. PARÁGRAFO ÚNICO- Os recursos mencionados nesta cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6488, de 06 de dezembro de 1977, correndo a despesa à conta do ELEMENTO: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS, Projeto-SEC 1.079 - Reparo e Adaptação de Prédios Escolares de 2º Grau, conforme Nota de Empenho nº 408/78-SEC, no valor de Cr$. 1.108.807,15 (hum milhão cento e oito mil, oitocentos e sete cruzeiros e quinze centavos), e ELEMENTO: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS, Projeto nº 1.152-SEC, Construção, Ampliação, Transformação e Adaptação da Rede de Ensino de 2º Grau, conforme Nota de Empenho nº 409/78-SEC, no valor de Cr$. 164.471,90 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e um cruzeiros e noventa centavos), emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA TERCEIRA-A importância mencionada na Cláusula anterior será paga à EMPREITEIRA pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, de acordo com o cronograma Físico-Financeiro das obras, aprovado pela Secretaria de Educação e Cultura, no término de cada etapa, em parcelas, mediante a apresentação de faturas, devidamente atestada pelo executor deste contrato, conforme estipulam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. PARÁGRAFO ÚNICO-De cada uma das parcelas será retido, no ato do pagamento 5%(cinco por cento) do seu valor, a título de reforço de caução. CLÁUSULA QUARTA-A CONTRATADA obriga-se a fazer prova no ato da assinatura do contrato de recolhimento de caução no valor de 1%(um por cento) sobre o valor do mesmo. PARÁGRAFO PRIMEIRO-Os valores caucionados serão devolvidos mediante requerimento da EMPREITEIRA após o recebimento provisório da obra, dos valores relativos aos reforços de caução e após o recebimento definitivo da obra do valor correspondente à caução inicial. PARÁGRAFO SEGUNDO-Os valores recolhidos em caução reverterão aos cofres do DISTRITO FEDERAL, quando ocorrer uma das hipóteses previstas para rescisão do contrato. PARÁGRAFO TERCEIRO-A soma das retenções relativas à caução inicial e seus reforços não vencerá juros. CLÁUSULA QUINTA - Impenderá a EMPREITEIRA o pagamento de todo material necessário a execução dos serviços, objeto deste ajuste, salários e seus complementos, tributos, responsabilidade civil por quaisquer danos causados ao DISTRITO FEDERAL e a terceiros, encargos sociais, enfim, toda e qualquer despesa necessária ao fiel cumprimento das obrigações assumidas. PARÁGRAFO ÚNICO - A EMPREITEIRA designará em caráter permanente, um Engenheiro legalmente habilitado para dirigir a execução das obras, bem como um Encarregado Geral e auxiliares de comprovada competência profissional. CLÁUSULA SEXTA - O prazo para conclusão dos serviços é de 90(noventa) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA SÉTIMA - O recebimento provisório das obras dar-se-á a requerimento da EMPREITEIRA, no término dos serviços por comissão, para tal fim designada pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, tornando-se definitivo até 60(sessenta) dias após, sem prejuízo do disposto no art. 1245, do Código Civil, bem como do estabelecido no Capítulo XXII da Tomada de Preços nº 03/78-ACSNB. CLÁUSULA OITAVA -Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar-se-á a EMPREITEIRA às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850 de 17 de novembro de 1971, além das previstas no Capítulo XXI da Tomada de Preços nº 03/78-ACSNB. PARÁGRAFO ÚNICO - A EMPREITEIRA terá o prazo de 05(cinco) dias úteis contados da data da convocação para assinatura do contrato, sob pena, de incorrer na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato. CLÁUSULA NONA - Operar-se-á de pleno direito a rescisão automática deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula anterior, quando ocorrerem: a) falência ou dissolução da EMPREITEIRA; b) transferência, no todo ou em parte, do objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL; c) não cumprimento, pela EMPREITEIRA, das obrigações estipuladas na Tomada de Preços nº 03/78-ACSNB. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ocorrendo a rescisão prevista nesta cláusula as instalações e equipamentos pertencentes ao DISTRITO FEDERAL, e que integram o Canteiro de Obras serão entregues pela EMPREITEIRA, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, garantindo a continuidade dos serviços, podendo, também o DISTRITO FEDERAL, imitir-se liminarmente da posse dos mesmos. PARÁGRAFO SEGUNDO- Este Contrato poderá, também, ser rescindido, por mútuo acordo de vontades dos contratantes. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. PARÁGRAFO ÚNICO - A supervisão Técnica dos serviços a serem executados caberá à Secretaria de Viação e Obras, nos termos estipulados pelas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, decorrentes do presente contrato serão cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da EMPREITEIRA, expirando-se após o total cumprimento das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
ELMO SEREJO FARIAS

(as.) _____
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO

PELA EMPREITEIRA (as.) _____
ANTONIOS DIONYSSIOS KLAVDIANOS KOUNELOS

TESTEMUNHAS (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

(as.) _____
ELISEU FERREIPA DA COSTA

VISTO
Em, 28/12/78

JÓSÉ DE LOURDES BRANDÃO
DF/SJu/013 1º Subprocurador-Geral do DF.
Substituto

(DAR de 28-12-78 de Cr$1.650,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL, E A FIRMA TRANSPORTES GERAIS BOTAFOGO LTDA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARGA URBANA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 27 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Procuradoria Geral, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Procurador Geral do Distrito Federal, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 057673/78, e do outro, a Firma TRANSPORTES GERAIS BOTAFOGO LTDA, estabelecida em Brasília, Distrito Federal, à CRS-512, Bl. "A", entrada 21, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00072447/0001-76, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, no ato representada por ANTONIO ISAIAS DA SILVA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 042254651-87, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Sócio - Diretor Administrativo da CONTRATADA, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 83/78-CL-SEA, cujo Edital, seu Anexo Único e Proposta da Firma vencedora passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento obriga-se a CONTRATADA a prestar para o DISTRITO FEDERAL, através da Procuradoria Geral, os serviços de transportes de mobiliário e carga urbana, compreendendo os 06 (seis) itens que compõem o Anexo Único constante de fls. 09 do processo mencionado no preâmbulo. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor do presente contrato é de Cr$. 197.100,00 (cento e noventa e sete mil, cem cruzeiros) valor este que se entende, desde já fixo e irreajustável, sob qualquer hipótese. PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos mencionados nesta Cláusula são procedendentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício, Lei nº 6.488 de 06 de dezembro de 1977, correndo a despesa à conta do Elemento: 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 070 /78 PRG, emitida pela Procuradoria Geral. CLÁUSULA TERCEIRA - A importância mencionada na Cláusula anterior será paga à CONTRATADA pelo Distrito Federal, através da Procuradoria Geral, após a prestação integral dos serviços objeto deste contrato, mediante a apresentação de uma única fatura, devidamente atestada pelo executor deste ajuste, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento a que se refere esta cláusula somente poderá ser efetuado se a CONTRATADA estiver em dia com as obrigações, objeto deste ajuste, bem como tiver pago quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual. CLÁUSULA QUARTA - Impenderá a CONTRATADA todas as despesas relacionadas a mão-de-obra especializada ou não, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos e demais tributos, materiais, embalagens, desembalagens, desmontagens e montagens de móveis, transportes e administração, enfim tudo o que se fizer necessário ao fiel cumprimento das obrigações constantes da Cláusula Primeira deste Termo. CLÁUSULA QUINTA - O prazo fixado para execução dos serviços objeto deste ajuste, é de 10(dez) dias, contados a partir da data da publicação do contrato, conforme prevê o item 02, do Anexo Único, do Edital nº 83/78-CL-SEA. CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA obriga-se: a) responder pela qualidade, perfeição e segurança dos serviços previstos na Cláusula Primeira; b) arcar com ônus e responder por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, bem como pelos acidentes causados a terceiros; c) responsabilizar-se por qualquer dano que, em decorrência de seu serviço, possa ocorrer com as peças a serem transportadas; d) utilizar embalagens próprias para transportes de Livros e Pastas de arquivos; e) promover a montagem e desmontagem de estantes da Biblioteca e Almoxarifado. CLÁUSULA SÉTIMA - Pela inadimplência de qualquer das cláusulas integrantes deste ajuste, sujeitar-se-á a CONTRATADA às seguintes sanções a) multa de 0,3%(três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo(30º)dia de atraso, sobre o valor da prestação do serviço não efetivado, quando deixar de cumprir no prazo estabelecido, a obrigação assumida; b)multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor da prestação do serviço não realizado se a CONTRATADA recusar-se a cumprir o que foi proposto no objeto deste contrato: c) suspensão do direito de licitar com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, pelo prazo de 03(três) a 06 (seis) meses e por maiores prazos quando a CONTRATADA incorrer nos casos previstos no art. 59 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971; d) quando a prestação do serviços não for entregue e aceita após o vencimento do prazo estipulado, a suspensão será automática e perdurará até que seja feita a entrega do serviço, sem prejuízo de outras penalidades previstas em Lei e no Edital nº 83/78-CL-SEA; e) declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA, sem justa causa, aceita pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da Administração. PARÁGRAFO ÚNICO - Será considerada como recusa formal a não prestação do serviço após decorridos 30 (trinta) dias do vencimento do prazo estabelecido na Cláusula Quinta deste instrumento, desde que não haja justificativa prévia e aceita pelo Distrito Federal, através da Procuradoria Geral. CLÁUSULA OITAVA- Operar-se-á de pleno direito a rescisão automática deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula anterior, quando ocorrerem: a) falência ou dissolução da CONTRATADA; b) transferência no todo ou em parte do objeto deste contrato, sem a prévia anuência do Distrito Federal; c) recusar-se a executar os serviços constantes do objeto deste instrumento. CLÁUSULA NONA - O DISTRITO FEDERAL, através da Procuradoria Geral designará um executor para o presente ajuste ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA - Os débitos para com o Distrito Federal, decorrentes do presente contrato, serão inscritos na Dívida Atica e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente ajuste, entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da CONTRATADA, expirando-se 30 (trinta) dias após o término do prazo estabelecido para a conclusão do serviço. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

PELA CONTRATADA (as.) _____
ANTONIO ISAIAS DA SILVA

TESTEMUNHAS (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

(as.) _____
JOSE MOREIRA DA SILVA

VISTO
Em. 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF -
Substituto

(DAR de 28-12-78 de Cr$1.465,00)

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE SUPLEMENTAR RECURSOS E PRORROGAR O PRAZO, DO CONVÊNIO CELEBRADO EM 13 DE FEVEREIRO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL-CODEPLAN, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA, CONSULTORIA, PESQUISAS, ORGANIZAÇÃO E ENGENHARIA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria do Governo, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário do Governo, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 805043/78 e do outro a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTAL, Empresa Pública, com sede na Av.W/3-Norte-Q.511-lotes 3 e 4 -Bl. "A"-Brasília-Distrito Federal,inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00046060/0001,doravante denominada simplesmente CODEPLAN,neste ato representada por seu Superintendente LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO,e por seu Diretor de Planejamento SERGIO GARCIA PARENTE,brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital,resolvem firmar o presente Termo de Aditamento, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA- Através do presente instrumento fica aditado, com fim de suplementar recursos e prorrogar o prazo, o Convênio firmado em 13 de fevereiro de 1978, entre o Distrito Federal e a CODEPLAN, lavrado às fls. 010/012 do Livro nº 06 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal,publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 38 de 24 de fevereiro de 1978, que tem por finalidade a realização pela CODEPLAN, para o Distrito Federal, através da Secretaria do Governo de Estudos e Pesquisas nas Áreas de Planejamento e Desenvolvimento, bem como a Execução de Pesquisas Socio-Econômicas,Trabalhos de Organização Administrativa e Contábil, Projetos Econômicos, Assistência Técnica, Consultoria e Processamento de Dados. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estipulado na Cláusula Terceira do Convênio Principal, será suplementado com a importância de Cr$. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), perfazendo assim um total de Cr$. 9.500.000,00 (nove milhões, quinhentos mil cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para fazer face a suplementação prevista nesta Cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício Lei nº 6.488 de 06 de dezembro de 1977, correndo a conta do Subelemento 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, alocada ao Projeto-1.003 -Celebração de Acordos Contratos e Convênios-Função-03 Administração e Planejamento-Programa-07-Administração-Subprograma - 021 - Administração Geral,conforme Nota de Empenho nº 084 /78-SEG, no valor de Cr$. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), emitida pela Secretaria do Governo. CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo previsto na Cláusula Sétima do Convênio Principal celebrado em 13 de fevereiro de 1978 fica prorrogado, até 28 de fevereiro de 1979. CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas do Contrato Principal, mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do Distrito Federal. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília,Distrito Federal , para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento . E,estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07(sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

PELA CODEPLAN (as.) _____
LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO

(as.) _____
SERGIO GARCIA PARENTE

TESTEMUNHAS (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO (as.) _____
Em 28.12.78 ELZA FERREIRA DE MELO
JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF,
Substituto

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE SUPLEMENTAR RECURSOS AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 08 DE MARÇO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL -NOVACAP, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO NÚCLEO BANDEIRANTE-DF, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Engenheiro ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, e por JOÃO DUARTE MOREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, e do outro a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor-Superintendente, Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade da Lei nº 5861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos, "ad referendum", da Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas. CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, fica aditado, com o fim de suplementar recursos, o convênio celebrado em 08 de março de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 012/14, do Livro nº 07/78, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando a execução dos serviços de pavimentação asfáltica, recapeamento asfáltico e implantação de galerias de águas pluviais do Núcleo Bandeirante, em Brasília, Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estipulado na Cláusula Terceira do convênio firmado entre as partes, em 08 de março de 1978 será suplementado com a importância de Cr$... 256.970,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA CRUZEIROS) para perfazer o total de Cr$ 4.272.970,00 (QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA CRUZEIROS), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício-Lei nº 6488 de 06 de dezembro de 1977, correndo a despesa à conta do Elemento: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS - Subelemento: 4.1.1.03 - PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DAS OBRAS, conforme Nota de Empenho nº 55/78-ACSNB, no valor de Cr$ 256.970,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA CRUZEIROS), emitida pela Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas e condições do convênio principal firmado entre as partes em 08 de março de 1978. CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília. Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvi

das relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
ELMO SEREJO FARIAS

(as.) _____
JOÃO DUARTE MOREIRA

PELA NOVACAP : (as.) _____
MAURO DE ALENCAR FECURY

TESTEMUNHAS : (as.) _____
ELISEU FERREIRA DA COSTA

(as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF.
Substituto

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 28 DE AGOSTO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, E A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DO PROJETO DE APOIO ÀS ENTIDADES SOCIAIS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Serviços Sociais, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, brasileiro, casado, Major-EB, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Sociais, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, nº Processo nº 024.448/78, e do outro, a FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, com sede em Brasília, Distrito Federal, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, no ato representada por seu Diretor-Presidente, NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pela Resolução nº 67/78 do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO, resolvem firmar o presente Termo de Prorrogação, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica prorrogado o convênio celebrado em 28 de agosto de 1978, entre o Distrito Federal e a Fundação, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 29 de agosto de 1978, objetivando a execução do projeto de Apoio às entidades sociais, em Brasília-Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo estipulado na Cláusula Décima Primeiro do convênio firmado em 28 de agosto de 1978, fica prorrogado até 30 de maio de 1979. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas e condições do instrumento original, citado na Cláusula Primeira deste Termo. CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da FUNDAÇÃO, expirando-se em 30 de maio de 1979. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL :(as.)
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

PELA FUNDAÇÃO :(as.)
NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES

TESTEMUNHAS :(as.)
ELSI SILVA

(as.)
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF:
Substituto

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 30 DE JUNHO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, E A FUNDAÇÃO DO SEPVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA, ÀS DIVERSAS ENTIDADES SOCIAIS, EM BPASÍLIA - DISTRITO FEDERAL, PROJETO-"APOIO AS ENTIDADES SOCIAIS", NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Serviços Sociais, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, brasileiro, casado, Major-EB, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Sociais, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 024.449/78, e do outro, a FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, com sede em Brasília, Distrito Federal, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, no ato representada por seu Diretor-Presidente, NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado através da Resolução nº 68/78 do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO, resolvem firmar o presente Termo de Prorrogação, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica prorrogado o convênio celebrado em 30 de junho de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, objetivando a prestação de assistência técnica e financeira, as diversas entidades sociais em Brasília-Distrito Federal, projeto "Apoio às Entidades Sociais", lavrado às fls. 136/138, do Livro nº 10/78, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo estipulado na Cláusula Décima Segunda do convênio firmado em 30 de junho de 1978, fica prorrogado até 30 de maio de 1979. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas e condições do instrumento original, citado na cláusula primeira deste termo. CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal às expensas da FUNDAÇÃO, expirando-se em 30 de maio de 1979. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente intrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL : (as.)
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

PELA FUNDAÇÃO : (as.)
NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES

TESTEMUNHAS (as.)
ELSI SILVA

(as.)
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF.
Substituto

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO, DO CONVÊNIO CELEBRADO EM 04 DE JULHO DE 1978, ATRAVÉS DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DAQUELE INSTITUTO, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Engenheiro ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, por JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Fiscal de Tributos Federais, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Administração, pelo Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e por JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA, brasileiro, casado, Fiscal de Tributos Federais, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS(IDR), e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada pelo seu Diretor Superintendente Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais da NOVACAP, e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1.391a. e 1.275a. Sessões, realizadas em 01 e 05 de dezembro de 1978, respectivamente, resolvem firmar o presente termo de prorrogação do convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, fica prorrogado o Convênio firmado em 04 de julho de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL, através do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, publicado no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, de 05 de julho de 1978, aditado em 20 de setembro de 1978, publicado no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL de 28 de setembro de 1978, regulando a administração das obras de ampliação do Edifício Sede daquele Instituto, em Brasília-Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo estabelecido na Cláusula Décima Quarta do instrumento principal, celebrado em 04 de julho de 1978, fica prorrogado até 30 de junho de 1979. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas, no que couber, as demais cláusulas do convênio principal celebrado entre as mesmas partes em 04 de julho de 1978, e do Termo de Aditamento firmado em 20 de setembro de 1978. CLÁUSULA QUARTA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
ELMO SEREJO FARIAS

(as.) _____
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

(as.) _____
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

(as.) _____
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

PELA NOVACAP : (as.) _____
MAURO DE ALENCAR FECURY

TESTEMUNHAS : (as.) _____
DOMINGO AZEVEDO DOS SANTOS

(as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
DF/SJu/513 1º Subprocurador-Geral do Df.
Substituto

15.000 - 01/78

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, E A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO A ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA, PELA SEGUNDA, DO CONVÊNIO SUDECO / 153/78, FIRMADO EM 11 DE DEZEMBRO DE 1978.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Serviços Sociais, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo MAJOR MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Sociais, conforme delegação de competência, expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 019.910/78, e, do outro, a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o n00040063/0001-71, com sede no Setor Comercial Sul, Edifício Bandeirantes, 5º e 6º andares, nesta Capital, no ato representada por seu Diretor Presidente, NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme autorização do Conselho Deliberativo da Entidade, em sua Sessão nº 516a. de 24 de outubro de 1978, através da Resolução nº 61/78, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio objetiva a administração técnica e financeira do Convênio SUDECO/DF, nº 153/78, celebrado entre as partes em 11 de dezembro de 1978, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal de 06 de dezembro de 1978, e DIÁRIO OFICIAL da União de 15 de dezembro de 1978. PARÁGRAFO ÚNICO O convênio SUDECO/DF, nº 153/78, referenciado nesta cláusula, objetiva a execução, pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Sociais, do Subprograma de Ação sobre Migrações Internas do Distrito Federal, cujo projeto lhe é parte integrante como se nele transcrito fosse. CLÁUSULA SEGUNDA - O cumprimento do presente ajuste, será disciplinado através de Ordens de Serviço, emanadas do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Sociais e consubstanciadas na Cláusula Segunda, item II, do CONVÊNIO/SUDECO/DF, nº 153/78. CLÁUSULA TERCEIRA - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da FUNDAÇÃO, expirando-se juntamente com o CONVÊNIO/SUDECO/DF, nº 153/78. CLÁUSULA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL : (as.) _____
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

PELA FUNDAÇÃO : (as.) _____
NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES

TESTEMUNHAS : (as.) _____
ELISEU FERREIRA DA COSTA

(as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF.
Substituto

PRIMEIRO TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO EM 15 DE MARÇO DE 1978, ENTRE A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO ASSEGURAR O PROSSEGUIMENTO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO "PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON SEREJO FARIAS" , NA FORMA ABAIXO.

Aos 06 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes de um lado a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA, doravante denominada simplesmente TERRACAP, representada por seu Diretor Superintendente, ARMANDO COLAVOLPE, e por seu Diretor Comercial, NID DUTRA D'AMORIM, ambos brasileiros, casados, engenheiros, residentes e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861 de 12 de dezembro de 1972, e autorizações da Diretoria e Conselho de Administração da Empresa em suas 391a. e 398a. Sessões, realizadas em 15 e 21 de setembro de 1978, e do outro a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, neste ato representada por seu Diretor Superintendente MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, consoante o disposto na Lei nº 5.861 de 12 de dezembro de 1972, Estatutos Sociais vigentes e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração, em suas 1.382a e 1.260a. Sessões, realizadas em 17 de outubro de 1978, tendo como interveniente o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, no uso da competência que lhe confere o artigo 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e pelo Secretário de Viação e Obras, JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Renovação, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica renovado o convênio celebrado entre as mesmas partes, em 15 de março de 1978, lavrado às fls. 074/77 do Livro nº 07/78 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal de 05 de abril de 1978, aditado em 04 de julho de 1978, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal de 05 de julho de 1978, objetivando a execução, pela NOVACAP, de obras de infra-estrutura e urbanização do PARQUE RECREATIVO ROGÉRIO PITHON SEREJO FARIAS, nesta Capital. CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme determina o Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Primeiro Termo de Aditamento, celebrado em 04 de julho de 1978, a importância de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) que completa a quantia de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) será empenhada com recursos procedentes do Orçamento da TERRACAP, para o exercício de 1978, correndo a despesa à conta do Elemento: 4.1.1.0 - Obras Públicas, Projeto 1.07 - Execução de Obras e Serviços de Urbanização no Distrito Federal, conforme Nota de Empenho nº 1.330/78, emitida pela TERRACAP. CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência, estabelecido na Cláusula Décima Quinta do Convênio Principal, celebrado entre as partes em 15 de março de 1978, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1978. CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas, no que couber, as demais cláusulas do Convênio Principal e do Primeiro Termo de Aditamento mencionados na Cláusula Primeira deste Termo. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELA TERRACAP (as.) _____
ARMANDO COLAVOLPE

(as.) _____
NID DUTRA D'AMORIM

PELA NOVACAP (as.) _____
MAURO DE ALENCAR FECURY

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
ELMO SEREJO FARIAS

(as.) _____
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

TESTEMUNHAS (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

(as.) _____
ELIZEU FERREIRA DA COSTA

(as.) _____
MARIA APARECIDA XAVIER

(as.) _____
WILLIAN ALVES BATISTA

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF.
Substituto

DF/SJU/313 15.000 - 01/7

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 25 DE ABRIL 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS, E A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROJETO "TREINAMENTO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL" SUBPROJETO "TREINAMENTO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL", NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Serviços Sociais, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, brasileiro, casado, Major-EB, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Sociais, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 024.535/78, e do outro, a FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, com sede em Brasília, Distrito Federal, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, no ato representada por seu Diretor Presidente, NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado através da Resolução nº 69/78 do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO, resolvem firmar o presente Termo de Prorrogação mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica prorrogado o Convênio celebrado em 25 de abril de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a

FUNDAÇÃO, objetivando a execução do Projeto "Treinamento e Encaminhamento Profissional" que é um desdobramento do Projeto 1.097 da Secretaria de Serviços Sociais, tendo por objetivo geral "Oportunizar à população carente do Distrito Federal, meios de desenvolver suas potencialidades a fim de elevar a sua condição de vida e engajá-la como força produtiva na estrutura urbana do Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo estipulado na Cláusula Décima do convênio firmado em 25 de abril de 1978, fica prorrogado até 31 de maio de 1979. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas e condições do instrumento original, citado na cláusula Primeira deste Termo. CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal às expensas da FUNDAÇÃO, expirando-se em 31 de maio de 1979. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

PELA FUNDAÇÃO (as.) _____
NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES

TESTEMUNHAS (as.) _____
ONDINA MENDES CAMPOS DE MORAES

(as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do Df.
Substituto

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE SUPLEMENTAR RECURSOS E PRORROGAR O PRAZO, DO CONVÊNIO CELEBRADO EM 13 DE FEVEREIRO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL-CODEPLAN, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA, CONSULTORIA, PESQUISAS, ORGANIZAÇÃO E ENGENHARIA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria do Governo, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário do Governo, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 805043/78 e do outro a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTAL, Empresa Pública, com sede na Av.W/3-Norte-Q.511-lotes 3 e 4 -Bl. "A"-Brasília-Distrito Federal,inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00046060/0001,doravante denominada simplesmente CODEPLAN,neste ato representada por seu Superintendente LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO,e por seu Diretor de Planejamento SERGIO GARCIA PARENTE,brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital,resolvem firmar o presente Termo de Aditamento, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA- Através do presente instrumento fica aditado, com fim de suplementar recursos e prorrogar o prazo, o Convênio firmado em 13 de fevereiro de 1978, entre o Distrito Federal e a CODEPLAN, lavrado às fls. 010/012 do Livro nº 06 de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal,publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 38 de 24 de fevereiro de 1978, que tem por finalidade a realização pela CODEPLAN, para o Distrito Federal, através da Secretaria do Governo de Estudos e Pesquisas nas Áreas de Planejamento e Desenvolvimento, bem como a Execução de Pesquisas Socio-Econômicas,Trabalhos de Organização Administrativa e Contábil, Projetos Econômicos, Assistência Técnica, Consultoria e Processamento de Dados. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estipulado na Cláusula Terceira do Convênio Principal, será suplementado com a importância de Cr$. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), perfazendo assim um total de Cr$. 9.500.000,00 (nove milhões, quinhentos mil cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para fazer face a suplementação prevista nesta Cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício Lei nº 6.488 de 06 de dezembro de 1977, correndo a conta do Subelemento 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, alocada ao Projeto-1.003 -Celebração de Acordos Contratos e Convênios-Função-03 Administração e Planejamento-Programa-07-Administração-Subprograma - 021 - Administração Geral,conforme Nota de Empenho nº 084 /78-SEG, no valor de Cr$. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), emitida pela Secretaria do Governo. CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo previsto na Cláusula Sétima do Convênio Principal celebrado em 13 de fevereiro de 1978 fica prorrogado, até 28 de fevereiro de 1979. CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas do Contrato Principal, mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do Distrito Federal. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília,Distrito Federal , para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento . E,estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07(sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

PELA CODEPLAN (as.) _____
LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO

(as.) _____
SERGIO GARCIA PARENTE

TESTEMUNHAS (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

(as.) _____
ELZA FERREIRA DE MELO

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do Df.
Substituto

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS, O INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, OBJETIVANDO REGULAR A EXECUÇÃO, PELA NOVACAP, DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NA QUADRA 02 DO SETOR DE AUTARQUIAS SUL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, item XII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, e por JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qua-

lidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, o INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, doravante denominado simplesmente INPI, no ato representado por seu Presidente, UBIRAJARA QUARANTA CABRAL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e ainda, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - Empresa Pública, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, em Brasília - Distrito Federal, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5861, de 12 de dezembro de 1972, Estatutos Sociais vigentes e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1.371a. e 1.248a. sessões, realizadas em 30 de agosto de 1978, resolvem firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras e o INPI, incumbem a NOVACAP da execução dos serviços de redes de águas pluviais, bem como todas as obras complementares dos serviços objeto deste ajuste. CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os atos necessários a execução das obras, mencionadas na Cláusula anterior, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras e o INPI, à NOVACAP, a qual poderá, para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, realizar e aprovar licitações, nos termos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73140 de 09 de novembro de 1973, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidas a Legislação e Normas vigentes na NOVACAP. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor fixado para o presente Convênio é de Cr$..... 1.079.338,90 (hum milhão, setenta e nove mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros e noventa centavos). PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta cláusula é proveniente de: a) 50% (cinquenta por cento), correspondente a Cr$ 539.669,45 (quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos), do Convênio firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, em 22 de fevereiro de 1978, objetivando a execução dos serviços de implantação de vias e obras complementares de urbanização em Brasília- Distrito Federal, no valor de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) e os restantes Cr$ 539.669,45 (quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos), do Orçamento do INPI, correndo a despesa à conta do ELEMENTO: 3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, conforme Nota de Empenho nº 1176/78, emitida pelo INPI, no valor acima citado. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO através da Secretaria de Finanças, entregará à NOVACAP, a importância de Cr$ 539.669,45 (quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos) em parcelas, de acordo com o cronograma Físico-Financeiro das obras, aprovado pela Secretaria de Viação e Obras e mediante apresentação de faturas, devidamente atestada pelo executor deste convênio. PARÁGRAFO ÚNICO - O INPI, por sua vez, entregará à NOVACAP, a quantia de Cr$ 539.669,45 (quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos), mencionada na cláusula anterior, numa só parcela bcr/
mediante a apresentação de fatura, no término dos serviços, que deverá ocorrer até 90 (noventa) dias após a data da publicação deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em conta corrente a ser aberta no Banco Regional de Brasília S/A,vinculada aos fins estipulados no presente Convênio. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL, bem como o INPI, pagarão à NOVACAP, pela execução das obras, Taxa de Administração de 10% (dez por cento) calculada sobre o custo dos serviços efetivamente realizados, importância esta já incluída no valor do Convênio. CLÁUSULA SETIMA - Os serviços objeto do presente Convênio serão precedidos de Projetos e Orçamento de Custo elaborados pela NOVACAP, que serão aprovados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, e pelo INPI, e só terão início após expedição da respectiva Ordem de Serviço, pelo Departamento de Programação e Controle de Obras da Secretaria em referência. CLÁUSULA OITAVA - A NOVACAP fica dispensada do recolhimento de Caução para garantia da boa execução dos serviços, nos termos do Artigo 135, do Decreto Lei nº 200/67. CLÁUSULA NONA A NOVACAP prestará conta ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, mensalmente das importâncias que lhes forem entregues, fazendo constar nos respectivos extratos o número da Ordem de Serviços expedida pela Secretaria acima mencionada. CLÁUSULA DÉCIMA - Para cumprimento do disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes, fica o Departamento de Programação e Controle de Obras da Secretaria de Viação e Obras designado EXECUTOR deste Convênio, podendo requisitar à NOVACAP todos elementos que considerar necessários à execução de suas tarefas, bem como o INPI nomeará o seu executor, que trocará correspondência com o representante do DISTRITO FEDERAL. PARÁGRAFO ÚNICO - Os executores referidos nesta cláusula deverão ser nomeados logo após a publicação deste ajuste, que representarão os convenentes, em qualquer medida necessária a execução deste Convênio. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP, bem como será publicado no DIÁRIO OFICIAL da União, expirando-se em 31 de dezembro de 1978.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Convênio poderá ser renovado, prorrogado, alterado ou rescindido,por mútuo consentimento dos convenentes,através de Termo Aditivo . CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL : (as.)_____
ELMO SEREJO FARIAS

(as.)_____
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

PELO INPI : (as.)_____
UBIRAJARA QUARANTA CABRAL

PELA NOVACAP : (as.)_____
MAURO DE ALENCAR FECURY

TESTEMUNHAS : (as.)_____
WILLIAN ALVES BATISTA

(as.)_____
DOMINGOS RAMOS CAMELO

MV/jos.

VISTO:
Em, 28/12/78

JOSÉ de LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador- Geral do Df.
Substituto

PRIMEIRO ADITIVO, COM O FIM DE ALTERAR CLÁUSULAS DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO BOX Nº 1.12, DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, CELEBRADO EM 30 DE AGOSTO DE 1977, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA PASTELARIA VIÇOSA LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por JOSÉ ROBERTO ARRUDA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente, autorizado pelo art. 29, inciso II, do Decreto nº 1.765, de 05 de agosto

de 1971, bem como delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 325.418/77, e do outro, a firma PASTELARIA VIÇOSA LTDA, aqui representada por SEBASTIÃO GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CIC-002372801-91, residente e domiciliado nesta Capital, doravante' denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00052274/0004-77, resolvem firmar o presente ajuste na conformidade do art. 24 da Lei nº 4545 de 10 de dezembro de 1964, objetivando alterar a área do BOX nº 1.12, bem como as cláusulas Primeira, Terceira e Quinta, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica alterado o Termo de Permissão de Uso do Box nº 1.12, com área de 10,70m2(dez metros e setenta centímetros quadrados) na Plataforma Inferior, Setor Oeste da Estação Rodoviária de ' Brasília, celebrado em 30 de agosto de 1977, entre o DISTRITO ' FEDERAL e a Firma PASTELARIA VIÇOSA LTDA, lavrado às fls. 187 / 191, do Livro nº 01/77 Outros Termos, da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, de 12 de setembro de 1977. CLÁUSULA SEGUNDA - A área de 10,70m2(dez metros e setenta centímetros quadrados) objeto do Termo de Permissão de Uso mencionado na cláusula anterior, passa a ser de 40,00m2 (quarenta metros quadrados). CLÁUSULA TERCEIRA - A cláusula Primeira do instrumento principal, mencionado na cláusula Primeira deste ajuste, passa a ter a seguinte redação."CLÁUSULA PRIMEIRA- A área denominada BOX nº 1.12,objeto' desta Prmissão de Uso, será destinada exclusivamente ao comércio' de Pastelaria, refrescos em geral, padaria, gêneros alimentícios, lanchonete e demais artigos do ramo.CLÁUSULA QUARTA - A cláusula Terceira do instrumento principal, mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste, passa a ter a seguinte redação:"CLÁUSULA TERCEIRA- A PERMISSIONÁRIA pagará ao DISTRITO FEDERAL, mensalmente, a partir da vigência deste Termo, a importância de Cr$.6.444,00(seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros), a título de Taxa de Ocupação conforme critério estabelecido na Portaria nº 107/76 ' de 30 de dezembro de 1976, do Secretário de Serviços Públicos.' PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da Taxa de Ocupação será reajustável na conformidade do critério estabelecido na Lei nº 6.205 de ' 29 de abril de 1975 legislação complementar e acompanhará as alterações que porventura venham ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA QUINTA - A cláusula Quinta do Termo Principal, mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste, passa a ter a seguinte redação."CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA, neste ato para garantia das obrigações assumidas do presente Termo fará a prova de recolhimento de um complemento de caução no valor' de Cr$.17.350,08(dezessete mil, trezentos e cinquenta cruzeiros e oito centavos), para perfazer a quantia de Cr$.25.776,00 (vinte e cinco mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros),correspondente à 04 (quatro) vezes a Taxa de Ocupação em vigor, junto' ao Banco Regional de Brasília S/A, em favor do DISTRITO FEDERAL, caução esta que será reajustável na conformidade do critério estabelecido pela Lei nº 6.205 de 29 de abril de 1975,' legislação complementar e a diferença considerada e recolhida sempre' que houver renovação da PERMISSÃO. CLÁUSULA SEXTA-Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas do instrumento principal, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a PERMISSIONÁRIA em 30 de agosto de 1977. CLÁUSULA SÉTIMA- O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO' OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da PERMISSIONÁRIA.CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal,para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito' legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já ' mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
JOSÉ ROBERIO ARRUDA

PELA PERMISSIONÁRIA (as.) _____
SEBASTIÃO GOMES DA SILVA

TESTEMUNHAS (as.) _____
WILLIAN ALVES BATISTA

(as.) _____
DOMINGOS RAMOS CAMELO

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Ceral Do DF.
Substituto

(DAR de 28-12-78 de Cr$1.190,00)

PRIMEIRO ADITIVO, COM O FIM DE ALTERAR' CLÁUSULAS DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO BOX Nº 1.05, MEDINDO 21,30M2, DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, CELEBRADO EM 30 DE AGOSTO DE 1977, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA PASTELARIA VIÇOSA' LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de dezembo do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por JOSÉ ROBERTO ARRUDA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado ' nesta Capital, na qualidade de Superintendente, autorizado pelo art. 29 inciso II, do Decreto nº 1.765 de 05 de agosto de 1971, bem como delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 325.417/77, e do outro a firma PASTELARIA VIÇOSA LTDA, no ato representada por SEBASTIÃO GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CIC-002372801-91, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00052274/0004-77, resolvem firmar o presente ajuste na conformidade do art. 24 da Lei 4545 de 10 de dezembro' de 1964, tendo como objeto alterar a área do BOX nº 1.05, bem ' como as cláusulas Primeira, Terceira e Quinta,mediante as seguintes cláusulas:CLÁUSULA PRIMEIRA-Por este instrumento fica alterado o Termo de Permissão de Uso do Box nº 1.05, com área de ' 21,30m2(vinte e um metros e trinta centímetros quadrados),situado na Plataforma Inferior, Setor Leste da Estação Rodoviária de Brasília,celebrado em 30 de agosto de 1977,entre o DISTRITO FEDERAL e a PERMISSIONÁRIA, lavrado às fls. 182/186 do Livro 01/77' de Outros Termos da 1a. Subprocuradoria Geral, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, de 12 de setembro de 1977.CLÁUSULA SEGUNDA - O Box nº 1.05, medindo 21,30m2(vinte e um metros e trinta centímetros quadrados), objeto do Termo de Permissão ' de uso mencionado na Cláusula anterior, denominar-se-á Área nº 09 e medirá 40,00m2 (quarenta metros quadrados). CLÁUSULA TERCEIRA - A cláusula Primeira do instrumento principal mencionado na cláusula Primeira deste ajuste passa a ter a seguinte redação : "CLÁUSULA PRIMEIRA - A área denominada Box, objeto desta Permissão de Uso, situada na Estação Rodoviária de Brasília, será destinada exclusivamente ao comércio de Pastelaria, refrescos em geral, padaria, gêneros alimentícios, lanchonete e demais artigos do ramo. CLÁUSULA QUARTA - A cláusula Terceira do instrumento ' principal, mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste, passa a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA TERCEIRA - A PERMISSIONÁRIA pagará ao DISTRITO FEDERAL, mensalmente, a partir da vigência deste Termo, a importância de Cr$. . 6.444,00 (Seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros) a título de Taxa de Ocupação conforme critério estabelecido na Portaria nº 107 de 30 de dezembro de 1976, do Secretário de Serviços Públicos".PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da Taxa de Ocupação será reajustável na conformidade do critério estabelecido na Lei nº 6.205 de 29 de abril de 1975, legislação ' complementar e acompanhará as alterações que porventura venham ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA QUINTA - A cláusula ' Quinta do Termo principal, mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste,passa a ter a seguinte redação:"CLÁUSULA QUINTA- A

PERMISSIONÁRIA, neste ato, para garantia das obrigações assumidas no presente Termo fará a prova de recolhimento de um complemento de caução no valor de Cr$.13.811,40 (treze mil, oitocentos e onze cruzeiros e quarenta centavos) para perfazer um total de Cr$. 25.776,00 (vinte e cinco mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros) correspondentes à 04 (quatro) vezes a Taxa de Ocupação em vigor junto ao Banco Regional de Brasília S/A, em favor do DISTRITO FEDERAL, caução esta que será reajustável dentro do mesmo criterio estabelecido para Taxa de Ocupação e a diferença considerada e recolhida sempre que houver renovação da PERMISSÃO. CLÁUSULA SEXTA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber, as demais cláusulas do instrumento principal. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a.Subprocuradoria Geral do Distrito Federal,do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
JOSÉ ROBERTO ARRUDA

PELA PERMISSIONÁRIA (as.) _____
SEBASTIÃO GOMES DA SILVA

TESTEMUNHAS (as.) _____
WILLIAN ALVES BATISTA

(as.) _____
DOMINGOS RAMOS CAMELO

VISTO
Em, 28/12/78

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF.
Substituto

(DAR de 28-12-78 de Cr$1.207,00)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO, COM O FIM DE SUPLEMENTAR RECURSOS, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 31 DE JANEIRO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, E A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA, OBJETIVANDO O TRANSPORTE DE SERVIDORES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Fiscal de Tributos Federais,residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Administração, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 023.389/78, e, do outro, a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA, doravante denominada simplesmente T.C.B., Empresa Pública, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Garagens Oficiais, quadra 06, lote único, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº ..... 00037127/0001, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, DALMO PIMENTEL DOS SANTOS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado com o fim de suplementar recursos, o convênio celebrado entre o Distrito Federal e a T.C.B., em 31 de janeiro de 1978, lavrado às fls. 158/160 do Livro nº 05/78 de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando o transporte coletivo de servidores do Governo do Distrito Federal, nos sentidos Cidades Satélites/Plano Piloto/Cidades Satélites, em ônibus especiais, em condições normais de tráfego e utilização, convenientemente identificados com o número da linha e veículo. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estimado na cláusula Segunda do Convênio firmado em 31 de janeiro de 1978 será complementado com a importância de Cr$3.960.000,00 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA MIL CRUZEIROS), para perfazer um total de Cr$..... Cr$18.960.000,00 (DEZOITO MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA MIL CRUZEIROS). PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para fazer face à suplementação prevista nesta Cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do Subelemento 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros - Atividades SEA - 2.029 - Encargos com a Manutenção de Transportes Internos, conforme Nota de Empenho nº 164/78, emitida pela Secretaria de Administração, CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas e condições do Convênio principal firmado entre os convenentes em 31 de janeiro de 1978. CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da T.C.B. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em Livro próprio da 1ª Sub procuradoria Geral do Distrito Federal do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PELA T. C. B. (as.) _____
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS

TESTEMUNHAS (as.) _____
MÁRCIO CYRNE DE MACEDO

(as.) _____
DANIEL GRAPEGGIA

VISTO
EM 28/12/78

JÚLIO CÉSAR SANTOS
1.º Subprocurador Geral do Distrito Federal

Ni. Termo Conv. SJ/Sup.- 439 / 78

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM RECAPEAMENTO DA ESTRADA PARQUE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO - EPIA, NUMA EXTENSÃO APROXIMADA DE 2.400Km EM PISTA DUPLA.

Aos 15 dias do mês dezembro de mil novecentos e setenta e oito (1978), presentes de um lado o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada DER-DF, representado neste ato pelo seu Diretor Geral, Engenheiro ARINO OTON DE LIMA, brasileiro, casado, residente e domiciliado / nesta Capital, e do outro lado, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, doravante denominada NOVACAP, representada nes

te ato pelo seu Diretor Superintendente, Engenheiro MAURO DE ALENCAR' FECURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Convênio, regulando a execução dos serviços de pavimentação com recapeamento da Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, numa extensão aproximada de 2.400Km, em pista dupla, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este ato e instrumento fica a NOVACAP incumbida de executar os serviços de pavimentação com recapeamento, restauração e execução de acostamentos da Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, Trecho compreendido entre o Viaduto do Guará II e o Viaduto da Interseção EPIA/EPNB, numa extensão aproximada de 2.400Km em pista dupla, em Brasília, Distrito Federal, com as seguintes condições técnicas:

- Recapeamento da pista

2x Extensão aproximada de 1.740m com largura de 7,00m
2x Extensão aproximada de 660m com largura de 10,50m
Espessura da capa: 5cm

- Execução dos acostamentos

2x Extensão aproximada de 2.400Km (pista dupla)
Base - largura: 3,00 m/ espessura 0,15m
Capa - Largura: 2,80 m/ espessura 3,5cm

- Demolição de pavimento

Os pontos e trechos onde o pavimento será demolido, para restauração, serão indicados pela fiscalização.

- Retornos

Serão também recapeados os retornos existentes, na espessura de 5cm.

- Descrição

O trecho se apresenta sob três aspectos distintos:

- Ondulações na camada de revestimento, (recapeamento existente) evidenciando falta de aderência à camada imediatamente inferior, e "escorregamento" do próprio revestimento provavelmente devido à excesso de betume na mistura. Tais anormalidades são notadas numa extensão aproximada de 800 metros; ocorrendo em pontos isolados e em trechos de = até 120 metros. Nestes locais, o revestimento será removido totalmente e se tal operação danificar a camada de base, esta será reconstituída.
- Trincas na camada de revestimento com deformação nas camadas inferiores do pavimento, numa extensão aproximada de 80 metros.

Nestas condições o revestimento será removido e reconstituídas as camadas danificadas.

- Trincas na camada de revestimento sem deformação nas camadas inferiores do pavimento, numa extensão aproximada de 100 metros.
Nestes locais, será retirado todo o material solto existente, para receber a pintura de ligação.

- ESPECIFICAÇÕES:

Pistas de rolamento:

Recapeamento em concreto betuminoso usinado a quente na espessura de 5 cm em todo trecho. As "panelas" que estiverem com pré-misturado serão removidas. Será feita uma pintura de ligação na taxa de 0,5 l/ m^2 com emulsão asfáltica RR-1K diluída em 50%.

Acostamento:

Será escarificado e completado com uma camada de aproximadamente 15cm em cascalho com CBR maior que 60; DM=25,0 Km. Será imprimado com CM-30 na taxa de aplicação de 1,5 l/m^2 e revestidos em concreto betuminoso usinado a quente, na espessura de 3,5cm. De acordo com as granulometrias dos agregados coletados na Fercal, a composição que apresentou o / melhor resultado para o concreto betuminoso usinado a quente, foi o seguinte:

TRAÇO DO CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE:

- Brita..... 25%
- Pó de Pedra..... 60%
- Areia..... 15%
- Teor do betume 6,0 $\pm$ 0,3 (CAP 85/100).

COMPOSIÇÃO DO TRAÇO DA MISTURA:

- Brita I 23,5
- Pó de Pedra 56,4
- Areia 14,1
- Betume 6,0
- O CAP apresentou as seguintes temperaturas em função da viscosidade.

Temperatura do CAP na mistura ..... 151 a 157ºC
" de compactação ..... 140 a 146ºC
" dos agregados ..... 160 a 175ºC
" de saída da usina ..... 150 a 165ºC

A mistura deve obedecer as seguintes especificações.

- Densidade aparente 2,34
- Relação betume/vazios ..... 75 a 82
- Vazios totais ..... 3 a 5
- Estabilidade Marshall ..... 250 Kg.
- Fluência ..... 8 - 18

QUANTIDADES ESTIMATIVAS:

- Estabilização granulométrica/Pista..... 1.050m^3
- Estabilização granulométrica/Acostamento ... 2.160m^3
- Escavação e carga de material de jazida..... 2.950m^3
- Transporte de material de jazida X_m = 25Km..4.859 t.
- Imprimação ..... 48.000m^2
- Concreto betuminoso usinado a quente.....2.240m^3
- Demolição de pavimento betuminoso..... 560m^3

- Materiais Betuminosos:

CM - 30 ..... 32,1 t
Emulsão RR-1C ..... 6,7 t
CAP-85/100 ..... 315,8 t
- Os materiais betuminosos, serão fornecidos pela NOVACAP.

- O DER-DF indicará as jazidas de materiais a serem exploradas pela NOVACAP.
- Fica facultado ao DER-DF, desde que seja de sua conveniência o fornecimento de qualquer material necessário aos serviços objeto do presente Convênio, descontando-se seu valor das medições ou faturamentos
- Aplicar-se-ão aos serviços as normas do DNER e especificações do DER-DF.
- Os materiais quando fornecidos pela NOVACAP, serão pagos de acordo com as normas do DNER, acrescidos de bonificação de 15% (quinze por cento) referente à aquisição e fretes de acordo com resolução do Conselho Executivo em sua reunião em 14.6.66.
- A NOVACAP fica obrigada a observar rigorosamente as especificações, dimensionamentos e projetos geométricos a serem fornecidos pelo DER / DF.
- A NOVACAP fica obrigada a colocar placas indicativas das obras em locais, de acordo com modelos indicados pelo DER-DF.
- Os serviços que, a critério do DER-DF, não forem executados de acordo com as normas e especificações técnicas estabelecidas serão rejeitados, cabendo inteiramente a NOVACAP todos e quaisquer ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto a prazos e despesas.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os serviços, serão

pagos pela Tabela de Preços do DNER, aprovada pelo seu Conselho Executivo em 18.6.64 para os serviços de "PAVIMENTAÇÃO" (excluindo a capa em concreto betuminoso usinado a quente), "OBRAS DE ARTE CORRENTE E DRENAGEM", "CONSERVAÇÃO" e "DIVERSOS", mediante a aplicação do inflator I_p = 60,10 (sessenta inteiros e dez centésimos). Os serviços de capeamento com concreto betuminoso usinado a quente serão pagos ao preço de Cr$1.030,70 (hum mil, trinta cruzeiros e setenta centavos) por metro cúbico (m^3).

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor estimativo dos serviços é de Cr$4.021.920,22 (quatro milhões, vinte e um mil, novecentos e vinte cruzeiros e vinte e dois centavos), correndo as despesas à conta da dotação do DER-DF: verba: 4.1.1.0 - Obras Públicas 4.1.1.0 - "03"-Prosseguimento e conclusão de Obras, projeto DER- 1312 - Recuperação, Conservação, conforme Nota de Empenho nº

CLÁUSULA QUARTA - Os serviços serão medidos e pagos após sua integral execução.

CLÁUSULA QUINTA - O DER-DF fiscalizará a execução dos serviços por intermédio do 2º Distrito Rodoviário.

CLÁUSULA SEXTA - O prazo de execução dos serviços fica fixado em até 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da publicação deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - A NOVACAP fica dispensada do recolhimento da caução para garantia da execução dos serviços, nos termos do artigo 135, do Decreto-Lei nº 200/67.

CLÁUSULA OITAVA - O prazo de vigência do presente Convênio será de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da sua publicação, prorrogando-se automaticamente na hipótese de ser prorrogado o prazo de execução dos serviços ou por concordância das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - Quaisquer alterações nos termos do presente Convênio far-se-ão por mútuo acordo de vontades, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, estando assim estipulado em todas as suas Cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio do DER-DF, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo.

Brasília-DF, 15 de dezembro de 1.978

Pelo DER-DF

ARINO OTON DE LIMA

Pela NOVACAP

MAURO DE ALENCAR FECURY

TESTEMUNHAS:

ELIENE SOARES DE SOUZA

EDNA MARIA RODRIGUES COSTA

(Publicação por conta da NOVACAP)

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E A SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA, REGULANDO A CONSTRUÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) ESCOLAS MODULADAS NO SETOR P-NORTE DE TAGUATINGA - DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 27 dias do mês de dezembrodo ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, e pelo Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura, e do outro a SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA, doravante denominada simplesmente SHIS, no ato representada por seu Diretor Superintendente DILSON CARLOS REHEM e pelo Diretor Imobiliário JOSE ROBERTO LUGON, brasileiros, casados, engenheiro e economista respectivamente, residentes e domiciliados nesta Capital, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, incumbe à SHIS a execução de obras de 21 (vinte e uma) Escolas Moduladas no Setor P-Norte de Taguatinga - Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os atos necessários à execução das obras, objeto do presente Convênio, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, à SHIS, a qual poderá, para tanto contratar com terceiros, por empreitada ou administração, realizar e aprovar licitações, nos termos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73140, de 09 de novembro de 1973, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecidas a Legislação e Normas vigentes. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente Convênio fica estimado em Cr$ 259.450.037,08 (duzentos e cinqüenta e nove milhões, quatrocentos e cinqüenta mil, trinta e sete cruzeiros e oito centavos), recursos estes provenientes da Operação de Crédito, autorizada pela Lei nº 5579, de 18 de outubro de 1978, o qual integrará o Orçamento do Distrito Federal, sendo Cr$ 40.282.062,42 (quarenta milhões, duzentos e oitenta e dois mil, sessenta e dois cruzeiros e quarenta e dois centavos), para o corrente exercício e Cr$ 219.167.974,66 (duzentos e dezenove milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros e sessenta e seis centavos), para o exercício de 1979, conforme Cronograma Financeiro, de que trata o Anexo I, do Contrato de Empréstimo firmado em 25 de outubro de 1978, entre o Banco Nacional da Habitação, o Banco Regional de Brasília S/A e o DISTRITO FEDERAL, com a interveniência da SHIS. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor de Cr$ 40.282.062,42 (quarenta milhões, duzentos e oitenta e dois mil, sessenta e dois cruzeiros e quarenta e dois centavos), para o exercício de 1978, correrá à conta do ELEMENTO: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS, conforme Nota de Empenho nº 457 /78; Projeto 1.150-SEC, emitida pela Secretaria de Educação e Cultura. A quantia de Cr$ 219.167.974,66 (duzentos e dezenove milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros e sessenta e seis centavos), será empenhada no exercício de 1979. PARÁGRAFO SEGUNDO - A importância de Cr$..... 259.450.037,08 (duzentos e cinqüenta e nove milhões, quatrocentos e cinqüenta mil, trinta e sete cruzeiros e oito centavos), citada na cláusula anterior será entregue pelo DISTRITO FEDERAL, à SHIS, em parcelas de conformidade com o Cronograma Físico Financeiro das Obras, atestada cada etapa pelo executor deste convênio, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA QUARTA - A SHIS manterá o quantitativo recebido em Conta-Corrente a ser aberta no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente Convênio. CLÁUSULA QUINTA - A SHIS fica dispensada do recolhimento de caução para garantia da boa execução dos serviços, nos termos do art. 135, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, pagará à SHIS uma taxa de 2% (dois por cento), relativa ao planejamento, no primeiro desembolso, sobre o valor total do contrato, e uma taxa de 4% (quatro por cento), relativo à Administração e Fiscalização de obras, sobre as parcelas referentes aos valores de construção. CLÁUSULA SETIMA - Os serviços previstos na Cláusula Primeira serão realizados pela SHIS, com observância das Normas contidas no Título XII, do Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, e de acordo com as Normas em vigor. CLÁUSULA OITAVA-O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA NONA-O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, poderá indicar representante junto a Comissão Permanente, de Licitações da SHIS, para participar, como membro, do julgamento de propostas relativas a serviços a serem executados à conta deste Convênio. CLÁUSULA DECIMA - O presente Convênio poderá ser prorrogado, aditado, alterado ou rescindido por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - A SHIS prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, das parcelas que lhe forem entregues. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas do DISTRITO FEDERAL, expirando-se em 31 de dezembro de 1979. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA-Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL : (as.) ELMO SEREJO FARIAS

(as.) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO

PELA SHIS : (as.) DILSON CARLOS REHEM

(as.) JOSE ROBERTO LUGON

TESTEMUNHAS : (as.) ELIZEU FERREIRA DA COSTA

(as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
Em 27/12/78
JÚLIO CÉSAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do DF.

(Republicado por haver saído incompleto no DODF de 27/12/78(Sup) pags. 98/99)